



Plano Municipal pela 1ª Infância

ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ



2024-2034

FICHA CATALOGRÁFICA

Plano Municipal pela Primeira Infância de Serra Negra / Coordenadoras: Maria Rita Menegatti Pinton Tomaleri e Ana Maria de Cássia Rodrigues Pinheiro - Serra Negra: Secretaria Municipal de Educação. Orientação técnica: Olivelton da Silva Lima. Apoio: Governo Municipal, Poder Legislativo, Secretarias Municipais, Órgãos de Controle Social e Sociedade Civil

197 páginas.

Inclui bibliografia

1. Plano Municipal. 2. Primeira Infância. 3. Garantia de Direitos. 4. Formação e Desenvolvimento Integral

Elmir Kalil Abi Chedid
Prefeito Municipal

Deborah Aguilar Molina Abi Chedid
Primeira-dama

Antônio Luigi Ítalo Franchi (In memoriam)
Vice-prefeito

Wagner da Silva Del Buono
Presidente da Câmara

Ana Barbara Regiani Magaldi
Anna Beatriz Vasconcellos Scachetti
Benedita Viviani Anibal Carraro
Beraldo Antônio Ramalho Cattini
Cesar Augusto Oliveira Borboni
Eduardo Aparecido Barbosa
Leonel Franco Atanzio
Renato Pinto Giachetto
Roberto Sebastião de Almeida
Rosimar Gonçalves da Silva
Vereadores

Rodrigo Demattê Angeli
Chefia de Gabinete

Maria Rita Menegatti Pinton Tomaleri
Secretária Municipal de Educação

Ricardo Fávero Minosso
Secretário Municipal da Saúde

Daniele Brandini Pachioni Siloto
Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social

Valquíria Felipe da Silva
Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica

Danilo Jorge Garcia
Secretário de Obras e Infraestrutura

Danilo Cardoso Mainente
Secretário de Esportes e Lazer

Wanderlei Lona de Moraes
Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano

Marcelo Estevam Albertini
Secretário da Fazenda

Juliano Belini
Secretário de Turismo, Cultura e Desenvolvimento Econômico

Nilton Luiz Bigarelli
Secretário de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Lilian Regina da Silva Vieira Franco Paoliello
Secretária de Governo

Divaldo Fernando De Santi
Secretário de Serviços Municipais

FICHA TÉCNICA

Lucas Bacchiega de Moraes Moreno Cintra
Juliana Moraes Dalonso

Representantes do Poder Executivo

Valquíria Felipe da Silva
Rodrigo de Souza Bueno

Representantes da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica

Sandra Maria dos Santos Bordini
Ticiane de Moraes Ramalho

Representantes da Secretaria da Educação

Sandro Ocimar Robbi Froes
Cassia Dala Rosa

Representantes da Secretaria da Saúde

Silvia C. Vieira
Elisabete Cordeiro

Representantes da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

Fabio Polidoro Nicoletti
Marcelo Alves dos Santos Filho

Representantes da Secretaria de Obras e Infraestrutura

Danilo Cardoso Mainente
Raylaine Hora dos Santos

Representantes da Secretaria de Esportes e Lazer

Wanderlei Lona de Moraes
Vera Ferreira Postali

Representantes da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano

Marcelo Estevam Albertini
Bárbara Regina Giraldi Siloto

Representantes da Secretaria da Fazenda

Juliano Belini
Julio Augusto Rodrigues Pinheiro

Representantes da Secretaria de Turismo, Cultura e Desenvolvimento Econômico

Elizabeth Aparecida Kassai Nascimento
Rosângela Aparecida Oliveira Afonso

Representantes do Conselho Tutelar

Leticia Esteffany Vieira da Silva
Carmem Gambeta Lona Cattini

Representantes do Fundo Social de Solidariedade

Sandra Maria Luz Canella
Elis Regina Del Buono

Representantes da Sociedade Civil Organizada

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

AEE – Atendimento Educacional Especializado

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

ATS – Atenção Primária  Saúde

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CACS FUNDEB – Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e de Valorização dos Profissionais da Educação

CAE – Conselho de Alimentação Escolar

CD – Conselho Deliberativo

CMAS – Conselho Municipal da Assistência Social

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CME – Conselho Municipal de Educação

CMPC – Conselho Municipal de Política Cultural

CMS – Conselho Municipal de Saúde

COMDEMA – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

COMTUR – Conselho Municipal de Turismo

CP – Currículo Paulista

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializada da Assistência Social

DM – Diabetes Mellitus

EAP – Equipe de Atenção Primária

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMEB – Escola Municipal de Educação Básica

ESF – Estratégia Saúde da Família

FDE – Fundação de Desenvolvimento da Educação

FIC – Formação Inicial Continuada

FMCSV – Fundação Maria Cecília Souto Vidigal

FMS – Fundo Municipal de Saúde

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
MEC – Ministério da Educação
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PBF – Programa Bolsa Família
PIB – Produto Interno Bruto
PMPI – Plano Municipal pela Primeira Infância
PNAA – Programa Nacional de Acesso à Alimentação
PNAB – Política Nacional de Atenção Básica
PNAE – Programa Nacional da Alimentação Escolar
PNAS – Política Nacional da Assistência Social
PNPI – Plano Nacional pela Primeira Infância
PPA – Plano Plurianual
RN – Recém-nascido
SABESP – Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SAICA – Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes
SED – Secretaria Escolar Digital
SGDCA – Sistema de Garantia de Direitos para Crianças e Adolescentes
SISVAN – Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SUAS – Sistema Único da Assistência Social
SUS – Sistema Único de Saúde
SVSA – Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente
TSEE – Tarifa Social de Energia Elétrica
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

GRÁFICOS

Gráfico 1: Cobertura Vacinal infantil (2023)

Gráfico 2: Percentual de Cobertura da Atenção Primária à Saúde (2021 – 2023)

Gráfico 3: Cobertura Vacinal Infantil - 2023

Gráfico 4: Taxa Mortalidade Infantil para até 1 ano de Idade (2011 – 2021)

Gráfico 5: Percentual de mortalidade infantil (até 1 ano) por Causas Evitáveis (2011– 2021)

Gráfico 6: Total de óbitos de até 1 anos X Óbitos por causas evitáveis (2011-2021)

Gráfico 7: Evolução – Percentual de gestantes com 7 ou mais consultas pré-natal (2008 – 2021)

Gráfico 8: Evolução – Percentual de Partos de Mães adolescentes (até 19 anos) (2010 – 2021)

Gráfico 9: Total de partos de Mães adolescentes (até 19 anos) por ano (2000 – 2021)

Gráfico 10: Total de partos de Mães adolescentes – Por Raça/Cor (2021)

Gráfico 11: Total de partos de Mães adolescentes – Por Raça/Cor (2021)

Gráfico 12: Total de nascimentos registrados como Baixo Peso (2002 – 2021)

Gráfico 13: Peso Baixo em crianças de 0 a 5 anos (2022)

Gráfico 14: Percentual de Crianças de baixo peso em relação ao total de nascidos vivos (2002 – 2021)

Gráfico 15: Percentual de Peso Baixo ou Muito Abaixo para Idade – 0 a 5 anos (2022)

Gráfico 16: Percentual de Peso Elevado para Idade – 0 a 5 anos (2022)

Gráfico 17: Aleitamento materno (menores de 6 meses de idade) (2022)

Gráfico 18: Total das crianças entre 0 e 6 anos na localidade, inscritas no Cadastro Único e beneficiárias do Bolsa Família (2023)

Gráfico 19: Notificações de casos de violência contra crianças de 0 a 4 anos (2010 – 2021)

Gráfico 20: Percentual de atendimento em creches da população de 0 a 3 anos (2019)

Gráfico 21: Percentual de atendimento em creches da população de 0 a 3 anos (2020)

Gráfico 22: Percentual de atendimento em pré-escola da população de 4 a 5 anos (2019)

Gráfico 23: Percentual de atendimento em pré-escola da população de 4 a 5 anos (2020)

TABELAS

Tabela 1: Quantidade de crianças de 0 a 5 anos no município (2023)

Tabela 2: Número de crianças vítimas de violência nos últimos 3 anos

Tabela 3: Número de atendimentos com crianças e adolescentes

Tabela 4: Matrículas na Educação Básica por dependência administrativa segundo nível/etapa de ensino 2022

Tabela 5: Matrículas na Educação Infantil das Redes Municipal e Particular – 2023 e 2024

Tabela 6: Matrículas na Educação Infantil por dependência administrativa 2010 – 2022

Tabela 7: Matrícula na Creche por dependência administrativa 2010 - 2022

Tabela 8: Matrículas em creches da Rede Municipal de Ensino 2024

Tabela 9: Matrículas em creches da Rede Particular de Ensino 2024

Tabela 10: Matrículas na Pré-escola por dependência administrativa 2010 - 2022

Tabela 11: Matrículas da população de 4 a 5 anos em pré-escola – Rede Municipal de Ensino (2024)

Tabela 12: Número Total de alunos por tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, matriculados em classes comuns (inclusos) e classes exclusivas 2010-2022

Tabela 13: Número de alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, matriculados em classes comuns e exclusivas por nível / etapa de ensino 2023

Tabela 14: Número de alunos por tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, matriculados em classes comuns (inclusos) e classes exclusivas 2010-2022

Tabela 15: Matrículas por deficiência ou transtorno na Educação Infantil (2024)

Primeira Infância
Mariana Avona dos Santos

Eu sou a semente
que brota na terra
da imaginação
e germina no solo fértil
da criação

Eu sou um presente
que vem embalado
desconhecido
desprotegido
que necessita de amparo
que precisa de cuidado

Eu sou o novo
que traz a esperança
ao povo
Eu sou a reconstrução
da humanidade

Eu sou a escuta
que deseja ser ouvida
que almeja ser compreendida

Eu sou a descoberta do mundo
No sentido mais profundo
que vê com olhos livres
que vê com olhos próprios
que vê com olhos novos
a riqueza do universo
ao meu redor

Eu sou o encanto
que traz encantamento
que semeia espanto

Eu sou a surpresa
cheia de beleza
Eu faço parte
dessa arte

Eu sou a curiosidade
Eu sou a criatividade

Eu sou o faz-de-conta
que inventa um mundo
novo,
único,
singular

Eu sou a admiração
de um cientista nato
que investiga com paixão

Eu sou a empatia
que contagia

Eu sou o recomeço
da humanidade
Eu sou o recomeço
da sociedade

Eu sou o canal
de uma nova mensagem
que revela
uma linguagem
própria,
única,
nova

Eu sou a celebração da vida
a primavera em flor
Eu sou a celebração
do amor

Eu sou o nascedouro
de um novo tempo
Eu sou o nascedouro
de uma nova era

Eu sou singular
Eu sou única

Eu sou plural
feito de Cem
Cem digitais
Cem possibilidades
Cem pensamentos
Cem modos e maneiras
de amar
e de ensinar

Eu sou a luz
que irradia dos olhos

Eu sou o grito
que ecoa da liberdade

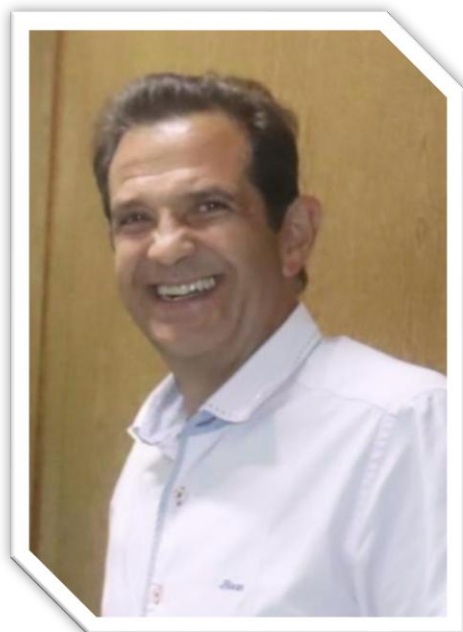
Eu sou o sorriso
espontâneo,
leve,
solto
Eu sou o brincar
que corre livre
pelos cantos
para imaginar

Eu sou a esperança
do verbo esperar

Eu sou pequena
que vive em lugares pequenos
fazendo coisas pequenas
que mudarão o mundo

Muito prazer,
Eu sou a Primeira Infância

MENSAGEM DO PREFEITO



É com grande satisfação que estamos apresentando um documento que vai ser um instrumento norteador para atuação do poder público, da sociedade civil e das famílias, para o pleno desenvolvimento das nossas crianças.

No ano de 2023 no Projeto Despertar da Cidadania, estive em contato direto com as crianças do nosso município, consegui ouvir e atender algumas solicitações que foram implantadas no município.

De acordo com estudos científicos, os primeiros anos da criança são fundamentais para o desenvolvimento das suas capacidades cognitivas, tendo em vista que nessa fase da vida o cérebro está em formação acelerada. É fundamental que a educação infantil seja prioridade em nosso município.

Segundo especialistas, atuar nessa fase da vida tem o maior impacto na formação de seres humanos mais adaptados socialmente, mais capazes, mais produtivos e mais felizes.

Estudos comprovam que o bebê começa a aprender ainda no útero da mãe e que a interação da criança de até 06 anos com adultos de referência, pais, familiares e cuidadores é fundamental para o desenvolvimento pleno nos primeiros anos de vida, através de ações como brincar, contar histórias, cantar e passear com os seus filhos, são essenciais para a criação de vínculo e demonstração de afeto. É importante oferecer à criança um cuidado amoroso e estimulador e compreender que o aprendizado não advém apenas das escolas, mas também dos pais, dos meios de comunicação e da sociedade civil para o progresso da criança, interagindo com outras crianças de gênero, cultura, etnia e condições sociais distintas da sua, fomentando desde cedo a convivência em paz e harmonia na sociedade.

Há um consenso entre pesquisadores de que a educação é fundamental para combater a desigualdade social e apostar nela desde os primeiros anos é muito mais eficiente.

Investir na primeira infância é o melhor caminho para o futuro de nossas crianças e temos certeza de que estamos no caminho certo para o desenvolvimento cognitivo e social de nossas crianças e do futuro do nosso Município.

Elmir Kalil Abi Chedid
Prefeito Municipal

Prezados Cidadãos e Cidadãs,

É com grande entusiasmo que anunciamos a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância. Esta iniciativa representa um marco fundamental para o desenvolvimento integral das crianças em nossa cidade, garantindo-lhes um futuro mais promissor e sustentável.

A Primeira Infância, período que abrange desde o nascimento até os seis anos de idade, é uma fase crucial para o desenvolvimento humano. Reconhecendo a importância deste período, nossa administração municipal se compromete em promover políticas públicas que assegurem os direitos das crianças, integrando ações de saúde, educação, cultura, lazer, meio ambiente e proteção social.

Para a construção deste Plano, reunimos uma comissão composta por representantes de diversas secretarias municipais, a fim de garantir uma abordagem abrangente e multidisciplinar. As secretarias envolvidas são:

Secretaria de Educação: Responsável por desenvolver e implementar programas educativos de qualidade, que atendam às necessidades específicas das crianças na primeira infância. Deve assegurar a eficiência e a eficácia do plano.

Secretaria de Esportes e Lazer: Focada em promover atividades físicas e recreativas que contribuam para o desenvolvimento motor e social das crianças.

Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica: Encabeçando a formulação estratégica e a coordenação das ações intersetoriais, acompanhando as políticas públicas.

Secretaria de Turismo, Cultura e Desenvolvimento Econômico: Atuando na promoção de espaços e eventos que integrem a cultura e o lazer para as famílias, valorizando o turismo social e educativo.

Secretaria de Obras e Infraestrutura: Garantindo a infraestrutura necessária, como a construção e manutenção de creches, parques e áreas de lazer seguras e acessíveis.

Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano: Focada em criar e manter espaços verdes, incentivando o contato das crianças com a natureza e promovendo a educação ambiental desde cedo.

Este Plano Municipal pela Primeira Infância é uma tarefa que requer a colaboração e o engajamento de toda a sociedade. Por isso, é necessário reforçar que o plano também teve crucial participação dos cidadãos que participaram ativamente deste processo, oferecendo suas contribuições e sugestões. Juntos, podemos construir um futuro melhor para nossas crianças, assegurando-lhes um ambiente saudável, acolhedor e estimulante.

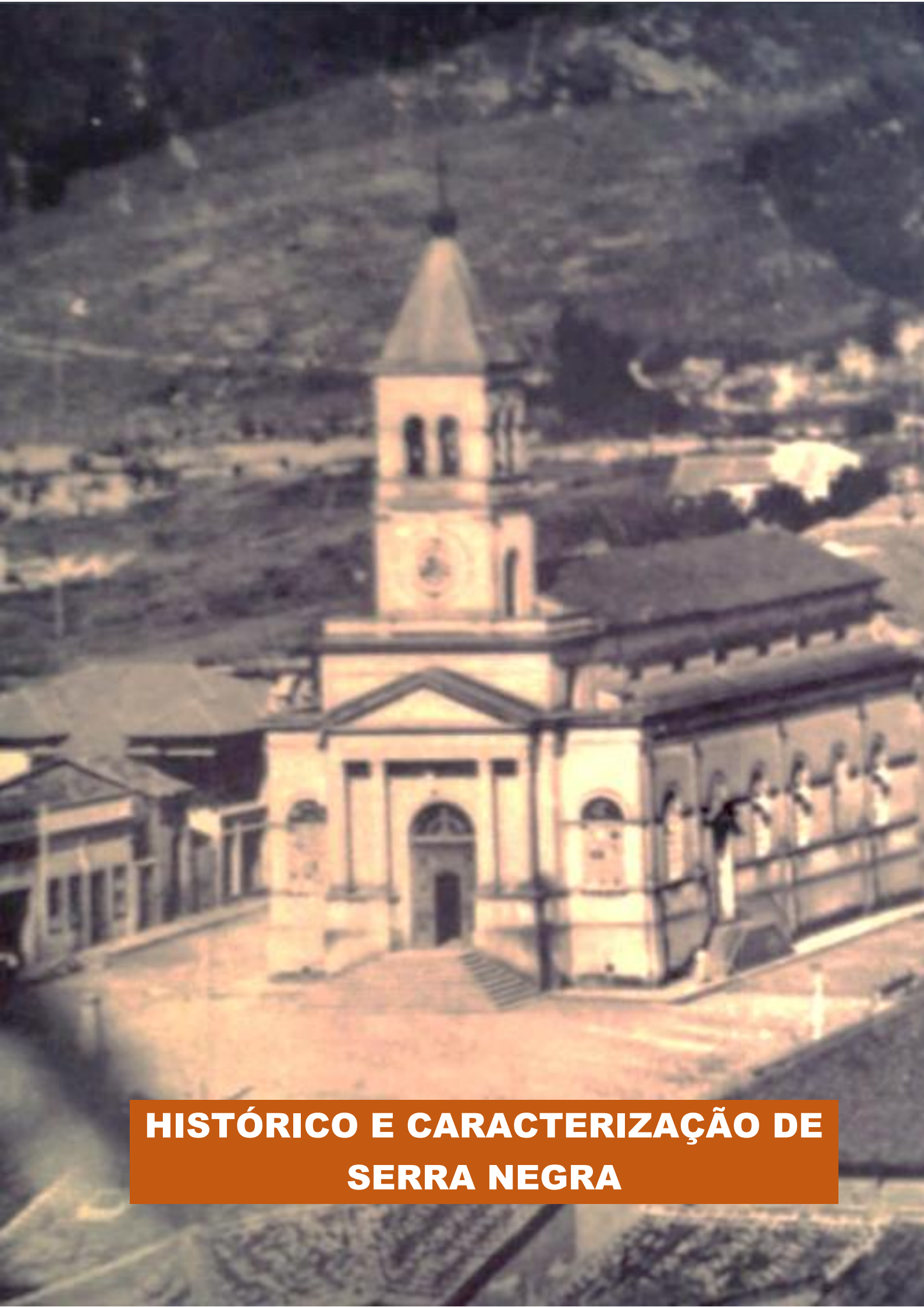
Acreditamos que investir na Primeira Infância é investir no futuro de nossa cidade. Contamos com o apoio e a participação de todos para transformar esta visão em realidade.

Atenciosamente,

***Comissão Responsável pela Elaboração do
Plano Municipal pela Primeira Infância***

SUMÁRIO

1. Histórico e caracterização do Município.....	14
2. Princípios e Diretrizes do PMPI.....	27
3. Princípios	28
3.1. Criança como sujeito de direitos	28
3.2. Diversidade e inclusão	28
3.3. Integralidade e prioridade absoluta da criança	29
3.4. Integração e sinergia das ações.....	30
3.5. Participação e controle social.....	31
3.6. A criança e as vulnerabilidades	32
3.7. Deveres da família, da escola e sociedade.....	33
3.8. Articulação das várias esferas do poder	34
4. Diretrizes	37
4.1. Diretrizes Políticas.....	37
4.2. Diretrizes Técnicas	38
5. Cenário da primeira infância em Serra Negra	40
5.1. Indicadores de Saúde	42
5.2. Secretaria de Saúde.....	43
5.3. Indicadores de Nutrição.....	62
5.4. Parentalidade Segurança e Proteção	81
5.5. Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.....	84
5.5. Educação Infantil.....	99
5.6. Secretaria de Educação.....	104
5.7. Secretaria de Esportes.....	127
5.8. Secretaria de Turismo e Cultura.....	131
5.8. Secretaria do Meio Ambiente.....	135
5.9. Secretaria de Planejamento.....	140
5.10. Secretaria de Obras.....	145
6. Escuta das Crianças.....	150
7. Eixos.....	160
7.1. A criança e a saúde.....	161
7.2. Educação Infantil.....	170
7.3. A Família e a Comunidade da Criança	176
7.4. A Criança E O Direito De Brincar	179
7.5. A criança e o espaço	181
7.6. Enfrentamento da Violência contra as Crianças	185
7.7. A criança e o consumismo.....	189
7.8. A criança, o esporte, o turismo e a cultura.....	191
7.9. A criança a diversidade e a inclusão.....	195
8. Monitoramento e avaliação.....	199
Referências.....	201



**HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DE
SERRA NEGRA**

BREVE HISTÓRICO DE SERRA NEGRA

Serra Negra é uma cidade localizada no interior do estado de São Paulo, no Brasil. Fundada em 1828, a cidade tem uma história rica e variada.

No início de sua colonização, a região onde Serra Negra está localizada era habitada por indígenas da tribo Kaingang. No entanto, com a chegada dos colonizadores portugueses, a área passou a ser explorada para a agricultura e pecuária.

No final do século XIX, a região começou a se desenvolver como um destino turístico. A cidade era conhecida por suas águas minerais terapêuticas, que atraíam visitantes em busca de saúde e bem-estar. Muitas pessoas acreditavam que as águas de Serra Negra tinham propriedades curativas para uma variedade de doenças.

Ao longo do tempo, Serra Negra se tornou um importante centro turístico e de lazer. A cidade tem um clima agradável e uma paisagem montanhosa, o que a torna um destino popular para turistas em busca de tranquilidade e contato com a natureza.

Além do turismo, Serra Negra também se destacou na produção de café. Durante o auge da produção cafeeira no Brasil, no final do século XIX e início do século XX, muitas fazendas de café foram estabelecidas na região. O café de Serra Negra era conhecido por sua qualidade e sabor, e a atividade cafeeira impulsionou o crescimento econômico da cidade.

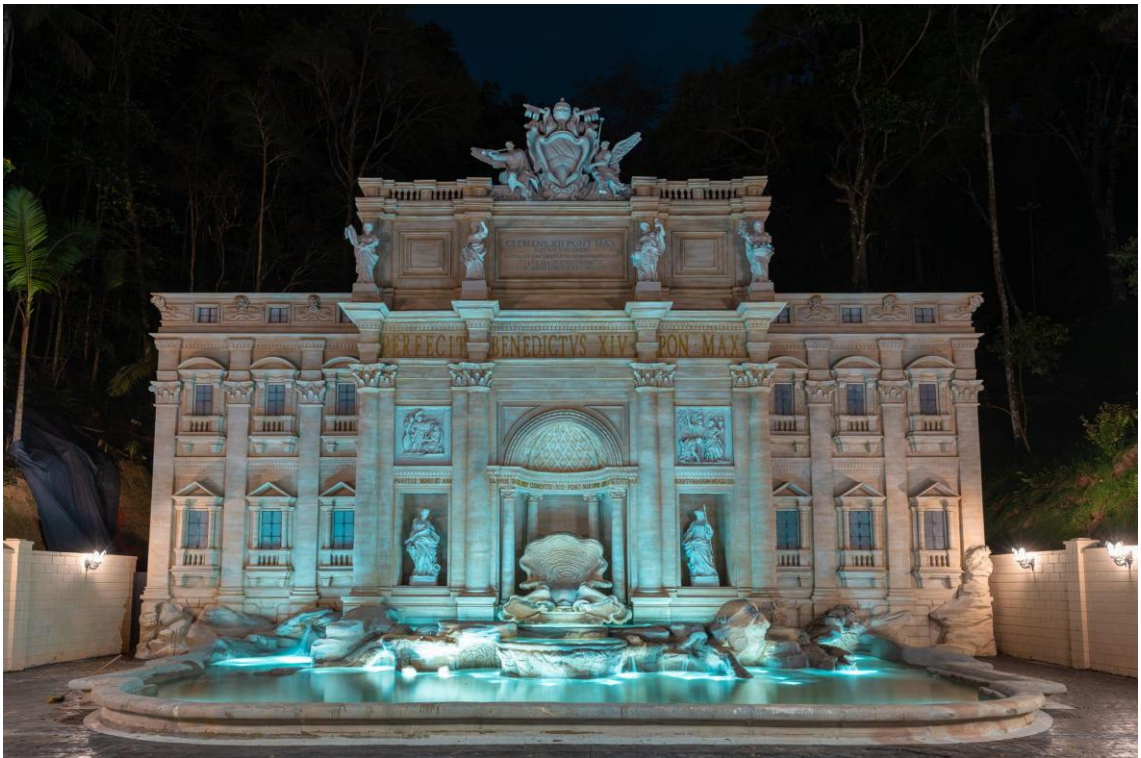
Nos anos mais recentes, Serra Negra tem se modernizado e diversificado sua economia. Além do turismo e da produção de café, a cidade também investiu em áreas como comércio, serviços e indústria. A infraestrutura turística foi aprimorada, com a construção de hotéis, pousadas, restaurantes e lojas para atender às necessidades dos visitantes.

Atualmente, Serra Negra é uma cidade conhecida por sua beleza natural, seu clima agradável e suas opções de lazer. O turismo continua sendo uma das principais fontes de renda, atraindo turistas de todo o Brasil. A cidade também mantém sua tradição na produção de café, embora em menor escala do que no passado.

Em resumo, Serra Negra, no interior de São Paulo, tem uma história que remonta ao período da colonização portuguesa. Ao longo dos anos, a cidade se tornou um destino turístico popular, conhecido por suas águas minerais e pela produção de café. Atualmente, a cidade continua atraindo visitantes que buscam lazer, relaxamento e contato com a natureza.



Serra Negra 1930



Fontana de Trevi - Serra Negra 2023

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Localizada na Serra da Mantiqueira, a 150 km de São Paulo, em uma região de 927 metros de altitude com picos de até 1.300 metros está a Estância Turística Hidromineral de Serra Negra.

Rodeada por montanhas da Serra da Mantiqueira, a vegetação é exuberante, compondo um cenário de extraordinária beleza natural. Em meio ao Circuito das Águas Paulista, a cidade possui um ambiente seguro e agradável. A tranquilidade e qualidade de vida estão presentes por meio de boa estrutura.

Por possuir uma das maiores redes hoteleiras da região, Serra Negra pode abrigar milhares de pessoas fazendo com que a população de visitantes aumente principalmente durante as férias, feriados e finais de semana.

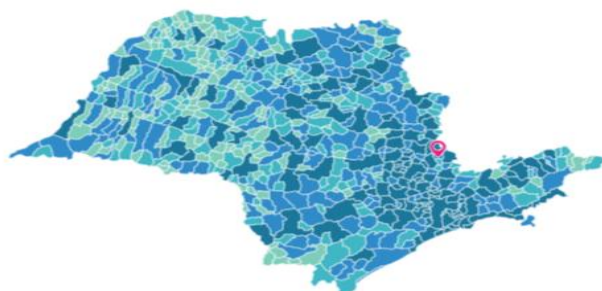
Sua população residente é de atualmente 29.894 mil habitantes, número que chega a 45 mil em épocas de temporada e de feriados.

O turismo rural é outro fator bastante relevante pois a cidade conta com diversas propriedades que desenvolvem o plantio de café, cultivo de produtos orgânicos e também a fabricação de laticínios, vinhos e cachaças, além das cachoeiras e belas paisagens naturais.

A cidade é reconhecida também pela diversidade de opções de compras, oferecendo variedade de produtos em lã, couro, linha, malha, artesanato, sapatos, bolsas, cosméticos, além de restaurantes e bares.

O município faz parte do Circuito das Águas Paulista que é constituído por Águas de Lindóia, Amparo, Holambra, Jaguariúna, Lindóia, Monte Alegre do Sul, Pedreira, Serra Negra e Socorro.

(Fonte: <https://www.serranegra.sp.gov.br/a-cidade/sobre>)



LINHA DO TEMPO

O território em que está hoje situada Serra Negra era, nos primeiros tempos, um aldeamento indígena.

1728 - Doação da sesmaria a Manoel de Castro, o qual tentou estabelecer um povoado nesse território, mas não obteve sucesso, pois os indígenas impediram essa povoação, segundo registros históricos.

1821 - Primeiras providências para a instalação do povoado.

1828 - Data oficial da fundação de Serra Negra

1841 - O povoado foi elevado à categoria de Freguesia.

1856 - Primeira escola pública de Serra Negra.

1859 - Serra Negra foi elevada à categoria de Município.

1882 - Instalação de iluminação pública com lampiões a querosene.

1885 - Serra Negra elevada à categoria de Cidade.

1897 - Inauguração do ramal férreo Serra Negra - Amparo.

1893 - Surgimento do primeiro jornal "Tribuna da Serra".

1896 - Fundação da Corporação Musical "Humberto I".

1901 - Criação do Grupo Escolar de Serra Negra.

1905 - Inauguração do Jardim Público na atual Praça João Zelante.

1907 - Criação e instalação do primeiro hospital.

1908 - Inauguração do serviço urbano de rede telefônica.

1909 - Inauguração da iluminação elétrica na cidade.

1909 - Inauguração do primeiro cinema - Joly Cinema .

1923 - Lançamento da pedra fundamental para a construção do Hospital Santa Rosa de Lima.

1928 - Descoberta da primeira fonte de água radioativa.

1930 - Denominação de Serra Negra como "Cidade da Saúde", feita pelo então Presidente da República Washington Luiz.

1938 - Decreto governamental declarando Serra Negra como estância hidromineral.

1941 - Início do calçamento da cidade.

1947 - Inauguração da Biblioteca Pública Municipal.

1948 - Instalação do Posto de Saúde de Serra Negra.



- 1948 - Inauguração da agência rodoviária de Serra Negra –
Rápido Serrano Viação Ltda.
- 1948 – Criação do Ginásio da Estância de Serra Negra.
- 1951 – Inauguração do Posto de Puericultura.
- 1952 – Inauguração da Rádio Transmissora de Serra Negra.
- 1952 – Inauguração do monumento a Cristo Redentor.
- 1954 – Aula inaugural da Escola Técnica de Comércio.
- 1956 – Inauguração do Parque Infantil Dr. Geraldo de Faria Lemos Pinheiro.
- 1960 – Autorização oficial do funcionamento da retransmissora de televisão de Serra Negra.
- 1960 – Início das obras da rede de esgotos.
- 1961 – Inauguração do primeiro arranha-céu de Serra Negra, o Prédio Cisne.
- 1962 – Inauguração do Estádio Municipal.
- 1962 – Assinatura do ato governamental para a instalação e funcionamento da Escola Normal de Serra Negra.
- 1963 – Criação da Guarda Mirim de Serra Negra.
- 1968 – Aprovação anteprojeto do prédio do Instituto de Educação.
- 1970 – Falecimento do Dr. Jovino Silveira, ilustre filho de Serra Negra e alavanca propulsora no desenvolvimento da cidade.
- 1973 – Inauguração do Teleférico.
- 1979 – Plano para reurbanização de Serra Negra.
- 1986 – Primeira biblioteca infanto-juvenil.
- 1989 – Serra Negra na primeira eleição direta pós-ditadura.
- 1992 – Primeira Festa das Nações.
- 1998 – Início das atividades da Vigilância Sanitária.
- 2010 – Inauguração oficial da Farmácia Municipal Central.
- 2023 – Inauguração da Fontana de Trevi com repercussão nacional e internacional.
- 2024 – Serra Negra entra na lista de cidades mais indicadas para o turismo de inverno.



POPULAÇÃO



Em 2022, a população era de 29.894 habitantes e a densidade demográfica era de 146,73 habitantes por quilômetro quadrado. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 196 e 283 de 645. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 1140 e 1053 de 5570.

Com esses gráficos é possível observar que a relação da população / densidade demográfica permite um crescimento populacional sem comprometimento territorial. Já em comparação com a região, embora a cidade esteja como segunda cidade mais populosa, ela mantém um índice de ocupação bem distribuído.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Cidades. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/serra-negra/panorama> Acesso: 10/5/2024

TERRITÓRIO

Em 2022, a área do município era de 203,734 km², o que o coloca na posição 425 de 645 entre os municípios do estado e 4189 de 5570 entre todos os municípios do país. No gráfico a seguir observa-se que apesar de ocupar a 2^a posição em relação à região demográfica imediata, Serra Negra mantém a característica de cidade interiorana se comparada às áreas estadual e nacional.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Cidades. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/serra-negra/panorama> Acesso: 10/5/2024.

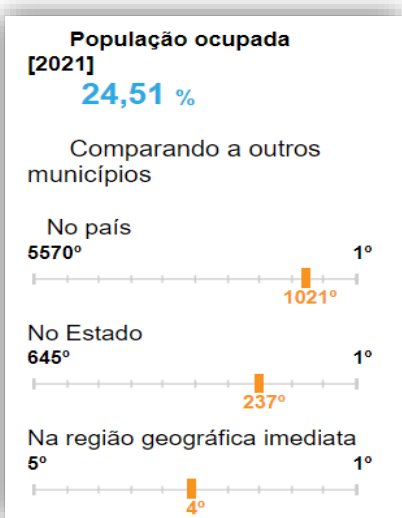
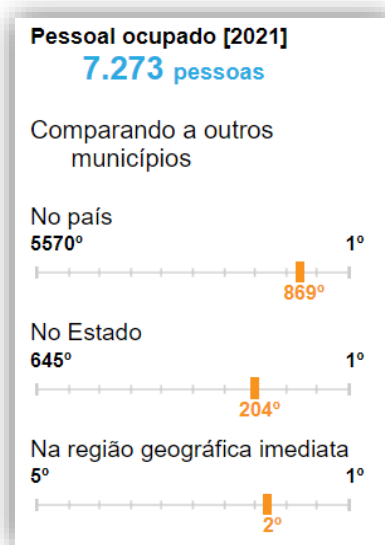
TRABALHO E RENDIMENTO

Em 2021, o salário médio mensal era de 1,8 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 24,51%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 572 de 645 e 237 de 645, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 3288 de 5570 e 1021 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, tinha 24,3% da população nessas condições, o que o colocava na posição 632 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 5345 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

O gráfico de Salário Médio Mensal apresenta índice mediano se comparado ao país e nível mais baixo se comparado ao estado e região.

O gráfico de Pessoal Ocupado apresenta a cidade em uma posição mais elevada nas três esferas (país, estado, região).

O gráfico referente à População Ocupada mostra uma posição menos elevada somente em relação à região geográfica imediata. Já o gráfico de rendimento de até ½ salário-mínimo mostra que a cidade tem índices significativos em relação às três esferas.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Cidades. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/serra-negra/panorama> Acesso: 10/5/2024



EDUCAÇÃO

Em 2010, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 97,8%. Na comparação com outros municípios do estado, ficava na posição 384 de 645. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava na posição 2411 de 5570. Em relação ao IDEB, no ano de 2021, o IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública era 6,3 e para os anos finais, de 5,3. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 184 e 293 de 645. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 829 e 1045 de 5570.



Os gráficos indicam, no geral, uma boa classificação da cidade nos anos iniciais quando comparada às três esferas. Já nos anos finais do ensino fundamental, essa classificação mostra-se mais reduzida principalmente na região geográfica imediata.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Cidades. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/serra-negra/panorama>
Acesso: 10/5/2024

ECONOMIA

Em 2021, o PIB per capita era de R\$ 28.485,03. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 398 de 645 entre os municípios do estado e na 2271 de 5570 entre todos os municípios do país. Já o percentual de receitas externas em 2015 era de 54,8%, o que o colocava na posição 598 de 645 entre os municípios do estado e na 4897 de 5570 entre os municípios do país. Em 2017, o total de receitas realizadas foi de R\$ 102.223,79 (x1000) e o total de despesas empenhadas foi de R\$ 93.091,80 (x1000). Isso deixa o município nas posições 191 e 186 de 645 entre os municípios do estado e na 864 e 843 de 5570 entre todos os municípios do país.

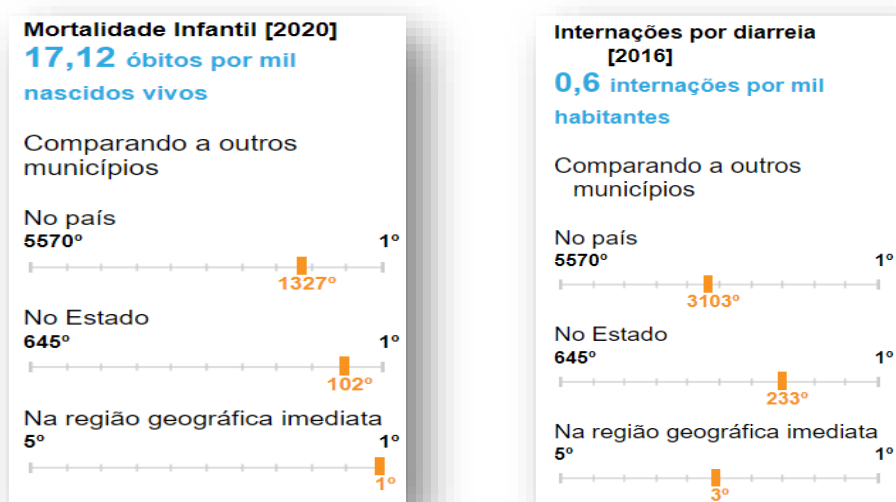


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Cidades. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/serra-negra/panorama> Acesso: 10/5/2024

SAÚDE

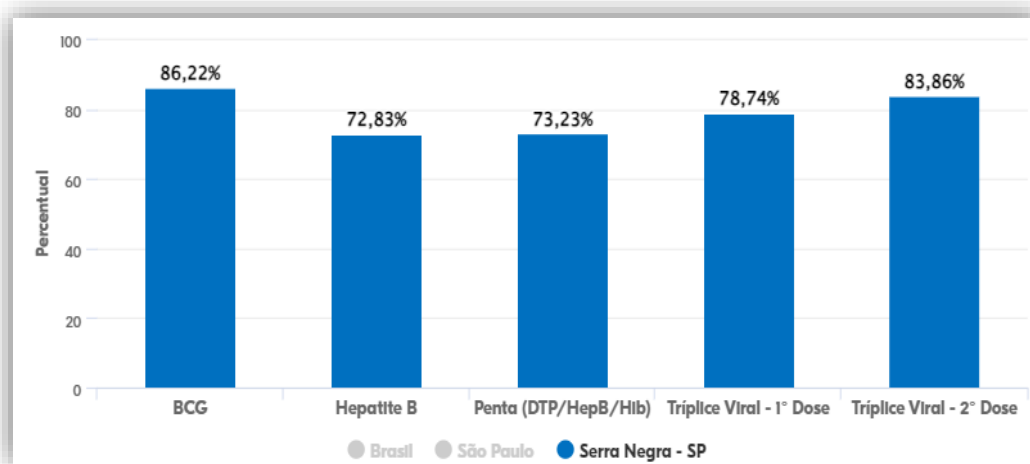
A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 17,12 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0,6 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 102 de 645 e 233 de 645, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 1327 de 5570 e 3103 de 5570, respectivamente.

No gráfico de Mortalidade Infantil (2020) é possível observar que a cidade ocupa uma posição menos efetiva em comparação aos índices nacional, estadual e regional. O mesmo acontece em relação às internações por diarreia naquele ano (2016).



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Cidades. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/serra-negra/panorama> Acesso: 10/5/2024

Gráfico 1: Cobertura Vacinal infantil (2023)

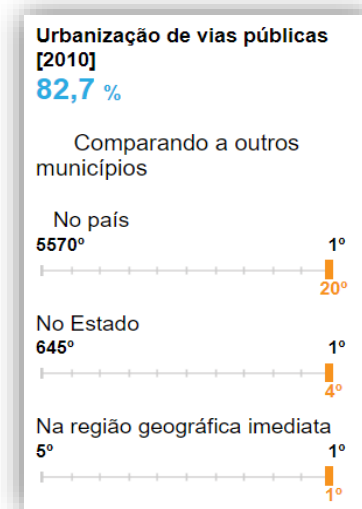


Fonte: Ministério da Saúde - Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA) (2023)

MEIO AMBIENTE

Apresenta 71,4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 73,2% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 82,7% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 548 de 645, 526 de 645 e 4 de 645, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 1331 de 5570, 2896 de 5570 e 20 de 5570, respectivamente.

Os gráficos mostram um bom posicionamento da cidade em comparação às esferas nacional, estadual e regional, a não ser pelo gráfico da Arborização em vias públicas (2010), o qual apresenta uma posição mediana.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Cidades. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/serra-negra/panorama> Acesso: 10/5/2024



**PRINCÍPIOS E
DIRETRIZES DO PMPI**

PRINCÍPIOS

A criança como sujeito de direitos

A criança é reconhecida como sujeito único e detentora de direitos específicos devido à sua condição peculiar de desenvolvimento e vulnerabilidade. Essa perspectiva é reforçada por meio de diversas declarações internacionais e legislações nacionais que visam proteger e promover os direitos das crianças.

A Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas, adotada em 1989, é o principal instrumento internacional que estabelece os direitos fundamentais das crianças. Ela reconhece a criança como uma pessoa com direitos próprios, independentemente de raça, religião, origem étnica, gênero ou qualquer outra condição. A convenção estabelece direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, bem como o direito à proteção e cuidados especiais.

Dentre os direitos fundamentais reconhecidos, destacam-se o direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento, o direito à não discriminação, o direito à participação e expressão, o direito à saúde, à educação e à proteção contra a exploração, abuso e violência.

Além disso, muitos países possuem legislações específicas voltadas para a proteção e promoção dos direitos das crianças. Essas leis estabelecem mecanismos de garantia e implementação desses direitos, bem como penalidades para aqueles que os violam.

Portanto, é reconhecido que a criança não é apenas um objeto de cuidado e proteção, mas um sujeito de direitos plenos. Essa abordagem busca assegurar que as crianças tenham condições adequadas para seu desenvolvimento integral, sejam ouvidas e participem das decisões que afetam suas vidas, e sejam protegidas de qualquer forma de violência, exploração ou discriminação.

Diversidade e inclusão

A diversidade e a inclusão são conceitos fundamentais quando se trata da infância. Reconhecer e valorizar a diversidade nas experiências, identidades e características das crianças é essencial para promover um ambiente inclusivo e respeitoso.

A diversidade na infância abrange diversos aspectos, como a origem étnica, a cultura, a religião, a linguagem, a orientação sexual, a condição socioeconômica, a

deficiência, entre outros. Cada criança é única e traz consigo uma combinação desses elementos, que influenciam sua identidade e perspectiva de mundo.

Promover a inclusão na infância significa criar espaços e oportunidades para que todas as crianças se sintam acolhidas, respeitadas e valorizadas em suas diferenças. Isso envolve eliminar barreiras e preconceitos, garantindo que todas as crianças tenham acesso igualitário à educação, saúde, lazer, participação social e proteção.

A educação desempenha um papel fundamental na promoção da diversidade e da inclusão na infância. As escolas e os educadores têm a responsabilidade de criar ambientes inclusivos, nos quais as crianças aprendam sobre as diferenças de forma positiva e respeitosa, desenvolvendo empatia, tolerância e valorização da diversidade.

Além disso, é importante que os adultos, como pais, cuidadores e profissionais da área da saúde, estejam conscientes da importância da diversidade e da inclusão, promovendo um ambiente familiar e social que respeite e valorize as diferenças.

A diversidade e a inclusão na infância não apenas contribuem para o desenvolvimento saudável e pleno de cada criança, mas também para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e respeitosa, na qual todas as pessoas possam viver e conviver de forma harmoniosa, independentemente de suas diferenças.

Integralidade e prioridade absoluta da criança

A integralidade e a prioridade absoluta da criança são princípios fundamentais nas políticas públicas voltadas para esse grupo. Esses princípios reconhecem que as crianças têm necessidades específicas e requerem atenção especial por parte do Estado e da sociedade.

A integralidade refere-se à abordagem holística e abrangente das políticas públicas em relação à infância. Isso significa que as políticas devem considerar todos os aspectos do desenvolvimento infantil, incluindo saúde, educação, proteção, nutrição, habitação, cultura e lazer. A integralidade busca garantir que todas as necessidades das crianças sejam atendidas de forma integrada, reconhecendo sua interdependência e interconexão.

A prioridade absoluta da criança é um princípio que estabelece que os interesses e direitos das crianças devem ser considerados como a principal consideração nas decisões e ações do Estado. Isso significa que, em qualquer circunstância, a proteção e o bem-estar das crianças devem ser priorizados acima de qualquer outro interesse, individual ou

coletivo. Esse princípio é consagrado em diversos instrumentos internacionais e legislações nacionais.

A implementação da prioridade absoluta da criança implica em assegurar que as políticas públicas sejam orientadas para a garantia dos direitos e do desenvolvimento integral das crianças. Isso envolve a alocação adequada de recursos, a criação de mecanismos de proteção e promoção dos direitos infantis, a formação de profissionais capacitados, a participação das crianças nas decisões que as afetam e a monitorização efetiva das políticas implementadas.

Esses princípios são essenciais para garantir que as crianças tenham condições adequadas para seu desenvolvimento físico, mental, emocional e social.

Integração e sinergia das ações

A integração e a sinergia das ações nas políticas públicas são fundamentais para promover resultados mais efetivos e abrangentes. Esses conceitos se referem à coordenação e ao alinhamento das diferentes políticas e programas governamentais, de modo a otimizar recursos, evitar duplicação de esforços e alcançar impacto positivo de forma mais ampla.

Quando as ações nas políticas públicas são integradas, significa que diferentes setores e áreas de atuação do governo trabalham em conjunto, compartilhando informações, recursos e responsabilidades. Por exemplo, políticas voltadas para a infância podem envolver áreas como saúde, educação, assistência social, justiça, cultura, entre outras. A integração permite que essas áreas atuem de forma coordenada, evitando fragmentação e facilitando a oferta de serviços e ações mais abrangentes e coerentes.

A sinergia, por sua vez, refere-se à busca de resultados conjuntos e complementares por meio da combinação de esforços. Quando as ações são sinérgicas, os diferentes atores e programas trabalham em colaboração, aproveitando as capacidades e experiências uns dos outros, a fim de alcançar resultados mais amplos e mais significativos do que poderiam ser obtidos isoladamente.

A integração e a sinergia das ações nas políticas públicas podem trazer diversos benefícios. Elas permitem uma abordagem mais abrangente e eficiente dos problemas sociais, evitando a segmentação e a fragmentação das políticas. Além disso, a coordenação

entre os diferentes setores e atores pode levar a uma melhor utilização dos recursos disponíveis, evitando desperdícios e garantindo um impacto mais significativo.

Esses princípios são particularmente relevantes quando se trata das políticas públicas voltadas para a infância, uma vez que as crianças têm necessidades e direitos que atravessam diferentes áreas e setores. Ao integrar e harmonizar as ações nessas políticas, é possível garantir uma abordagem mais abrangente e eficaz para promover o bem-estar e o desenvolvimento integral das crianças.

Da participação e controle social

A participação e o controle social são elementos essenciais para fortalecer a democracia e garantir que as políticas públicas atendam às necessidades e aos interesses da população, incluindo as crianças. Esses princípios envolvem o envolvimento ativo dos cidadãos na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

A participação significa que os cidadãos têm o direito e a oportunidade de contribuir para as decisões que afetam suas vidas. No contexto das políticas públicas, isso implica em assegurar que as vozes das crianças, suas famílias e outros atores relevantes sejam ouvidas e consideradas. A participação pode ocorrer por meio de consultas públicas, fóruns, audiências, comitês de participação social, entre outros mecanismos que promovam a contribuição ativa e significativa dos cidadãos.

O controle social refere-se ao papel ativo da sociedade civil na fiscalização e no monitoramento das políticas públicas. Isso inclui o acompanhamento da implementação das políticas, a verificação de sua efetividade, a identificação de problemas e lacunas, e a exigência de transparência e prestação de contas por parte dos governos. O controle social pode ser exercido por meio de organizações não governamentais, movimentos sociais, conselhos e outras formas de engajamento da sociedade civil.

Quando se trata das políticas públicas voltadas para a infância, é especialmente importante garantir a participação e o controle social, pois as crianças são diretamente afetadas pelas decisões tomadas pelo governo. A participação das crianças na formulação das políticas que as impactam é fundamental para garantir que suas vozes sejam ouvidas e que suas perspectivas sejam levadas em consideração. Além disso, o controle social

permite que a sociedade acompanhe de perto as políticas públicas, identifique possíveis violações de direitos e contribua para a melhoria contínua das ações governamentais.

Portanto, a participação e o controle social são mecanismos que fortalecem a qualidade, a transparência e a legitimidade das políticas públicas, promovendo uma governança mais democrática e sensível às necessidades da população, incluindo as crianças.

A criança e as vulnerabilidades

As crianças estão especialmente sujeitas a vulnerabilidades sociais devido à sua dependência e imaturidade. Existem diversos fatores que podem contribuir para a vulnerabilidade das crianças, tais como:

POBREZA

A pobreza é uma das principais causas de vulnerabilidade social infantil. A falta de recursos financeiros adequados pode afetar negativamente o acesso a necessidades básicas, como alimentação, moradia, saúde e educação.

VIOLÊNCIA E ABUSO

As crianças estão vulneráveis a várias formas de violência, incluindo violência doméstica, abuso sexual, bullying e negligência. Essas experiências podem ter efeitos duradouros no desenvolvimento físico, emocional e psicológico das crianças.

ABANDONO E NEGLIGÊNCIA

Crianças que são abandonadas ou negligenciadas pelos cuidadores podem enfrentar dificuldades significativas. A falta de atenção, cuidado e apoio emocional pode levar a problemas de saúde, atrasos no desenvolvimento e dificuldades de aprendizagem.

MIGRAÇÃO E DESLOCAMENTO

Crianças refugiadas, deslocadas internamente ou migrantes estão expostas a uma série de riscos, incluindo a separação de suas famílias, a falta de acesso a serviços

básicos e a discriminação. Essas situações podem afetar negativamente seu bem-estar físico e emocional.

FALTA DE ACESSO À EDUCAÇÃO

A falta de acesso à educação de qualidade pode aumentar a vulnerabilidade das crianças. A educação desempenha um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo, social e emocional, além de fornecer oportunidades futuras.

DISCRIMINAÇÃO E MARGINALIZAÇÃO

Crianças pertencentes a grupos minoritários étnicos, religiosos ou culturais podem enfrentar discriminação e marginalização, o que pode limitar suas oportunidades e afetar sua autoestima e identidade.

É essencial que as políticas públicas e a sociedade em geral estejam atentas a essas vulnerabilidades e trabalhem para proteger e apoiar as crianças em situação de risco. Isso pode envolver a implementação de programas de combate à pobreza, o fortalecimento dos sistemas de proteção à infância, a promoção de ambientes seguros e saudáveis, o acesso equitativo a serviços básicos, a sensibilização e a educação sobre direitos infantis, entre outras medidas.

Deveres da família, do Estado e da sociedade

A Constituição Federal do Brasil estabelece uma ordem de responsabilidade em relação às crianças, priorizando a família, a sociedade e o Estado. Embora a Constituição não apresente uma lista específica de responsabilidades em relação às crianças, ela estabelece princípios e diretrizes gerais que orientam as ações relacionadas à infância.

De acordo com a Constituição Federal, a família é a principal responsável pela proteção, educação e desenvolvimento das crianças. O artigo 227 da Constituição estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à convivência familiar e comunitária, à proteção contra qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A sociedade, como um todo, também possui responsabilidade no que diz respeito à proteção e ao bem-estar das crianças. Isso inclui a promoção de políticas públicas, a sensibilização sobre os direitos das crianças, o combate à violência e o apoio às famílias.

O Estado tem a responsabilidade de garantir que as políticas públicas sejam implementadas para proteger os direitos das crianças. Isso envolve a criação de legislação adequada, a alocação de recursos para a implementação de programas e serviços voltados para a infância, o estabelecimento de sistemas de proteção à infância e a promoção do acesso à educação, saúde e outros serviços essenciais.

Portanto, de acordo com a Constituição Federal, a família tem a responsabilidade primordial, seguida pela sociedade e, por fim, pelo Estado, no que se refere à proteção, educação e desenvolvimento das crianças. É importante destacar que essas responsabilidades são complementares e devem ser exercidas em conjunto para garantir o pleno respeito aos direitos das crianças.

Da articulação das várias esferas de poder

A garantia dos direitos das crianças requer a articulação e a colaboração efetiva entre as várias esferas de poder, incluindo o poder executivo, legislativo e judiciário, em níveis federal, estadual e municipal. Essa articulação é fundamental para promover políticas e ações abrangentes que protejam, promovam e garantam os direitos das crianças de forma consistente e coordenada. Aqui estão algumas formas de articulação entre as esferas de poder:

ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS

As esferas de poder devem trabalhar em conjunto para desenvolver e implementar políticas públicas voltadas para a infância. Isso envolve a participação do poder executivo na formulação das políticas, o debate e a aprovação do poder legislativo, e a implementação e monitoramento pelo poder executivo. A colaboração e o diálogo entre as esferas de poder são essenciais para garantir a eficácia e a abrangência das políticas.

COORDENAÇÃO DE AÇÕES

As esferas de poder devem coordenar suas ações para garantir a implementação efetiva dos direitos das crianças. Isso pode envolver a definição de

responsabilidades claras entre as diferentes esferas, a criação de mecanismos de comunicação e cooperação, e o estabelecimento de estruturas de governança que facilitem a coordenação e o monitoramento das ações.

ALOCAÇÃO DE RECURSO

A articulação entre as esferas de poder é fundamental na alocação de recursos para a garantia dos direitos das crianças. O poder legislativo tem o papel de aprovar orçamentos que priorizem os investimentos em políticas e programas voltados para a infância. O poder executivo, por sua vez, deve assegurar que os recursos sejam aplicados de maneira adequada e eficiente, de acordo com as necessidades das crianças.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Todas as esferas de poder têm a responsabilidade de monitorar e avaliar a implementação das políticas e ações voltadas para as crianças. Isso envolve a criação de mecanismos de monitoramento, a coleta de dados relevantes, a realização de avaliações periódicas e a prestação de contas à sociedade. A colaboração entre as esferas de poder é fundamental para garantir que o monitoramento e a avaliação sejam abrangentes e rigorosos.

COOPERAÇÃO COM A SOCIEDADE CIVIL

A articulação entre as esferas de poder também envolve a cooperação com organizações da sociedade civil que atuam na defesa e promoção dos direitos das crianças. Essas organizações desempenham um papel crucial na monitoração das políticas públicas, na mobilização social e na advocacia em favor das crianças. A colaboração entre as esferas de poder e a sociedade civil fortalece a implementação e a efetividade das ações voltadas para as crianças.

A colaboração entre as esferas de poder é essencial para garantir a proteção e o bem-estar das crianças de forma abrangente e consistente.



Theo, 5 anos.



Alice, 5 anos

DIRETRIZES

DIRETRIZES POLÍTICAS

- Prioridade absoluta na lei de diretrizes orçamentárias LDO, na lei orçamentária anual – LOA e no Plano Plurianual – PPA

A determinação constitucional e a opção política de situar a criança (como também o adolescente) no topo das prioridades do Estado acarretam a obrigação de incluir e manter, na LDO e no PPA, as determinações para que os orçamentos anuais assegurem os meios financeiros para que essa prioridade seja efetivada na prática. As crianças estão nos nossos corações, nas leis, nos discursos e até nas políticas sociais, mas se não estiverem nos orçamentos, suas vozes ecoam no vazio e os esforços dos gestores, dos profissionais e de quem mais se engaja no atendimento das crianças serão minguados. (Brasil, PNPI, p. 30, 2020)

- Articulação e complementação com o Plano Nacional

Cada esfera elabora seu Plano adequado à sua realidade local, tendo o nacional como fonte e referência. Dessa maneira, todos estarão articulados e se complementando no mapa do País. (Brasil, PNPI, p. 30, 2020)

- Perspectiva de ações ao longo dos anos

É preciso persistir por vários anos nos objetivos e nas metas para garantir condições dignas de vida e promotoras do desenvolvimento pleno a todas as crianças brasileiras. São muitas as crianças, são muitos os problemas e só a continuidade por vários anos, em busca dos objetivos, poderá mudar o quadro de agruras em que grande parte das crianças está mergulhada. A soma deste PNPI, iniciado em 2010, com os planos estaduais, o plano distrital e os planos municipais, com vigor até 2030, certamente porá a primeira infância brasileira num patamar de vida e de desenvolvimento condizente com a condição que lhe é devida, de promoção integral de seus direitos. (Brasil, PNPI, p. 30, 2020)

- Elaboração com a participação da sociedade e das crianças

Esse princípio é a aplicação do que determina o art. 227, § 7º, combinado com o art. 204, inciso II, da Constituição Federal e os artigos 4º, 7º e 12 da Lei nº 13.257, de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância). Daí advém sua qualidade técnica e sua legitimidade social. (Brasil, PNPI, p. 31, 2020)

- Participação do Sistema de garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente

Os órgãos que compõem esse sistema vêm exercendo um papel relevante, mais que isso, imprescindível na defesa e na garantia dos direitos de cada criança e da infância como faixa etária específica. Na medida em que cresce a articulação entre os setores do Poder Executivo com o Judiciário e com os Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente, aumentam a eficiência e a eficácia das ações. (Brasil, PNPI, p. 31, 2020)

DIRETRIZES TÉCNICAS

- **Integralidade do PMPI**

Esta diretriz reafirma o compromisso de gestar um Plano que abranja todos os direitos da criança no contexto familiar, comunitário e institucional. As crianças não são fragmentadas e, portanto, é fundamental garantir a inteireza do Plano que sinaliza a disposição de diferentes representatividades da comunidade em garantir o seu atendimento integralmente e de forma bem articulada.

- **Multisetorialidade das ações de modo integrado**

Corresponde ao cuidado para que os projetos, programas e ações definidos no conjunto de Metas e aquelas que, no decorrer dos próximos dez anos, venham a ser inseridas no rol de necessidades e demandas, sejam realizadas de forma integrada entre os diferentes setores, órgãos colegiados, sociedade civil organizada, administração pública e parceiros da primeira infância.

- **Valorização dos processos que geram atitudes de defesa, proteção e de promoção da criança**

O município estabelece essa diretriz com o claro desejo de romper com a cultura da institucionalização de crianças e ao fortalecimento do paradigma da proteção integral e a garantia dos vínculos familiares e comunitários preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Para tanto, no processo de implementação das políticas orientadas por este Plano não se deve perder de vista a importância das ações transversais e intersetoriais dentro do poder público e da articulação com a sociedade.

- **Valorização e qualificação dos profissionais**

O lema posto é zelar por aqueles que cuidam, educam e buscam continuamente a promoção dos direitos das crianças. Portanto, a valorização profissional, o reconhecimento social e a formação continuada de todos aqueles que atuam diretamente no cotidiano das crianças, é de suma relevância para a consecução das Metas estabelecidas neste Plano. Serra Negra acredita que não há como garantir a máxima qualidade de vida das crianças sem a garantia de condições adequadas para aqueles profissionais que estão engajados com os pequenos.

- Valor atribuído à forma como se olha, escuta e atende a criança

A forma como profissionais, familiares, adultos escutam a criança expressa o valor que se dá a ela, o respeito que se tem por ela, a solidariedade e o compromisso com o seu desenvolvimento saudável e integral. Por meio dessa escuta sempre ativa é possível encorajá-la a compreender melhor o mundo que a cerca, atribuir sentidos e significado ao que faz e é, estimular o desenvolvimento das suas múltiplas linguagens, as interações sociais e o acesso ao patrimônio cultural da humanidade. Importante destacar que as crianças captam todas as mensagens transmitidas pelos sentimentos e valores expressos pelos adultos durante as relações interpessoais.

- Elaboração com a participação da sociedade e das crianças

As cidades que desejam ver suas crianças protagonistas nos processos de decisões por meio de uma escuta responsiva pelos adultos do seu convívio, dão voz e vez às suas ideias e opiniões. Esta diretriz eleva a criança à condição de partícipe de uma cidade em construção. Da mesma forma, as governanças que consideram a atuação dos órgãos colegiados e representativos dos direitos das crianças ganham em qualidade e assertividade no planejamento de suas políticas públicas.

- Foco nos resultados

Manter foco nos resultados almejados em cada uma das metas apresentadas exige planejamento, articulação, investimento e engajamento. Desta forma, a insistência e persistência dos diferentes atores envolvidos serão fundamentais na execução e êxito do Plano.

- Transparência, disponibilidade e divulgação dos dados coletados no acompanhamento e na avaliação do PMPI

Este documento prevê o processo de monitoramento e avaliação do conjunto de metas e estratégias, dentro de períodos específicos. Os dados, informações, notas técnicas, dificuldades e novas necessidades que surgirem no passar dos anos servirão de indicadores para o controle social da execução do Plano. Divulgar os avanços que vão sendo obtidos contribuirá para o Plano ser visto como instrumento de transformação das condições de vida e de desenvolvimento das crianças do município e para que a sociedade mantenha o interesse por ele, acompanhando a sua execução e contribuindo para aprimorar a sua implementação.



**CENÁRIO DA PRIMEIRA INFÂNCIA
EM SERRA NEGRA**

De acordo com levantamento da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV), o município de Serra Negra possuía 2.144 crianças com idades entre 0 e 6 anos em 2021.



Esta parte do documento se ocupa em analisar gráficos e tabelas a partir do levantamento de dados e informações que auxiliam na fotografia da realidade do município, no que tange aos serviços, programas, projetos e ações realizadas pelos diferentes setores da administração pública com apoio dos órgãos de controle social e população em geral.

Tabela 1: Quantidade de crianças de 0 a 5 anos no município (2024)

IDADE	NÚMERO DE CRIANÇAS
0 a 11 meses	244
1 ano a 1 ano e 11 meses	186
2 anos a 2 anos e 11 meses	208
3 anos a 3 anos e 11 meses	193
4 anos a 4 anos e 11 meses	201
5 anos a 5 anos e 11 meses	291

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde (1/7/2024)





**INDICADORES
DE SAÚDE**



PREFEITURA MUNICIPAL
DA ESTÂNCIA TURÍSTICA HISTÓRICA DE
SERRA NEGRA

SECRETARIA
DE
SAÚDE



A criança não é um adulto em miniatura e, por corresponder a um período do desenvolvimento humano que possui particularidades e especificidades, as crianças exigem uma abordagem diferenciada e qualificada em saúde.

Em cada atendimento ou consultas realizadas pelos profissionais da área, faz-se necessário dar atenção global à condição

de cada usuário para que sejam identificadas suas necessidades e atendidas com a máxima qualidade.

Os programas, projetos, ações e serviços oferecidos à população pela Saúde Pública não devem prescindir de planejamento a partir de diagnósticos consistentes, de investimentos e ações assertivas de cuidado, de forma a monitorar as condições físicas e emocionais, domésticas e ambientais, imunizar, atender e tratar adequadamente as doenças infantis.

MISSÃO

Desenvolver uma política de saúde humanizada, em consonância com as realidades locais, com a participação da sociedade, visando à qualidade da saúde da população, por meio de redes de atenção resolutivas, reconhecendo a APS como a principal articuladora e coordenadora da atenção à saúde, atuando com ações de promoção, prevenção e cuidados em saúde.

VISÃO

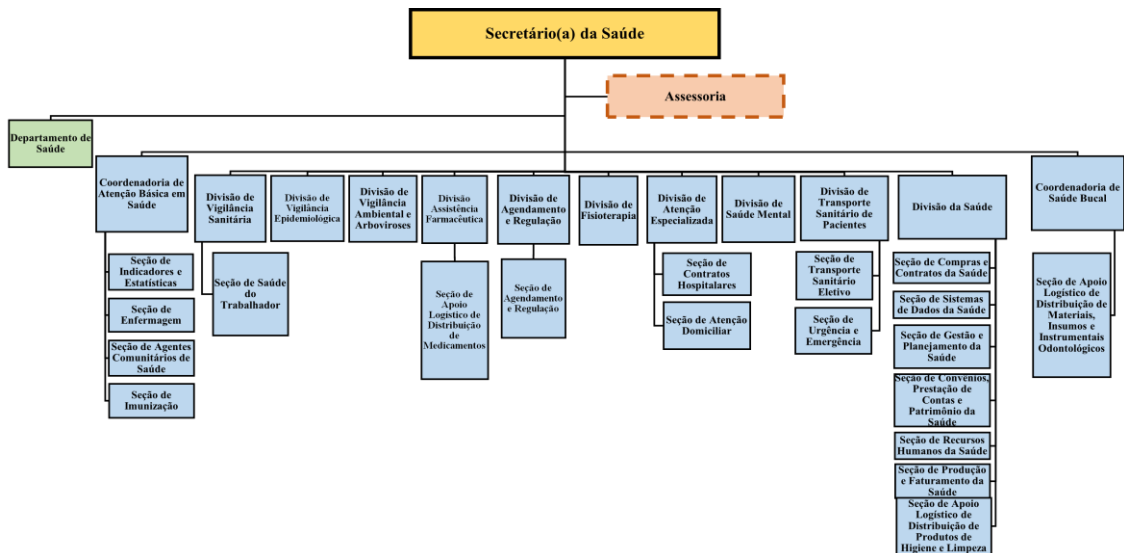
Ser reconhecida pela municipalidade por promover ações e serviços de saúde eficientes e eficazes, sempre comprometida com o bem-estar da população.

VALORES

Equidade, ética, eficiência, qualidade, compromisso, solidariedade, respeito à vida, dignidade humana e transparência.

ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE SAÚDE

De acordo com a Lei Complementar nº 210, de 14 de dezembro de 2023, que dispõe sobre a Reforma Administrativa da Prefeitura Municipal, a estrutura organizativa e funcional de trabalho da Saúde apresenta-se da seguinte forma:



Legenda:

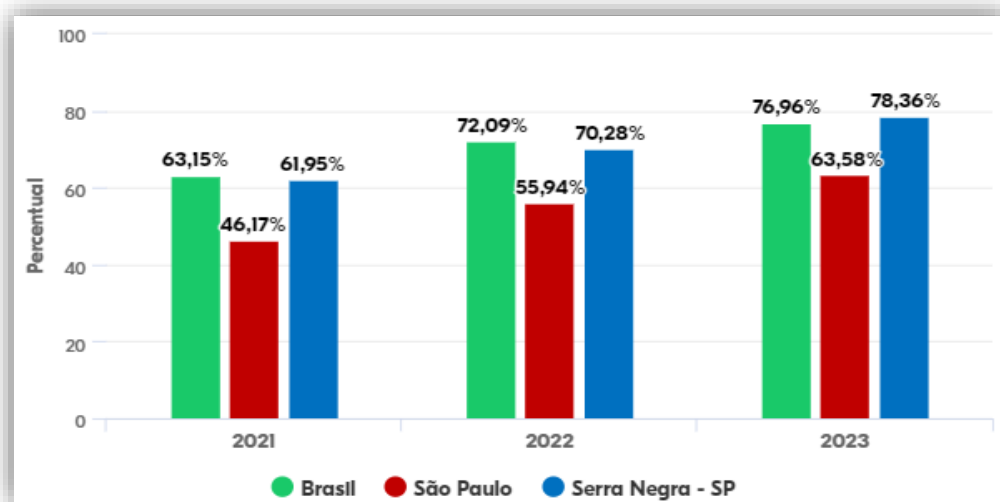
	Estrutura chefiada por mandato eletivo
	Estrutura chefiada por Agente Político
	Estrutura chefiada por cargo comissionado
	Estrutura chefiada por função de confiança
	Cargos comissionados de assessoramento ao Prefeito Municipal

Conselhos e fundos ligados à Secretaria de Saúde	
a)	Conselho Municipal de Saúde
b)	Fundo Municipal de Saúde

O Fundo Municipal de Saúde (FMS), instituído pela Lei nº 2.043, de 31 de dezembro de 1993, tem por objetivo criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações da pasta e compreende o atendimento à saúde universalizado, integral, regionalizado e hierarquizado; à vigilância sanitária; à vigilância epidemiológica e ações de saúde de interesse individual e coletivo; e ao controle e fiscalização das agressões ao meio ambiente, nele compreendido o ambiente de trabalho, em comum acordo com as organizações competentes das esferas federal e estadual.

O Conselho Municipal de Saúde (CMS), criado pela Lei Municipal nº 1.853, de 11 de fevereiro de 1992, tem por finalidade a elaboração e controle da execução das políticas de saúde, bem como a formulação, fiscalização e acompanhamento do SUS, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros.

Gráfico 2: Percentual de Cobertura da Atenção Primária à Saúde (2021 – 2023)



Fonte: Ministério da Saúde -e-Gestor: Informação e Gestão de Atenção Básica / Organizado por Datapedia.info. Disponível em <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/serra-negra-sp/> Acesso: 23/05/2024

O gráfico apresenta a evolução da população cadastrada pelas equipes de atenção primária e de saúde da família. Este indicador é crucial, porque as equipes podem colaborar em várias políticas públicas ao mesmo tempo: alerta para risco de violência contra crianças, incentivo à matrícula na creche e aleitamento materno, cuidados contra obesidade, etc.

O percentual corresponde ao quantitativo de população cadastrada pelas Equipes de Saúde da Família (ESF) e Equipes de Atenção Primária (EAP) financiadas pelo Ministério da Saúde (MS) em relação à população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dados dos meses de maio entre 2021 e 2023. Coleta realizada em agosto de 2023.

A Atenção Primária à Saúde (APS) é o primeiro nível de atenção voltada à saúde, ou melhor, é o primeiro contato “porta de entrada” que o indivíduo deve procurar quando percebe alguma anormalidade relacionada à saúde. Geralmente a APS consegue atender por volta de 80% das necessidades de saúde do indivíduo no decorrer da vida. Ela atua como a porta de entrada oferecendo cuidados integrais, acessíveis e contínuos à população.

Conforme o Artigo 2º, do Anexo XXII, da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), publicada em 2017, “A Atenção Primária à Saúde é o nível de atendimento inicial e o “conjunto de ações individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção,

prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada”.

Portanto, a atenção primária prevê desde o acesso a serviços de saúde, como também serviços de prevenção de agravos, diagnóstico precoce, tratamento/cuidados, como também a reabilitação/manutenção da saúde. Os serviços podem ser desempenhados tanto de forma individual como coletiva, variando, portanto, de acordo com a necessidade avaliada.

A operacionalização da atenção básica deve ser praticada conforme os princípios e diretrizes do SUS, fato que pressupõe a organização das necessidades de saúde de uma população.

No Brasil, há diversos programas governamentais relacionados à atenção básica, sendo um deles a Estratégia de Saúde da Família (ESF), que leva serviços multidisciplinares às comunidades por meio das Unidades Básicas de Saúde (UBSs). O município de Serra Negra apresenta uma cobertura de 90% de estratégia de saúde da família e apenas uma unidade básica de saúde, aproximando-se de uma cobertura de 90% em APS.

As ESF's do município trabalham com equipe ampliada, sendo composta por médico clínico geral, ginecologista, pediatra, nutricionista, psicólogo e equipe de saúde bucal.

A APS de Serra Negra pode ser dividida por categorias, como:

Vigilância em saúde

Realiza a análise epidemiológica da situação de saúde local, discute e acompanha os casos de violência em parceria com outros setores, investiga óbitos, transmite informações sobre eventos relacionados à saúde, planeja e implementa medidas de saúde pública, identifica e acompanha adultos, idosos, crianças e adolescentes inscritos no Programa Bolsa Família, além de outros programas de assistência social e benefícios sociais, entre outros.



Trabalho realizado pela equipe de Saúde em parceria com as escolas sobre conscientização e combate à dengue

Promoção à saúde

Aconselhamento para introdução da alimentação complementar na criança, conforme as diretrizes vigentes, consulta para acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil (pesar, medir e avaliar o desenvolvimento, registrando na caderneta da criança), promoção da paternidade responsável e ativa.

Atenção e cuidados centrados na saúde do adulto e do idoso

Cuidados e atenção à saúde da mulher (assistência ao pré-natal da gestante e do parceiro, com utilização da caderneta da gestante, assistência no período do puerpério, assistência no período do climatério), cuidados e atenção à saúde do idoso (atendimento domiciliar para pessoas idosas restritas ao lar ou com dificuldade de mobilidade, incluindo informações, orientações de saúde, aconselhamento e apoio aos familiares/cuidadores, prevenção de acidentes domésticos, quedas e fraturas, prevenção, identificação, tratamento e acompanhamento de distúrbios nutricionais no adulto e idoso, atenção e cuidados clínicos em saúde do adulto e do idoso, acompanhamento de adultos e idosos em cuidados integrados e continuados, incluindo cuidados paliativos, com orientação aos familiares/cuidadores, atendimento das populações em situação de vulnerabilidade, atendimento à demanda espontânea com avaliação de risco para adultos e idosos.



Criança sendo pesada na escola pela enfermeira da Unidade de Saúde. Projeto Saúde na Escola



Divulgação da Campanha de vacinação contra poliomielite

Atenção e cuidados centrados na criança e no adolescente

Prevenção, identificação, tratamento e acompanhamento de situações relacionadas aos distúrbios nutricionais (baixo peso, desnutrição, sobrepeso e obesidade), rastreamento em saúde da criança: triagem neonatal (teste do pezinho e reflexo vermelho), suplementação nutricional (vitaminas e minerais) quando indicado.



Gestantes que realizam o pré-natal nas Unidades de Saúde participando do Projeto Amor Perfeito com dentista e enfermeira.

Procedimentos na APS

Abordagem e tratamento da pessoa com alterações nos pés devido a doenças neuropáticas, como diabetes Mellitus (DM); administração de medicamentos por via intradérmica, intramuscular, nasal, ocular, otológica, oral, parenteral, retal, subcutânea e tópica; aferição, monitoramento de pressão arterial; realização de glicemia capilar.



Agentes Comunitários de Saúde e de Endemias em ação contra dengue.

Atenção e cuidados relacionados à saúde bucal

Ação coletiva de aplicação tópica de flúor gel, atendimento odontológico da gestante, atividade educativa e orientação em grupo na atenção primária, acesso à polpa dentária e medicação (por dente), adaptação de prótese dentária, atendimento de urgência odontológica na APS, dentre muito outros.



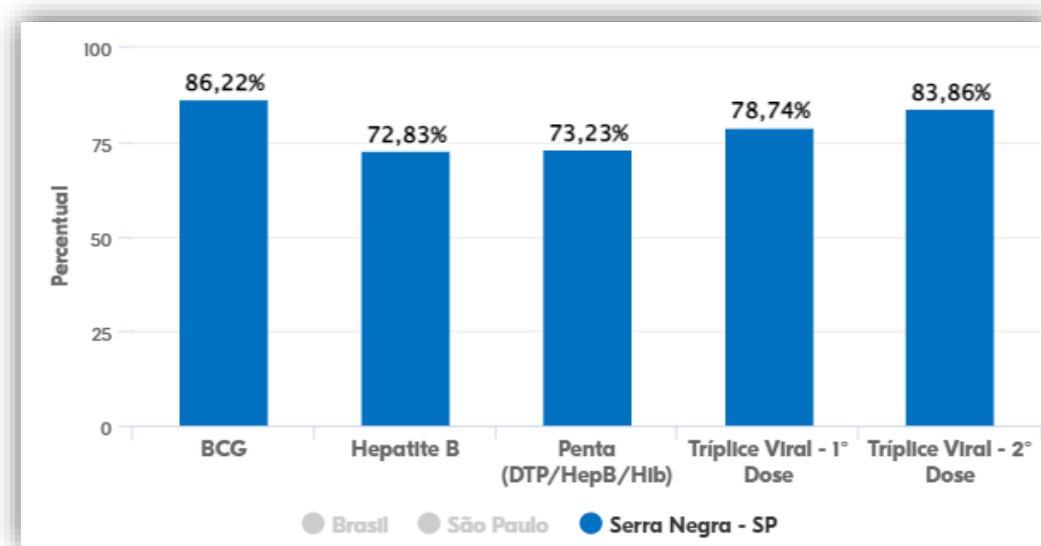
Ação da Saúde Bucal nas escolas no Projeto Saúde na Escola.

Enfim, o processo de trabalho das equipes de saúde do município envolve:

- Definição do território de atuação e de população sob responsabilidade da equipe;
- Programação de atividades de atenção à saúde de acordo com as necessidades de saúde da população;
- Planejamento da agenda de trabalho de todos os profissionais da unidade, desenvolvendo ações específicas aos grupos vulneráveis e de risco;
- Acolhimento com escuta qualificada, classificação de risco e avaliação de necessidade de saúde;
- Oferta de atenção integral, contínua e organizada à população adscrita;
- Atenção à saúde tanto na unidade como no domicílio, e ainda em algumas situações em escolas, creches, praças e outros espaços que comportem a ação prevista e prática de ações educativas que possam colaborar positivamente no processo de saúde-doença da população;
- Implementação de ações de participação coletiva nos processos, participação no planejamento local de saúde, assim como do monitoramento e avaliação das ações da equipe, visando à readequação do processo de trabalho e do planejamento diante das necessidades, realidade, dificuldades e possibilidades analisadas;
- Apoio às estratégias de fortalecimento da gestão local e do controle social, realização de atenção domiciliar destinada a usuários que possuam problemas de saúde e com dificuldade ou impossibilidade física de locomoção até uma unidade.



Gráfico 3: Cobertura Vacinal Infantil - 2023



Fonte: Ministério da Saúde -e-Gestor: Informação e Gestão de Atenção Básica / Organizado por Datapedia.info. Disponível em <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/serra-negra-sp/> Acesso: 23/05/2024

Os dados de vacinação foram obtidos através do Painel de Cobertura Vacinal do Ministério da Saúde por local de residência do cidadão. Essa cobertura corresponde ao percentual do total de pessoas vacinadas sobre o número de nascidos vivos do ano corrente.

Os dados aqui exibidos foram obtidos em 3 de junho de 2024. Alguns percentuais de cobertura podem ser maiores que 100%. Isso pode ocorrer por diversos motivos em municípios onde as unidades de saúde de um município atendem pessoas de municípios vizinhos.

A vacinação é essencial para a manutenção da saúde do ser humano, desde o nascimento. Uma conquista científica que passou a ser fundamental para o avanço na prevenção, controle, eliminação e erradicação das doenças preveníveis.

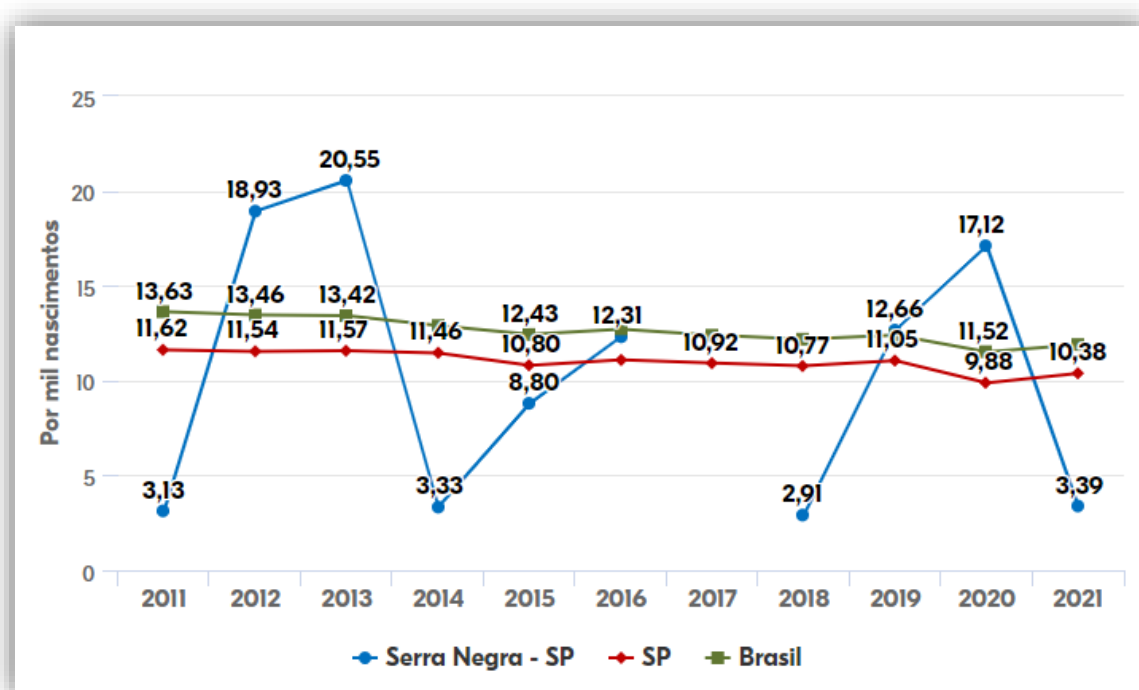
O gráfico apresenta o indicador de cobertura vacinal e o número de crianças vacinadas para 5 das vacinas infantis do calendário nacional de vacinação. A vacinação de Hepatite B e/ou a Penta (DTP/HepB/Hib) para crianças menores de 1 ano e a tríplice viral para crianças de 1 ano de idade.

Logo ao nascer são duas as vacinas: BCG em dose única (previne tuberculose) e contra a Hepatite B. Aos 2 meses se recebe as primeiras doses da vacina Pentavalente (que previne a Difteria, Tétano, Coqueluche, Hepatite B e meningite por Haemophilus influenzae tipo b), da vacina contra o Rotavírus, contra Poliomielite e a vacina

Pneumocócica (previne pneumonia, otite, meningite e outras doenças causadas pelo pneumococo).

As vacinas são fundamentais para prevenir doenças, pois estimulam a produção de anticorpos contra vírus e bactérias de doenças graves. Dessa maneira, ao tomar uma vacina, adquire-se proteção induzida antes de ter contato com qualquer ameaça ao organismo.

Gráfico 4: Taxa Mortalidade Infantil para até 1 ano de Idade (2011 – 2021)



Fonte: Ministério da Saúde – DataSUS / Organizado por Datapedia.info. Disponível em <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/serra-negra-sp/> Acesso: 23/05/2024

Esse gráfico mostra uma discrepância considerável se observados os dados do município em relação ao estado/país; enquanto o estado/país mostra uma constância de dados, o município mostra, por vezes, índices bem menores ou bem maiores nos períodos. Tanto os índices menores quanto os maiores e seus respectivos anos são fontes de pesquisa para futuras ações.

O ano com maior índice de mortalidade, nesta série histórica, foi 2013, com 20,55% (6 óbitos). No ano de 2017 não houve nenhum caso registrado. Esse percentual elevado volta a se repetir em 2020 com 5 óbitos (17,12%). No ano seguinte, houve uma considerável queda para 1 óbito (3,39%) e, de acordo com levantamento da Secretaria Municipal de Saúde, em 2022 houve 2 registros (7,91%).

A taxa de mortalidade infantil é calculada com base em dados de nascidos vivos e de mortalidade do Ministério da Saúde. Ela representa a taxa de crianças nascidas vivas que morreram com menos de um ano de idade para cada mil crianças nascidas vivas. O indicador traz dados municipais, estaduais e federais.

A taxa de mortalidade infantil é um indicador que representa o número de óbitos de crianças menores de um ano de idade a cada mil nascidos vivos em um determinado período. Essa taxa é um importante indicador da qualidade do sistema de saúde e das condições socioeconômicas de um país.

As causas de mortalidade infantil podem variar dependendo do país e das condições específicas de cada região. No entanto, existem algumas causas comuns de mortalidade infantil em todo o mundo. Aqui estão algumas das principais causas de morte em crianças menores de um ano de idade:

Complicações relacionadas ao parto

Isso inclui asfixia durante o parto, trauma físico durante o nascimento ou problemas de prematuridade.

Malformações congênitas

Algumas crianças nascem com problemas de saúde que podem ser fatais, como defeitos cardíacos, anormalidades do sistema nervoso central ou problemas genéticos.

Infecções: Doenças infecciosas

Pneumonia, sepse (infecção generalizada) e infecções do trato respiratório, podem ser fatais em crianças pequenas, especialmente em áreas onde o acesso a cuidados médicos adequados é limitado.

Complicações respiratórias

A síndrome da morte súbita do lactente (SMSL) é uma causa de mortalidade infantil que ainda não é totalmente compreendida, mas está associada a problemas respiratórios durante o sono.

Desnutrição

A desnutrição severa pode levar à morte em crianças pequenas, especialmente em áreas onde a pobreza e a falta de acesso a alimentos adequados são comuns.

Diarreia

A diarreia é uma causa significativa de mortalidade infantil, geralmente devido à desidratação grave e à perda de eletrólitos essenciais.

É importante destacar que muitas dessas causas de mortalidade infantil podem ser prevenidas ou tratadas com cuidados adequados de saúde materno-infantil, vacinação, acesso a água potável, saneamento básico e melhoria das condições socioeconômicas.

Ações para a redução da taxa de mortalidade infantil até 1 ano por causas evitáveis

Aumento da oferta de serviços de saúde

Captação precoce da gestante

Assistência em saúde desde o pré-natal até o parto, nascimento e puerpério

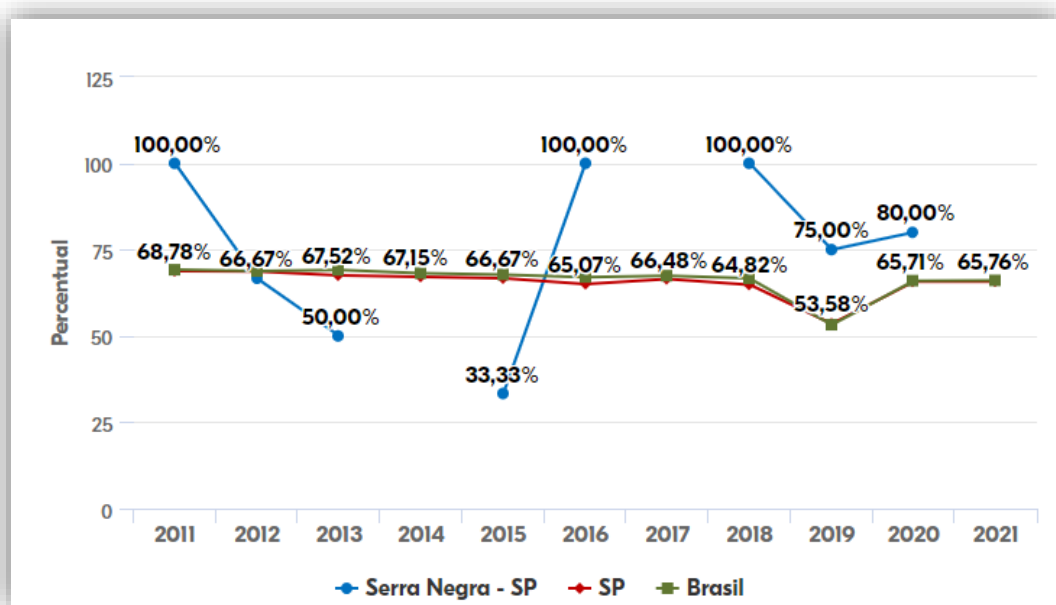
Acompanhamento do recém-nascido até o seu segundo ano de vida

Educação continuada para todos os profissionais envolvidos

Imuno prevenção

Vigilância dos óbitos infantis

GRÁFICO 5: Percentual de mortalidade infantil (até 1 ano) por Causas Evitáveis (2011–2021)



Fonte: Ministério da Saúde – DataSUS / Organizado por Datapedia.info. Disponível em <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/serra-negra-sp/> Acesso: 23/01/2024

O gráfico permite inferir a necessidade premente de ações a serem realizadas para que a mortalidade infantil no município atinja de modo significativo níveis mais baixos. O percentual é calculado com o total de óbitos infantis (até 1 ano) por causas evitáveis sobre o total de óbitos infantis.

As Notas Técnicas do indicador, apresentadas no Primeira Infância Primeiro, disponível pelo link <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/serra-negra-sp/>, são considerados óbitos classificados como causas evitáveis as categorias:

- 1.1. Reduzíveis pelas ações de imunização;**
- 1.2.1 Reduzíveis pela atenção à mulher na gestação;**
- 1.2.2 Reduzíveis por adequada atenção à mulher no parto;**
- 1.2.3 Reduzíveis pela adequada atenção ao recém-nascido;**
- 1.3. Reduzíveis pelas ações de diagnóstico e tratamento adequado;**
- 1.4. Reduzíveis por ações adequadas de promoção à saúde, vinculadas às ações adequadas de atenção à saúde.**

Com base em dados do Sistema Único de Saúde (SUS), este indicador aponta a proporção de mortes que poderiam ser evitadas em âmbito municipal, estadual ou federal com ações mais eficientes de assistência a gestantes e recém-nascidos, melhores condições de parto, diagnósticos e tratamentos mais precisos ou ações de promoção da saúde.

A mortalidade infantil por causas evitáveis refere-se às mortes de crianças com menos de um ano de idade que poderiam ter sido prevenidas ou tratadas com intervenções médicas adequadas.

O combate à mortalidade infantil por causas evitáveis requer uma abordagem holística, incluindo melhorias nos sistemas de saúde, educação em saúde, acesso a serviços de saúde de qualidade, promoção da amamentação, vacinação, nutrição adequada, planejamento familiar e medidas para melhorar as condições socioeconômicas das famílias.

Gráfico 6: Total de óbitos de até 1 anos X Óbitos por causas evitáveis (2011-2021)



Fonte: Ministério da Saúde – DataSUS / Organizado por Datapedia.info. <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/serra-negra-sp/> Disponível em Acesso: 23/01/2024

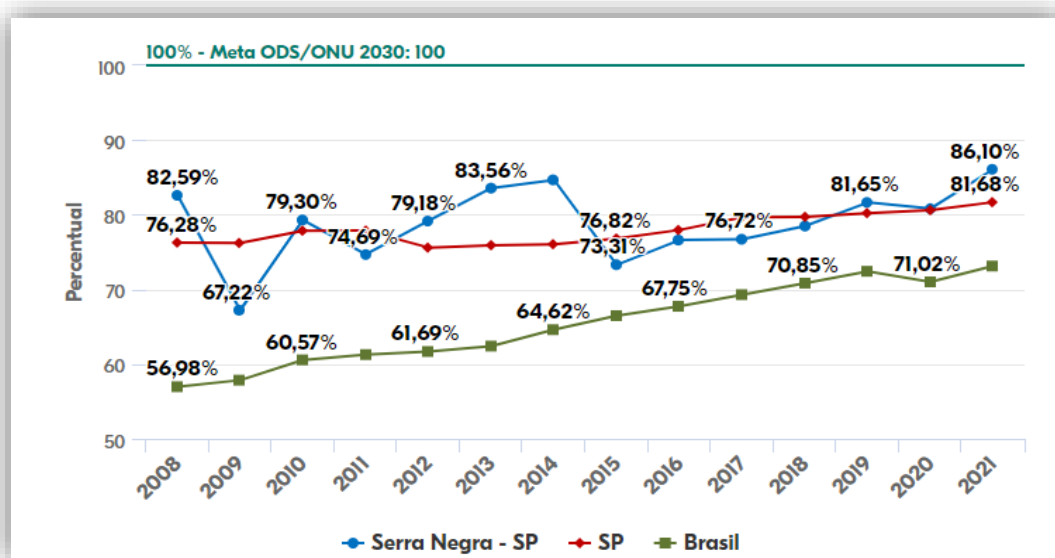
O gráfico possibilita o estudo e verificação de possíveis ações para a queda desses índices, já que apresenta os anos de menor índice e maior índice, objetos de possível pesquisa. Ele apresenta a relação entre mortes que poderiam ser evitadas e o total de mortes no município.

Os anos de 2012 e 2013 apresentaram os maiores índices da série histórica, ambos registrando 6 óbitos, sendo que desse total, em 2012, 4 óbitos ocorreram por causas evitáveis e, em 2013, 3 óbitos. Nota-se que no ano de 2017 não houve nenhum registro de mortes de crianças que nasceram vivas e não completaram 1 ano.

Fortalecer a atenção básica, buscar as diretrizes do Ministério da Saúde e trabalhar na articulação regional em prol da redução de mortes infantis podem ter impactos positivos nesse indicador.

O combate à mortalidade infantil por causas evitáveis requer uma abordagem holística, incluindo melhorias nos sistemas de saúde, educação em saúde, acesso a serviços de saúde de qualidade, promoção da amamentação, vacinação, nutrição adequada, planejamento familiar e medidas para melhorar as condições socioeconômicas das famílias.

Gráfico 7: Evolução – Percentual de gestantes com 7 ou mais consultas pré-natal (2008 – 2021)



Fonte: Ministério da Saúde – DataSUS / Organizado por Datapedia.info. Disponível em <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/serra-negra-sp/> Acesso: 23/01/2024

O gráfico mostra que o município está acima do índice nacional e por vezes acima do estadual, vislumbrando a possibilidade de alcançar o índice de 100 (cem)% até o ano de 2028 (se mantido o mesmo ritmo), visto que a partir do ano de 2015 esse índice tem se elevado a uma taxa média de cerca de 2 (dois) % ao ano.

O aumento das consultas pré-natais está diretamente relacionado à diminuição da mortalidade infantil e da mortalidade materna. Daí a importância de que as gestantes do estado ou município façam pelo menos sete consultas – o que pode ajudar a melhorar vários outros indicadores, como aleitamento, mortalidade infantil por causas evitáveis e bebês de baixo peso. Para além do número de consultas, é crucial que o atendimento seja de qualidade, dando acesso aos exames necessários e a detecção precoce de riscos.

A consulta pré-natal é uma parte fundamental dos cuidados de saúde materno-infantil e visa monitorar e promover a saúde da mulher grávida e do feto durante a gestação. Durante as consultas pré-natais, os profissionais de saúde realizam uma série de avaliações, exames e orientações para garantir que a gravidez esteja progredindo de forma saudável e identificando quaisquer problemas ou complicações precocemente.

A frequência e o número de consultas pré-natais podem variar de acordo com as recomendações locais e a saúde da mulher. É essencial que as mulheres grávidas

participem regularmente das consultas pré-natais para garantir uma gravidez saudável e minimizar o risco de complicações tanto para a mãe quanto para o bebê.

Ações realizadas pela saúde desde o momento em que se diagnostica a gravidez até o período da puericultura

Oferta de no mínimo 6 (seis) consultas de pré-natal

Garantia da realização dos exames necessários

Garantia da internação da parturiente e do recém-nascido (RN)

Garantia de imunização da gestante

Garantia de consulta odontológica à gestante

Atividades educativas durante a gestação (Programa Amor Perfeito)

Oferta de consultas de puericultura com enfermeira e pediatra

Oferta de consulta e orientação e consulta de odontologia ao RN

Imunização do RN logo após o nascimento e conforme calendário vacinal

Oferta de acompanhamento nutricional e psicológico à gestante

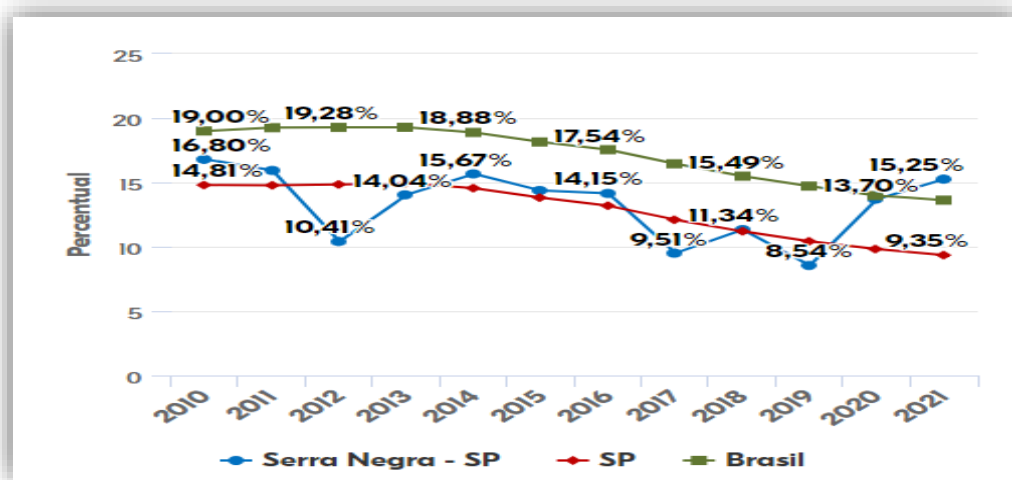
Oferta de suplementação por profissional especializado à criança de baixo peso quando necessário

Orientação quanto a importância do aleitamento materno exclusivo



Bebês interagindo com os pares e com as materialidades em situação escolar

Gráfico 8: Evolução – Percentual de Partos de Mães adolescentes (até 19 anos) (2010 – 2021)



Fonte: Ministério da Saúde – DataSUS / Organizado por Datapedia.info. Disponível em <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/serra-negra-sp/> Acesso: 23/01/2024

No gráfico pode ser observado que tanto o índice nacional quanto o estadual apresentam constância nos declínios percentuais, enquanto o índice municipal não tem seguido essa tendência.

Este indicador apresenta em gráfico a curva do percentual de mães adolescentes do município junto a do estado ou do país, para análises comparativas.

Ações realizadas pela saúde em relação à gravidez precoce no município

Maior aproximação da equipe de saúde junto aos adolescentes

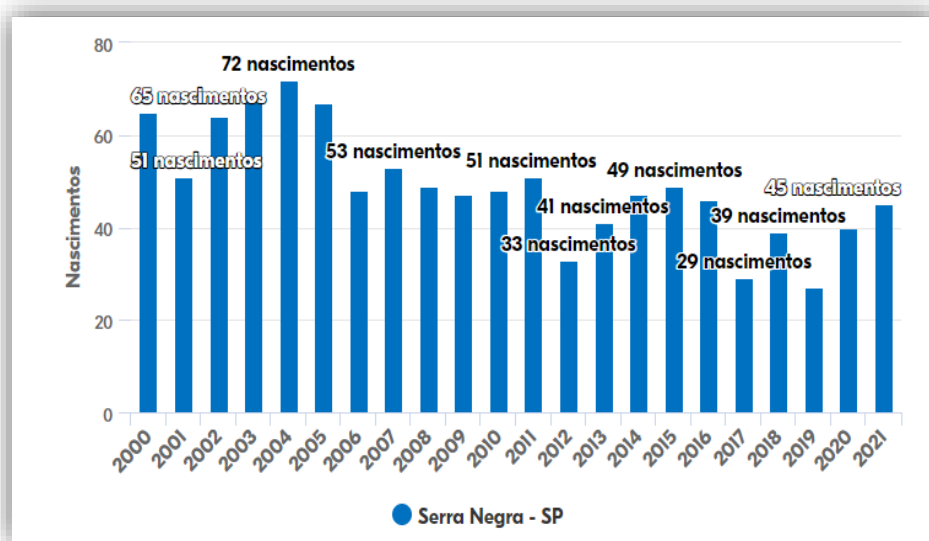
Educação em saúde quanto ao início da vida sexual

Orientação aos familiares a respeito da importância do diálogo familiar quanto ao desenvolvimento afetivo dos filhos e das responsabilidades como protagonistas de suas vidas

Oferta de métodos contraceptivos

Aumento da oferta de atendimento psicológico visando melhor entendimento quanto ao desenvolvimento afetivo

Gráfico9: Total de partos de Mães adolescentes (até 19 anos) por ano (2000 – 2021)



Fonte: Ministério da Saúde – DataSUS / Organizado por Datapedia.info. Disponível em <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/serra-negra-sp/> Acesso: 23/01/2024

O gráfico apresenta o número de nascimento de crianças por mães adolescentes.

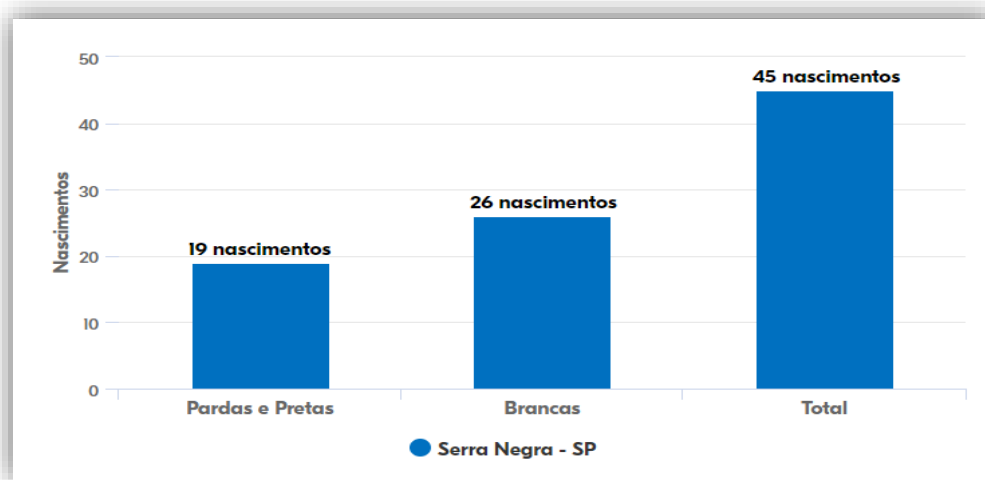
Este indicador aponta para múltiplos desafios no estado ou município. Independentemente dos motivos para a gravidez, ela gera impactos individuais e sociais nas adolescentes e seus filhos. Entre eles, a interrupção precoce dos estudos, riscos de agravos de saúde e mortalidade, além da probabilidade de o bebê viver em um arranjo familiar instável, com maiores desafios para receber os cuidados necessários para seu desenvolvimento pleno.

A série histórica de registros de partos de mães adolescentes aponta que o ano de 2004 contabilizou 72 nascimentos, seguidos de 2004 (36 nascimentos), 2007 (53 nascimentos) e 2011 (51 nascimentos). Os anos com menor número de nascidos foram 2017, com 29 crianças, e o ano de 2019 (27 nascimentos).

Entre os anos de 2019 e 2021 houve um aumento significativo de 18 nascimentos, saltando de 8,54% para 15,25%. Já no ano de 2022 foram registrados 23 nascimentos, representando um percentual de 9,09%.

Os dois gráficos seguintes apresentam o total de partos de mães adolescentes por raça/cor, referente aos anos de 2021 e 2022. Observa-se que quanto maior a concentração de mães adolescentes entre as cores/raças identificadas como as mais vulneráveis no estado ou município, maior a necessidade de ações públicas voltadas para essas populações específicas com vistas a romper com a perpetuação das desigualdades.

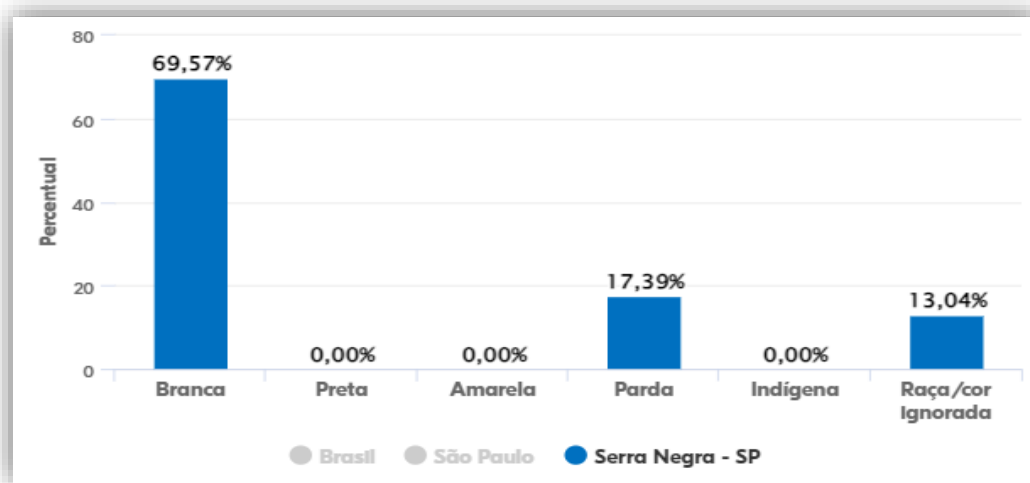
Gráfico 10: Total de partos de Mães adolescentes – Por Raça/Cor (2021)



Fonte:

Ministério da Saúde – DataSUS / Organizado por Datapedia.info. Disponível em <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/serra-negra-sp/> Acesso: 14/05/2024

Gráfico 11: Total de partos de Mães adolescentes – Por Raça/Cor (2021)



Fonte: Ministério da Saúde – DataSUS / Organizado por Datapedia.info. Disponível em <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/serra-negra-sp/> Acesso: 14/05/2024

Aqui, nota-se que dos 45 nascimentos, 57,78% das crianças foram declaradas brancas e 42,22% como pardas e pretas. Já em 2022, dos 23 registros de nascimentos de mães adolescentes, 16 foram brancas, 4 pardas e 3 como raça/cor ignorada.



**INDICADORES DE
NUTRIÇÃO**

Alimentação saudável, equilibrada nutricionalmente e preparada adequadamente é fundamental em todas as etapas da vida. Entretanto, é inegável que uma alimentação inadequada na primeira infância pode gerar impactos negativos, muitas vezes, duradouros e irreparáveis. Garantir uma boa nutrição vai além de ter acesso a alimentos de qualidade, in natura, e minimamente processados.

Para comer bem, é preciso também de conhecimento e informações para saber escolher o que irá à mesa e, assim, evitar bebidas açucaradas e alimentos ultra processados, ricos em sódio e gorduras e pobres em nutrientes – particularmente nos primeiros anos de vida.

É importante lembrar que produtos ultraprocessados não são considerados “comida de verdade”. O Guia Alimentar para a População Brasileira, do Ministério da Saúde, classifica esses alimentos como formulações industriais feitas principalmente a partir de substâncias extraídas de alimentos ou sintetizadas em laboratório. Essas fórmulas químicas imitam o sabor, o cheiro e a textura de alimentos in natura. Elas viciam o paladar e trazem grandes quantidades de sal, açúcar e outros ingredientes que, se ingeridos em grande quantidade ou por muito tempo, causam doenças não transmissíveis como obesidade e até câncer.

Uma alimentação adequada e saudável é composta de comida de verdade e começa pelo aleitamento materno, que deve ser exclusivo nos primeiros seis meses de vida e complementado até dois anos.

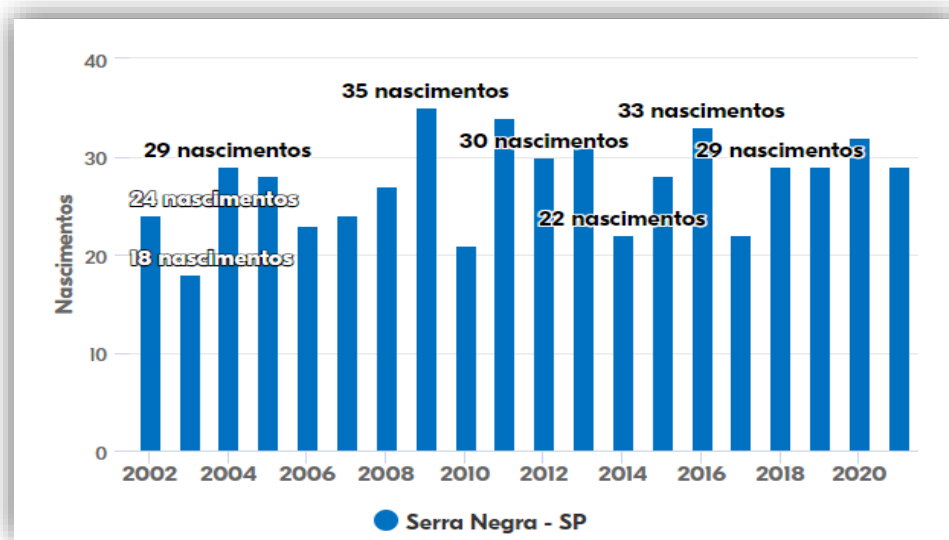


Apresentamos algumas das razões pelas quais a nutrição infantil é importante:

Crescimento saudável	Os nutrientes fornecidos pela alimentação adequada são necessários para o crescimento e desenvolvimento físico das crianças. Vitaminas, minerais e proteínas são essenciais para o desenvolvimento normal dos ossos, músculos e órgãos.
Desenvolvimento cognitivo	Uma nutrição adequada também desempenha um papel crucial no desenvolvimento cognitivo das crianças. Nutrientes como ácidos graxos ômega-3, ferro e zinco são importantes para o desenvolvimento do cérebro e da função cognitiva.
Sistema imunológico	Uma alimentação equilibrada e rica em nutrientes fortalece o sistema imunológico das crianças, tornando-as mais capazes de combater infecções e doenças.
Prevenção de doenças	Uma nutrição adequada na infância pode ajudar a prevenir uma série de doenças crônicas, como obesidade, diabetes tipo 2, doenças cardíacas e certos tipos de câncer. Estabelecer hábitos alimentares saudáveis desde cedo pode ter um impacto positivo na saúde a longo prazo.
Formação de hábitos alimentares saudáveis	A infância é uma fase crucial para a formação de hábitos alimentares saudáveis. Expor as crianças a uma variedade de alimentos saudáveis desde cedo pode ajudá-las a desenvolver preferências alimentares saudáveis e evitar a seletividade alimentar.
Energia e desempenho físico	Crianças bem-nutridas têm mais energia e melhor desempenho físico. Uma alimentação equilibrada, com carboidratos, proteínas e gorduras saudáveis, fornece a energia necessária para o crescimento, atividades físicas e brincadeiras.

É importante ressaltar que a nutrição infantil não se trata apenas dos nutrientes em si, mas também de promover um ambiente alimentar saudável, com escolhas adequadas de alimentos, refeições em família e uma abordagem equilibrada em relação à alimentação. Os pais e cuidadores têm um papel essencial em fornecer uma alimentação adequada e criar um ambiente favorável para o desenvolvimento saudável das crianças.

Gráfico 12: Total de nascimentos registrados como Baixo Peso (2002 – 2021)



Fonte: Ministério da Saúde – DataSUS / Organizado por Datapedia.info. Disponível em <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/serra-negra-sp/> Acesso: 24/04/2024

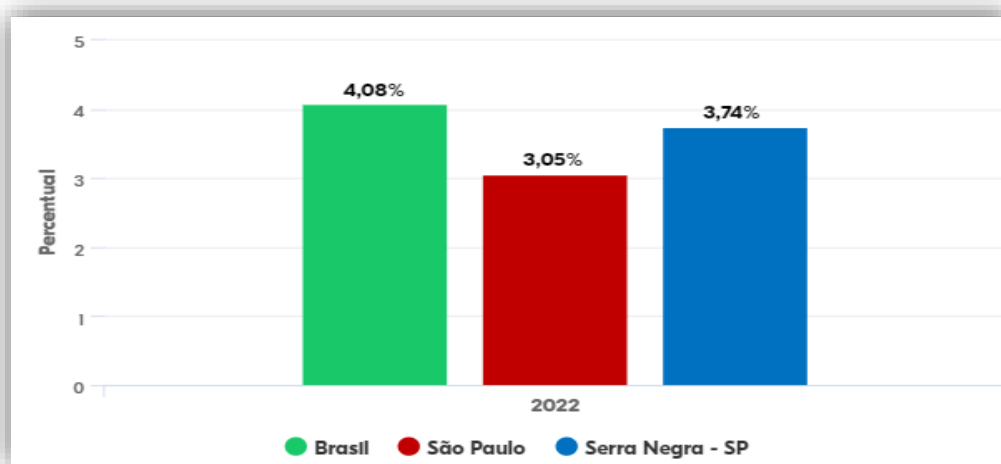
O gráfico traz uma visão panorâmica de nascimentos com baixo peso sobre o período entre 2002 e 2021. Verifica-se que 2009, proporcionalmente ao número elevado de nascimentos, foi o ano com o maior registro de crianças nascidas com baixo peso. Por outro lado, no ano de 2004, computou-se o menor índice com 18 nascimentos com baixo peso.

De acordo com as informações obtidas no site Primeira Infância Primeiro, organizado pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, em 2022 houve registro de 24 nascimentos como baixo peso, representando um percentual de 9,49% do total de nascidos naquele ano.

Este índice se conjuga com o anterior e traz dados municipais, estaduais e federais. Se o número de bebês que nascem com menos de 2,5 quilos cai, mas a porcentagem deles no total de nascimentos permanece a mesma, o problema não está sendo devidamente tratado. O baixo peso ao nascer, conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS), é caracterizado como peso até 2.500 gramas.

O gráfico a seguir apresenta o cenário de 2022, comparando o percentual do município com o do Estado de São Paulo e do país.

Gráfico 13: Peso Baixo em crianças de 0 a 5 anos (2022)



Fonte: Ministério da Saúde – DataSUS / Organizado por Datapedia.info. Disponível em <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/serra-negra-sp/> Acesso: 24/04/2024

As principais ações realizadas pelo município ocorrem via Saúde, Assistência Social e Educação.

No município, as ações da Saúde consistem em:

AÇÕES REALIZADAS EM RELAÇÃO AO BAIXO PESO DAS CRIANÇAS

Monitoramento do crescimento e desenvolvimento das crianças (Caderneta de Saúde da Criança)

Busca ativa de crianças faltosas às consultas

Busca ativa de RN's prematuros e baixo peso ao nascer

Orientação quanto a introdução de alimentação complementar após 6 meses de idade

Orientação quanto a importância da alimentação saudável

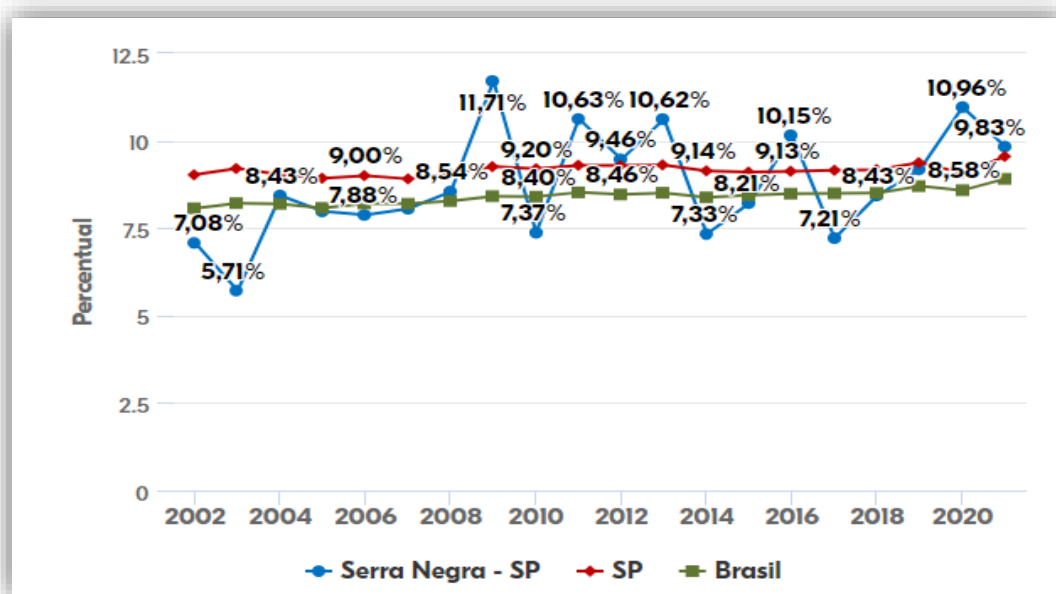
Incentivo ao aleitamento materno exclusivo nos primeiros 6 meses de vida



Na Assistência Social, em caso de identificação de baixo peso, as equipes técnicas de CRAS e CREAS (de acordo com atribuições de cada setor) realizam articulação com a saúde, principalmente com profissionais nutricionistas para que os mesmos avaliem se será necessário o uso de suplemento e identifiquem mais necessidades da criança. As equipes técnicas do CRAS ou do CREAS seguem o acompanhamento familiar até a saída da situação de risco.

Na Educação, os cardápios são elaborados levando-se em consideração as normativas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e as necessidades alimentares das crianças. Na creche, as crianças recebem, diariamente, 5 (cinco) refeições e na pré-escola, no tempo parcial são 2 (duas) refeições e no tempo integral 5 (cinco) refeições.

Gráfico 14: Percentual de Crianças de baixo peso em relação ao total de nascidos vivos (2002 - 2021)



Fonte.: Ministério da Saúde – DataSUS / Organizado por Datapedia.info. Disponível em <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/serra-negra-sp/> Acesso: 24/01/2024

Este gráfico permite a comparação dos percentuais do município com os do Estado de São Paulo e do Brasil. Trata-se de um indicador de quantas crianças já partem em defasagem no seu processo de desenvolvimento em cada uma das instâncias territoriais. Pode refletir comprometimento nutricional da mãe e falhas na assistência durante o pré-natal. Além da prematuridade e as cesarianas como vetores do baixo peso ao nascer, os

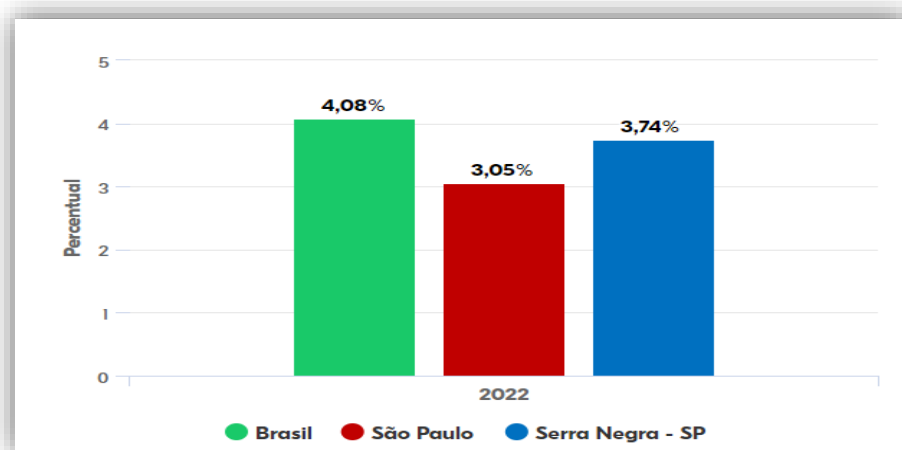
números podem refletir o comprometimento nutricional da mãe e falhas na assistência durante o pré-natal, incluindo o compromisso das mães em frequentar as consultas e seguir as recomendações e orientações.

Investir no fortalecimento da atenção básica, na detecção precoce de fatores de risco e acompanhamento nutricional são medidas que podem contribuir para melhorar esse indicador.

Assim sendo, algumas ações têm sido fundamentais para qualificar o atendimento de casos que envolvem este indicador.

TIPO DE ATENDIMENTO	AÇÕES
ACOMPANHAMENTO PEDIÁTRICO REGULAR	Agendamento de consultas periódicas com pediatras para monitorar o desenvolvimento e o peso da criança.
CONTROLE DE PESO	Estabelecimento de um sistema de controle de peso regular para identificar qualquer tendência de perda de peso ou estagnação no crescimento.
LIBERAÇÃO DE EXAMES NECESSÁRIOS	Garantia de acesso fácil a exames como hemograma, perfil bioquímico, e exames de imagem, caso necessário, para investigar possíveis causas do baixo peso.
ORIENTAÇÕES SOBRE ALIMENTAÇÃO	Fornecimento de orientações nutricionais específicas para os pais ou responsáveis, incluindo recomendações sobre alimentação balanceada e nutritiva para promover o ganho de peso saudável na criança.
DISTRIBUIÇÃO DE SUPLEMENTO NUTRICIONAL INFANTIL	Implementação de programa de distribuição de suplementos nutricionais infantis para crianças com baixo peso, visando fornecer o suporte nutricional necessário para o crescimento adequado.

Gráfico 15: Percentual de Peso Baixo ou Muito Abaixo para Idade – 0 a 5 anos (2022)



Fonte: Ministério da Saúde – DataSUS / Organizado por Datapedia.info. Disponível em <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/serra-negra-sp/> Acesso: 24/01/2024

Esse indicador traz a quantidade de crianças que podem estar malnutridas — e, portanto, com o desenvolvimento comprometido — no município, estado ou país. Políticas de combate a este problema incluem orientação nutricional por parte de equipes de saúde da família e melhora do cardápio em creches e pré-escolas.

AÇÕES REALIZADAS EM RELAÇÃO AO PESO BAIXO OU MUITO ABAIXO DO PESO DE CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS DE IDADE

- Oferta de consultas especializadas nas áreas rurais
- Acompanhamento do binômio mãe-filho
- Acompanhamento com cirurgião dentista
- Palestras e orientação de escovação de dentes
- Acompanhamento nutricional
- Oferta de suplementação
- Monitoramento do crescimento e desenvolvimento cognitivo da criança
- Ações educativas com os familiares

As equipes técnicas vinculadas à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social utilizam dados oriundos do acompanhamento antropométrico do projeto estadual

do leite – Vivaleite, para a identificação de crianças em situação de risco, seja por baixo peso ou sobrepeso em relação à sua idade e estatura.

PROGRAMA VIVALEITE



O Projeto Estadual do leite – VIVALEITE está presente em todos os 645 Municípios do Estado de São Paulo. Atualmente atende em média 300 mil beneficiários por mês e tem como objetivo principal oferecer um complemento alimentar seguro e de alto valor nutritivo, enriquecido com Ferro e

Vitaminas A e D. Destina-se o

benefício para crianças de baixa renda que vivem em situação de vulnerabilidade social no estado. Cada beneficiário recebe 15 (quinze) litros de leite fluido, pasteurizado e integral por mês.

No município, o programa atende atualmente 245 beneficiários. A faixa etária atendida destina-se a crianças de seis meses a seis anos de idade. Para seleção e participação, o responsável familiar deve estar inscrito no Cadastro Único, possuir crianças dentro da faixa etária atendida pelo programa e a família deve auferir renda per capita de até meio salário-mínimo.

O acompanhamento antropométrico de cada beneficiário é realizado quadrimestralmente, através das equipes de saúde de todas as unidades do município. Posteriormente, os dados são lançados em sistema próprio de gestão do Vivaleite, possibilitando a visualização do diagnóstico de acompanhamento antropométrico.

Ao identificar crianças em risco nutricional ou em sobrepeso, o responsável é acionado pela equipe técnica do CRAS ou do CREAS para tratativas e diligências. Se necessária, é feita a articulação com as equipes de saúde e nutricionistas.

No município de Serra Negra, há 245 vagas para beneficiários, os quais 100% de crianças desse total são atendidas mensalmente.

Acompanhamento Antropométrico de Janeiro/2024

Crianças acompanhadas	55
-----------------------	----

Considerando relação geral entre peso/estatura/idade

Crianças com medidas e peso adequado para a idade	54
Crianças com sobrepeso	01

Considerando relação entre peso/idade

Crianças com peso adequado	51
Crianças com sobrepeso	02
Crianças em possível risco nutricional	02

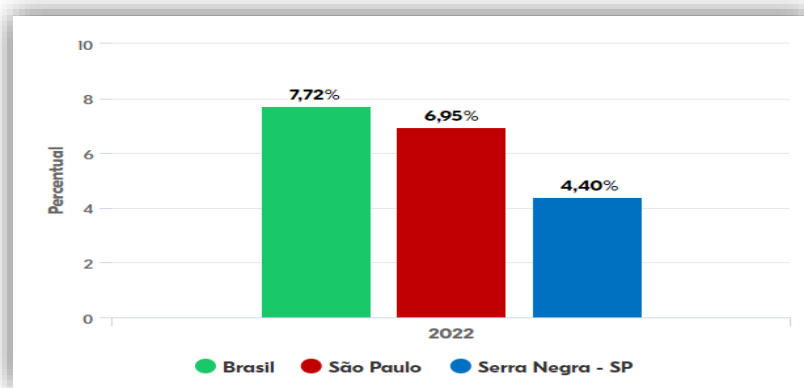
Considerando relação entre estatura/idade

Crianças com estatura adequada	51
Crianças com baixa estatura	04

Considerando relação entre estatura/peso

Crianças com peso adequado	54
Crianças com peso elevado	01

Gráfico 16: Percentual de Peso Elevado para Idade – 0 a 5 anos (2022)



Fonte: Ministério da Saúde – DataSUS / Organizado por Datapedia.info. Disponível em <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/serra-negra-sp/> Acesso: 24/05/2024



Do outro lado do espectro do peso infantil, o fenômeno da obesidade tem crescido. É um sinal de problemas para a saúde da criança, como diabetes ainda na infância e exposição a questões psicológicas e sociais, como bullying.

O peso elevado pode indicar má alimentação e sedentarismo, dois fatores que prejudicam o

desenvolvimento pleno na primeira

infância (assim como na vida toda). Políticas de combate a esse problema incluem orientação nutricional por parte de equipes de saúde da família e melhora do cardápio em creches e pré-escolas.

Quando observamos o gráfico, o indicador traz o percentual de crianças acima do peso de Serra Negra comparado com os índices paulista (6,95%) e brasileiro (7,72%).

Ainda que o cenário municipal seja relativamente favorável, o trabalho realizado pelos diferentes setores continuam voltados fortemente à tarefa de apoiar crianças e famílias para um consumo adequado de alimentos; a oferecer qualidade da merenda escolar em creches e pré-escolas sob a supervisão técnica da área; a realizar consultas e orientações às famílias em relação à alimentação equilibrada, adequada e balanceada para cada idade; a desenvolver projetos que visam inibir a obesidade por meio de atividades físicas.

Importante destacar que os serviços da Assistência e Desenvolvimento Social realizam um trabalho na identificação de crianças com sobrepeso, de forma que as equipes atuem na orientação à família quanto aos aspectos da rotina do dia a dia da família que podem estar influenciando em má alimentação e/ou sedentarismo. Em casos necessários, são realizados encaminhamentos à equipe de saúde e nutrição, assim como secretaria de esportes para que demais necessidades possam ser identificadas e realizados os devidos encaminhamentos.

Em relação às ações da Saúde, destacam-se:

Monitorar as crianças que estão acima do peso

Ofertar acompanhamento nutricional

Reduzir os fatores de risco para enfermidades associadas à alimentação inadequada e ao sedentarismo

Orientar os pais quanto a importância de uma alimentação saudável e equilibrada

Incentivar a prática de atividade física e hábitos saudáveis

Incentivar o consumo maior de água



Importante destacar o trabalho que a equipe de nutrição realiza no município. Para elucidar o cuidado e observância da legislação vigente, assim como a variedade de cardápio oferecido às crianças, seguem alguns exemplos da alimentação semanal oferecida nas creches e pré-escolas.

CARDÁPIO PARA BERÇÁRIO I (6 a 11 meses)

	Segunda-feira 01/07	Terça-feira 02/07	Quarta-feira 03/07	Quinta-feira 04/07	Sexta-feira 05/07
CAFÉ DA MANHÃ 7h as 8:30h	Leite	Leite	Leite	Leite	Leite
LANCHE 9h	Laranja	Mexerica	Morango	Banana	Melancia
ALMOÇO 10:30h as 11:30h	Papa com arroz, ovos mexidos, caldo de feijão, batata e cenoura.	Papa com carne, cenoura, mandioca, abobrinha e arroz	Papa com frango, mandioquinha, cenoura e chuchu.	Papa com ovo cozido, inhame, brócolis, cenoura.	Papa com carne, cenoura, batata, arroz, mandioquinha.
LANCHE 13:30h	Leite	Leite	Leite	Leite	Leite
JANTAR 15:45h	Canja	Papa com frango com legumes e arroz.	Sopa com carne, legumes e macarrão.	Sopa com caldo de feijão, legumes e macarrão.	Sopa de legumes com caldo de frango.

As crianças abaixo de 3 anos, de acordo com as recomendações da equipe, não consomem açúcar ou derivados, como guloseimas, suco adoçado, bolacha e bolos. Para as crianças que têm intolerância à lactose, é utilizado leite zero lactose.

Para as crianças com idades entre 6 e 8 meses, é orientada a oferta de papa de consistência pastosa, ou seja, alimentos cozidos e amassados com garfo. Para aquelas que possuem entre 9 e 11 meses, os alimentos são bem cozidos e cortados em pedaços pequenos antes de servir.

Outra observação de destaque é que as frutas e os legumes podem ser substituídos entre uma semana e outra a depender da maturação.

MÉDIA SEMANAL

Energia	Proteína			Lípidios			Carboidratos			Cálcio	Ferro	Retinol	Vit. C
	(kcal)	(g)	Kcal % VET	(g)	Kcal % VET	(g)	Kcal % VET	(mg)	(mg)				
516,15	24	95,45	19%	15	135,28	27%	72	288,99	55%	402,38	2,02	202,22	33,73

Em relação às crianças com idades entre 1 e 3 anos, equivalentes ao berçário II, Maternal I e Maternal II, preservam-se as mesmas condições de seleção e preparo dos alimentos, conforme exposto anteriormente.

CARDÁPIO PARA BERÇÁRIO II E MATERNAL I (1 a 3 anos)

	Segunda-feira 30/09	Terça-feira 01/10	Quarta-feira 02/10	Quinta-feira 03/10	Sexta-feira 04/10
CAFÉ DA MANHÃ 7h as 8:30h	Leite, pão com manteiga.	Leite, pão com requeijão.	Leite, pão com manteiga.	Leite, pão com requeijão.	Leite, pão com manteiga.
ALMOÇO 10 AS 11HORAS.	Arroz, feijão, omelete, abóbora refogada.	Arroz, feijão, filé de sobrecoxa assada com batatas, salada de alface.	Arroz, feijão, carne de panela com cenoura, salada de beterraba.	Arroz, feijão, pernil refogado, tabule (salada de tomate, pepino, trigo quibe).	Arroz, feijão escondidinho de frango e milho, salada de tomate.
LANCHE 13H	Fruta	Fruta	Fruta	Fruta	Fruta
JANTAR 15:30h	Canja, torradas.	Arroz com seleta de legumes, tiras de patinho refogadas.	Suco, pão de forma com patê de sardinha.	Macarronada a bolonhesa, farofa de legumes.	Sopa com caldo de feijão, legumes e macarrão.
LANCHE 16:20h	Leite	Leite	Leite	Leite	Leite

MÉDIA SEMANAL

Energia (kcal)	Proteína			Lipídeos			Carboidratos			Cálcio (mg)	Ferro (mg)	Retinol (mcg)	Vit. C (mg)
	(g)	Kcal	% VET	(g)	Kcal	% VET	(g)	Kcal	% VET				
736,85	32	126,52	17%	23	209,66	29%	100	400,45	54%	475,64	3,20	265,27	23,82

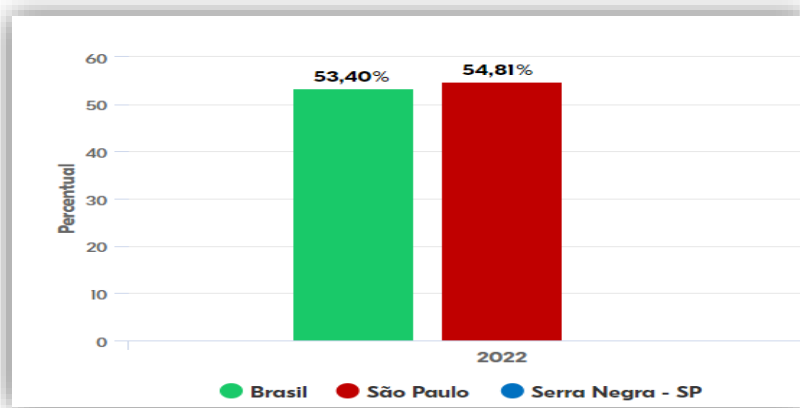
CARDÁPIO PARA MATERNAL II, PRÉ-ESCOLA E 1º ANO (4 a 6 anos)

	Segunda-feira 30/09	Terça-feira 01/10	Quarta-feira 02/10	Quinta-feira 03/10	Sexta-feira 04/10
CAFÉ DA MANHÃ 7h as 8:30h	Leite com cacau, pão com requeijão.	Leite com café, pão com manteiga.	Leite com cacau, pão com requeijão.	Leite com café, pão com manteiga.	Leite com cacau, pão com requeijão
ALMOÇO 10 AS 11HORAS.	Arroz, feijão, omelete, abóbora refogada.	Arroz, feijão, filé de sobrecosta assada com batatas, salada de alface.	Arroz, feijão, carne de panela com cenoura, salada de beterraba.	Arroz, feijão, pernil refogado, tabule (salada de tomate, pepino, trigo quibe).	Arroz, feijão escondidinho de frango e milho, salada de tomate.
LANCHE 13H	Fruta	Fruta	Fruta	Fruta	Fruta
JANTAR 15:30h	Canja, torradas.	Arroz com seleta de legumes, tiras de patinho refogadas.	Suco, pão de forma com patê de sardinha.	Macarronada a bolonhesa, farofa de legumes.	Sopa com caldo de feijão, legumes e macarrão.
SAÍDA 16:20h	Bolacha	Bolacha	Bolacha	Bolacha	Bolacha

MÉDIA SEMANAL

Energia (kcal)	Proteína			Lipídeos			Carboidratos			Sódio (mg)
	(g)	Kcal	% VET	(g)	Kcal	% VET	(g)	Kcal	% VET	
1052,58	40	161,95	15%	29	262,54	25%	159	634,37	60%	876,30

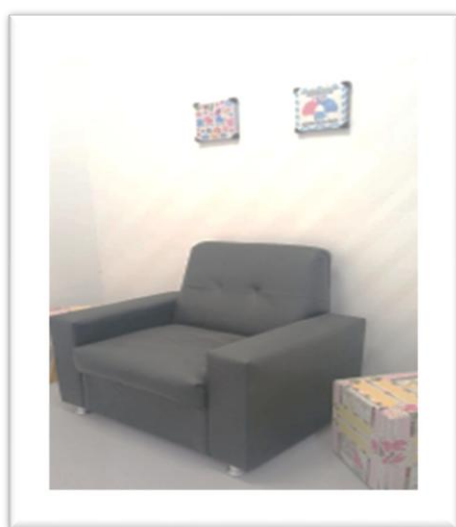
Gráfico 17: Aleitamento materno (menores de 6 meses de idade) (2022)



Fonte: Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) / Organizado por Datapedia.info. Disponível em <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/serra-negra-sp/> Acesso: 24/01/2024

Apesar do gráfico disponível no Primeira Infância Primeiro <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/serra-negra-sp/> não apresentar o percentual de crianças beneficiadas com o aleitamento materno, há ações importantes realizadas localmente.

A Secretaria Educação sabendo que a amamentação é crucial para a saúde e o desenvolvimento infantil implantou espaços para amamentação nas dependências das creches, garantindo um ambiente acolhedor e favorável para as mães que desejam amamentar seus bebês.



Espaços no interior das creches destinados ao acolhimento de mães para amamentação dos filhos matriculados e frequentes.

A Secretaria Municipal de Saúde realiza uma série de ações de acompanhamento das mães e dos bebês, a saber:

- Estímulo ao aleitamento materno exclusivo até no mínimo 6 meses de idade**
- Realização de atividades práticas e educativas para melhorar a técnica de amamentação**
- Orientação quanto à importância do aleitamento materno em menores de 2 anos**
- Orientação quanto ao efeito protetor que o leite materno oferece**
- Apoio à lactante nos primeiros dias pós-parto**
- Orientação quanto ao cuidado correto com as mamas**
- Ênfase em orientar por diversas vezes que não existe leite fraco e que o leite materno será sempre o ideal para as necessidades da criança**



Não existe melhor forma de nutrição para um bebê até os 6 meses de idade do que o leite materno. Por isso, quanto maior o índice de aleitamento materno, melhor para o município. Não existe melhor forma de nutrição para um bebê até os 6 meses de idade do que o leite materno. Por isso, quanto maior o índice de aleitamento materno, melhor para o município, para o estado e para o país.

Imunidade	O leite materno contém anticorpos e outros componentes do sistema imunológico que ajudam a proteger o bebê contra infecções e doenças, reduzindo o risco de infecções respiratórias, gastrointestinais e outras doenças comuns na infância.
Vínculo mãe-bebê	A amamentação promove um forte vínculo emocional entre a mãe e o bebê, fornecendo conforto, segurança e proximidade física, o que é importante para o desenvolvimento emocional e psicológico do bebê.
Desenvolvimento cognitivo	Estudos sugerem que a amamentação pode estar associada a melhores resultados cognitivos e de desenvolvimento em crianças, embora outros fatores também desempenhem um papel nesse processo.
Nutrição completa	O leite materno fornece todos os nutrientes essenciais que um bebê precisa nos primeiros meses de vida, incluindo proteínas, gorduras, carboidratos, vitaminas e minerais. Ele é especialmente formulado para

Proteção contra doenças crônicas

atender às necessidades específicas de crescimento e desenvolvimento do bebê.

A amamentação pode reduzir o risco de desenvolvimento de várias doenças crônicas, tanto na infância quanto na vida adulta, incluindo obesidade, diabetes tipo 2, doenças cardiovasculares e certos tipos de câncer.



Além de se servirem com alimentação saudável, balanceada e cuidadosamente preparada pela equipe de nutrição do município, as crianças participam frequentemente de atividades que reforçam a importância da alimentação saudável.





CAE

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar de Serra Negra – CAE, criado no município pela Lei nº 2.613 de 9 de agosto de 2001, regulamentado pelo Decreto nº 2.950 de 28 de maio de 2002, é órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, conforme previsto na Lei Federal nº 11.947 de 16 de junho de 2009, e na Resolução do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - CD/FNDE nº 26 de 17 de junho de 2013.

O Conselho de Alimentação Escolar - CAE será integrado por representantes do Poder Executivo, representantes das entidades dos

docentes, discentes ou trabalhadores na área de educação, pais de alunos indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares e por entidades civis organizadas.

De acordo com a legislação nacional e municipal, o Conselho de Alimentação Escolar - CAE tem por finalidade principal controlar, fiscalizar e acompanhar a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, de maneira a assegurar alimentos de boa qualidade e padrões de higiene adequados, desde a aquisição até a distribuição aos educandos atendidos, pautando-se pelos seguintes princípios:

- I** - o direito à alimentação adequada, visando garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos;
- II** - a universalidade do atendimento da alimentação escolar gratuita, consistente na atenção aos alunos matriculados na rede pública municipal de educação básica;
- III** - a equidade, compreendendo o direito constitucional à alimentação escolar, com vistas à garantia do acesso ao alimento de forma igualitária;
- IV** - a sustentabilidade e a continuidade, objetivando o acesso regular e permanente à alimentação saudável e adequada;
- V** - o respeito aos hábitos alimentares, consideradas como tais as práticas tradicionais que fazem parte da cultura e da preferência alimentar local saudáveis;

VI - o compartilhamento da responsabilidade pela oferta da alimentação escolar e das ações de educação alimentar e nutricional entre os entes federados, conforme previsto no artigo 208 da Constituição Federal; e **VII** - a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelo Município de Serra Negra para garantir a execução do Programa.



Conselheiros durante visita nas escolas do município



**PARENTALIDADE, SEGURANÇA
E PROTEÇÃO**

De acordo com o modelo de Atenção e Cuidado Integral, as crianças precisam de cinco componentes inter-relacionados e indivisíveis de cuidado: boa saúde, nutrição adequada, segurança e proteção, cuidados responsivos e oportunidades de aprendizado. Os cuidados integrais referem-se às condições criadas por políticas públicas, programas e serviços que permitem às comunidades e cuidadores garantir a boa saúde e nutrição das crianças bem como protegê-las de violências e ameaças. Cuidar dos filhos também significa dar às crianças oportunidades de aprendizagem por meio de interações responsivas e de apoio emocional.

Os cinco componentes do modelo do cuidado integral podem ser definidos e exemplificados da seguinte forma:



Domínios da atenção integral necessária para que as crianças alcancem o seu potencial de desenvolvimento

Sabe-se que o cotidiano de crianças pequenas é fundamental para que elas cresçam e se desenvolvam, para serem fisicamente saudáveis, emocionalmente seguras e respeitadas como sujeitos sociais. No processo de desenvolvimento, a criança necessita de interações positivas e de cuidados adequados, desempenhados por pessoas comprometidas com a sua saúde e bem-estar. As experiências do início da vida são de extrema importância para o ser humano e diretamente influenciadas pela qualidade das relações socioafetivas, principalmente pelas interações estabelecidas com seus cuidadores.

Os principais cuidadores das crianças são seus familiares, que incluem seus pais, irmãos, avós, tios, primos, podendo abranger vizinhos ou amigos das famílias. Essas pessoas podem ter um papel importante na vida da criança, à medida que se envolvam

frequentemente com os seus cuidados e educação. Assim, neste texto, a expressão “vínculos familiares” refere-se aos vínculos afetivos que as crianças estabelecem com os seus cuidadores dentro do contexto familiar, possibilitando a base segura para o seu desenvolvimento integral. A expressão “parentalidade”, por sua vez, será utilizada para designar as atividades realizadas pelos pais, para criar um ambiente acolhedor e estimulante para a criança, de modo que ela possa construir a sua autonomia.

A questão relacionada à parentalidade aqui abordada, trata-se do número de crianças que não possuem o nome do pai no registro de nascimento.



O registro da certidão de nascimento, quando o pai for ausente ou se recusar a realizá-lo, pode ser feito somente em nome da mãe que, no ato de registro, pode indicar o nome do suposto pai ao Cartório, que dará início ao processo de reconhecimento judicial de paternidade.



Crianças de creche municipal durante atividade lúdica



PREFEITURA MUNICIPAL,
EXERCÍCIO FUNÇÃO E LEGISLATIVA DE
SERRA NEGRA

**SECRETARIA
DE
ASSISTÊNCIA
E
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL**

Unidade de Atendimento Institucional para Adultos e Famílias
"Veradora Maria Aparecida Basso Pires"
Serra Negra, São Paulo



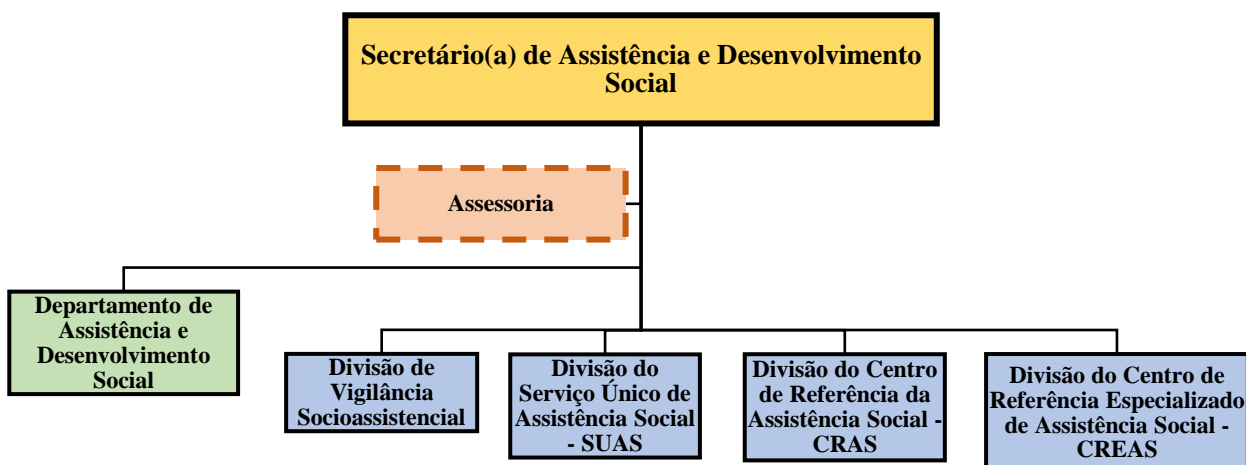
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



Organizada sob a forma de um sistema único, a Assistência Social passou a se estruturar a partir do território, estabelecendo suas ações em dois níveis de proteção: básica e especial, sendo esta de média e alta complexidade. Para cada nível de proteção, o SUAS concebe uma unidade pública de referência na prestação de um conjunto de serviços e na concessão de benefícios – o Centro de Referência de

Assistência Social - CRAS e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS – unidades que configuram a porta de entrada dos usuários no sistema e a garantia do direito de acesso e da oferta de provisões específicas dessa política.

ORGANOGRAMA



Legenda:

	Conselhos ligados à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social	
Estrutura chefiada por mandato eletivo		
Estrutura chefiada por Agente Político	a) Conselho Municipal de Assistência Social	f) Conselho Municipal da Segurança Alimentar e Nutrição
Estrutura chefiada por cargo comissionado	b) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente	g) Conselho Municipal de Direitos e Cidadania
Estrutura chefiada por função de confiança	c) Conselho Tutelar	h) Fundo Municipal da Assistência Social
Cargos comissionados de assessoramento ao Prefeito	d) Conselho Municipal do Idoso	i) Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente
	e) Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência	

MISSÃO

Promover e ampliar o desenvolvimento social com ações diretas e articuladas com outros órgãos públicos e a sociedade, através da execução de programas, projetos, serviços e benefícios, em constante defesa dos direitos e amparo das famílias e indivíduos, na luta pela autonomia e melhora da qualidade de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade social e equidade para grupos discriminados, garantindo que seus direitos não sejam violados.

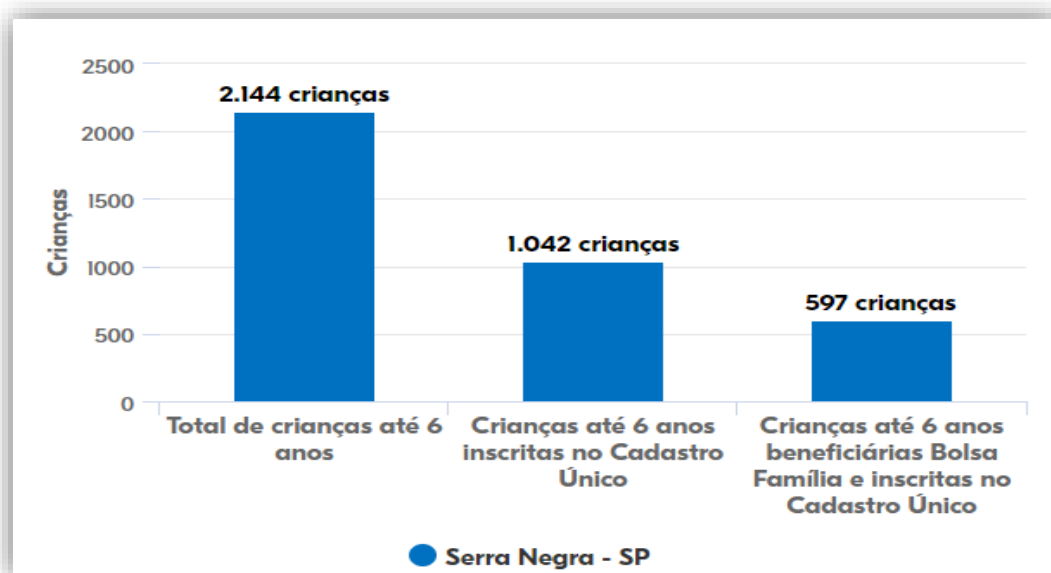
VISÃO

Desenvolver atividades e ações que contribuam para o desenvolvimento da sociedade possibilitando a diminuição da desigualdade social e melhoria das condições e qualidade de vida da população em vulnerabilidade. Busca também o reconhecimento dos Direitos Humanos para o exercício da cidadania, bem como a prevenção e proteção social contra violações dos direitos dos cidadãos.

VALORES

Ética e transparência; Cidadania; Compromisso; Igualdade; Liberdade; Educação; Respeito às diferenças; Solidariedade; Qualidade e Disponibilidade.

Gráfico 18: Total das crianças entre 0 e 6 anos na localidade, inscritas no Cadastros Único e beneficiárias do Bolsa Família (2023)



Fonte: IBGE – Censo Demográfico; SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação / Ministério do Desenvolvimento Social / Organizado por Datapedia.info. Disponível em <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/serra-negra-sp/> Acesso: 25/04/2024

Este é um indicador da quantidade de crianças de 0 a 6 anos que estão em situação de pobreza no Brasil, estado ou município. Este número é exibido ao lado da estimativa da população de 0 a 6 anos na localidade como forma de demonstrar a proporcionalidade de crianças em situação de vulnerabilidade em relação ao total de crianças do município.

Este indicador permite observar a proporcionalidade do Bolsa Família na localidade em relação ao total de crianças no cadastro único e em relação ao total de crianças de 0 a 6 anos na localidade. Por ser exibido ao lado do total de crianças no Cadastro Único, permite também visualmente a identificação da quantidade de crianças que ainda não são beneficiárias do Bolsa Família.

O Programa Bolsa Família é um programa social do Governo Federal, instituído pela Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, retomado após medida provisória que instituiu o Programa Auxílio Brasil em novembro de 2021. O Programa Bolsa Família foi criado originalmente em 2004 pela Lei nº 10.836/04 com a finalidade de unificar os procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente os intitulados programas remanescentes: Programa Nacional de Renda Mínima Vinculada à Educação – “Bolsa Escola”, Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA – “Cartão Alimentação”, Programa Nacional de Renda Mínima Vinculada à Saúde – “Bolsa Alimentação” e Programa Auxílio-Gás (Brasil, 2004a; 2004b)

Além de garantir renda básica para as famílias em situação de pobreza, o Programa Bolsa Família busca integrar políticas públicas, fortalecendo o acesso das famílias a direitos básicos como saúde, educação e assistência social. O Bolsa Família contribui para o resgate da dignidade e da cidadania das famílias também pela atuação em ações complementares, por meio de articulação com outras políticas para a superação da pobreza e transformação social, tais como assistência social, esporte, ciência e trabalho.

No mês de fevereiro de 2024, o município teve 1.021 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família, com 2.899 pessoas beneficiadas, e totalizando um investimento de R\$ 684.717,00 e um benefício médio de R\$ 670,63 por família.

Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

O Cadastro Único é uma tecnologia social de identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda domiciliadas no território brasileiro, que são aquelas que possuem renda mensal de até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo por pessoa.

O Governo Federal utiliza os dados do Cadastro Único para conceder benefícios e serviços de programas sociais, como: Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa Bolsa Família (PBF), entre outros. Os dados do Cadastro Único também podem ser utilizados para o mapeamento das vulnerabilidades locais, o planejamento das ações e a seleção de beneficiários dos programas sociais geridos pelo estado ou município.

O município de Serra Negra possuía em fevereiro de 2024:

- **3.250 famílias inseridas no Cadastro Único;**
- **2.329 famílias com o cadastro atualizado nos últimos dois anos;**
- **1.822 famílias com renda até ½ salário-mínimo; e**
- **1.484 famílias com renda até ½ salário-mínimo com o cadastro atualizado.**

Condicionalidades do Programa Bolsa Família

Quando uma família entra no programa, ela e o poder público assumem compromissos para reforçar o acesso de crianças, adolescentes, jovens e gestantes a políticas públicas de saúde e à educação.

Esses compromissos são conhecidos como condicionalidades:

Condicionalidades de Saúde

- realização de pré-natal;
- cumprimento do calendário nacional de vacinação;
- acompanhamento do estado nutricional, para os beneficiários que tenham até 7 anos de idade incompletos.

Acompanhamento da 2ª vigência de 2023

Cobertura de acompanhamento geral no município: 92,7% (média nacional 78,9%)

Crianças até 7 anos incompletos

- Público para acompanhamento: 565
- Pessoas acompanhadas: 484
- Taxa de acompanhamento: 85,7% (média nacional 56,4%)
- Pessoas que cumpriram a condicionalidade: 478
- Taxa de cumprimento: 98,8% (média nacional 97,7%)

Condicionalidades de Educação

Frequência escolar mínima de:

- 60% para os beneficiários de 4 a 6 anos de idade incompletos;
- 75% para os beneficiários de 6 a 18 anos de idade incompletos, que não tenham concluído a educação básica.

Acompanhamento das Condicionalidades de Educação – Frequência Escolar (último bimestre de 2023)

Cobertura de acompanhamento geral de crianças e adolescentes de 4 a 18 anos no município: 97,3% (média nacional 80%)

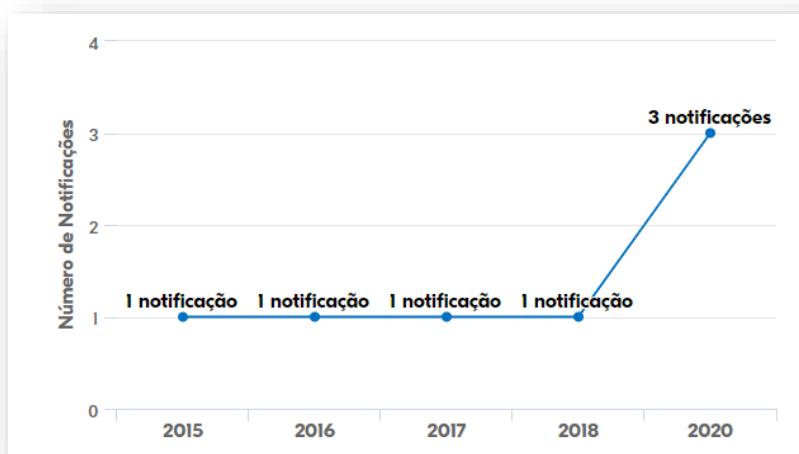
Crianças de 4 a 5 anos (frequência mínima de 60%)

- Público para acompanhamento: 213
- Pessoas acompanhadas: 208
- Taxa de acompanhamento: 97,7% (média nacional 70,3%)
- Pessoas que cumpriram a condicionalidade: 207
- Taxa de cumprimento: 99,5% (média nacional 95,6%)

Unidades Executoras do serviço Família Acolhedora

O reconhecimento das vantagens do acolhimento familiar é antigo, apesar disso, no Brasil, crianças e adolescentes vulneráveis ainda são majoritariamente acolhidos em abrigos. Esse indicador, portanto, mostra se o município ou estado está no caminho para se adequar a este modelo de proteção, que deveria ser prioridade, mas ainda é exceção.

Gráfico 19: Notificações de casos de violência contra crianças de 0 a 4 anos (2010 – 2021)



Fonte: Sistema de Informações de Agravos de Notificações / Organizado por Datapedia.info. Disponível em <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/serra-negra-sp/>. Acesso: 25/01/2024

O gráfico refere-se aos atendimentos médicos de crianças no município que tiveram como causa um ato violento – quase sempre, dada a falta de autonomia das crianças, violência doméstica. Trata-se, portanto, da ponta do iceberg, uma vez que se intui que, para cada um desses casos, há uma série de atos violentos que não chegaram ao ponto de exigir atendimento médico.

Entre os grandes auxiliares na tarefa de identificar riscos de violência estão os professores de creches e pré-escolas, o Conselho Tutelar e as equipes do programa Estratégia Saúde da Família (ESF) ou outros programas sociais.

A legislação nacional, em especial a Lei Federal nº 13.431/2017 (Lei da Escuta Protegida), define os seguintes tipos de violência:



VIOLÊNCIA FÍSICA

Ação que impacte negativamente a integridade ou saúde corporal ou cause sofrimento físico.



VIOLÊNCIA SEXUAL

Ação que force criança ou adolescente a praticar ou presenciar ato sexual, de modo presencial ou virtual. A violência sexual inclui o abuso sexual, a exploração sexual comercial e o tráfico de pessoas.



VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

Discriminação, ameaças, constrangimento, humilhações, isolamento, xingamentos, ridicularização, indiferença, entre outros, que prejudiquem seu desenvolvimento mental e emocional. Também é violência psicológica expor a criança ou adolescente de forma direta ou indireta a crime violento contra alguém da sua família.



VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

Ação praticada por funcionário público que prejudique o atendimento à criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência.



VIOLÊNCIA PATRIMONIAL

Retenção ou destruição de documentos pessoais, bens e recursos, incluindo os necessários para necessidades básicas.



NEGLIGÊNCIA

Deixar de cumprir o dever de cuidado para com a criança ou adolescente

TRABALHO INFANTIL

Todo trabalho realizado por criança e adolescente abaixo de 16 anos. No Brasil, adolescentes a partir dos 14 anos podem trabalhar apenas na condição de aprendiz.

As crianças, na primeira infância, são particularmente vulneráveis à violência e à negligência devido à sua dependência de cuidadores adultos e interações sociais limitadas fora de casa (UNICEF, 2017). Além disso, as crianças nos primeiros anos de vida estão desenvolvendo a linguagem e muitas vezes não conseguem comunicar o que está ocorrendo. A exposição à violência pode ter efeitos negativos duradouros no desenvolvimento do cérebro da criança.



CUIDADO RESPONSIVO E COMBATE A TODOS OS TIPOS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS CRIANÇAS

O cuidado responsivo refere-se à capacidade dos pais e cuidadores de perceber, entender e responder aos sinais de seus filhos de maneira oportuna e apropriada para atender às necessidades das crianças. Este componente é considerado fundamental porque os cuidadores responsivos são mais capazes de apoiar os outros quatro componentes – boa saúde, nutrição adequada, segurança e proteção, e aprendizagem.

Essas interações mutuamente agradáveis criam um vínculo emocional e ajudam as crianças a compreenderem o mundo ao seu redor e aprenderem sobre pessoas, relacionamentos e linguagem. Essas interações sociais também estimulam conexões no cérebro.

O cuidado responsivo é a base para:



- a) proteger as crianças contra violências;**
- b) reconhecer e responder a doenças;**
- c) estimular o desenvolvimento e aprendizado;**
- d) construir relações de confiança e sociais;**
- e) prover alimentação responsiva;**
- f) fortalecer vínculos afetivos.**

O brincar livre, uma escuta cuidadosa e a comunicação respeitosa aumentam o entusiasmo e a confiança das crianças.

De acordo com o modelo de atenção e cuidado integral, para que os pais e cuidadores possam oferecer um ambiente integral e nutritivo para a criança, é fundamental que se sintam seguros emocionalmente, financeiramente e socialmente.

O componente de Segurança e Proteção ressalta a importância da proteção e respostas para todos os tipos de violência contra as crianças.

CREAS



O Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) é uma unidade pública e estatal, de abrangência municipal, que atua na oferta de serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, como: violência física, psicológica e negligência; violência sexual;

afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção; situação de rua; abandono; trabalho infantil; discriminação por orientação sexual e/ou raça/etnia; cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade por adolescentes, entre outras; que demandam intervenções no âmbito do SUAS - Sistema Único de Assistência Social.

O CREAS desenvolve ações dentro de seu contexto social, objetivando a superação da situação de violação de direitos e/ou risco. Deve-se buscar a construção de um espaço

para acolhimento e escuta qualificada dos usuários, fortalecendo vínculos familiares e comunitários, priorizando a reconstrução de suas relações familiares.

Para que exerça suas atividades, os serviços ofertados no CREAS devem ser desenvolvidos de modo articulado com a rede de serviços da assistência social, órgãos de defesa de direitos e das demais políticas públicas. Realizar ações conjuntas no território para fortalecer as possibilidades de inclusão da família em uma organização de proteção que possa contribuir para a reconstrução da situação vivida.

A equipe técnica do CREAS busca atuar em ações específicas para inibir casos de violência e negligência. Essas ações estão concentradas especialmente em: panfletagem, palestras, grupos realizados com os usuários do serviço e ações de orientação e conscientização. As atividades normalmente são diluídas ao longo do ano conforme calendários mensais temáticos desenvolvidos para conscientização da população, a exemplo, maio Laranja, mês de Prevenção ao Abuso e Exploração Sexual de crianças e adolescentes.

Tabela 2: Número de crianças vítimas de violência nos últimos 3 anos

Violência física/psicológica	20
Abuso	60
Abandono	2
Negligência	78
Medidas Socioeducativas	60

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (2024)

O CREAS, no ano de 2023, atendeu 45 casos envolvendo crianças e adolescentes, sendo 26 crianças e 19 adolescentes. Analisando os motivos pelos quais esses infantes ingressaram no acompanhamento do CREAS, 14 deram entrada no serviço por serem suspeitas de vítimas de abuso sexual, representado por 14 meninas e 6 meninos e 31 vítimas de negligência, envolvendo violência física/psicológica, representados por 16 meninos e 12 meninas, conforme apresenta a tabela abaixo.

Tabela 3: Número de atendimentos com crianças e adolescentes - 2023

Total de crianças e adolescentes com direitos violados	45
Crianças com direitos violados	26
Adolescentes com direitos violados	19
Caso de abuso sexual com criança	7
Caso de abuso sexual com adolescente	13

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (2024)

Vale destacar que a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, conhecida como a Lei da Escuta Protegida, instituiu o Sistema de Garantia de Direitos para Crianças e Adolescentes vítimas ou testemunhas de violência (SGDCA). Além de estabelecer o SGDCA, a Lei visa possibilitar que crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência sejam acompanhadas por equipe técnica capacitada, evitando o contato com o agressor e a reiteração dos casos.

SAICA

O Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA) tem o objetivo de acolher e garantir proteção integral a esse público com idades entre 0 e 17 anos que se encontra em situação de risco social e de abandono.

O atendimento ocorre no município de Jaguariúna, com quem Serra Negra tem estabelecido convênio. O abrigo Lar Feliz, consiste em um serviço de proteção social de alta complexidade, previsto no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), de forma a oferecer apoio às famílias que se encontrem temporariamente impossibilitadas de cumprir sua função de cuidado e proteção.

O abrigo funciona como moradia transitória até que seja viabilizado o retorno à família de origem/extensa ou realizado o encaminhamento para a família substituta, procedimento este realizado por meio da Vara da Infância e da Juventude.

Atualmente, o município acompanha 10 casos no abrigo, sendo 2 crianças com idades entre 0 e 6 anos.

CONSELHO TUTELAR

A Constituição da República Federativa do Brasil em 05 de outubro de 1988, em seu Capítulo VII, art. 227 traz que: *“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”*.

Uma vez que todo o capítulo, em especial o art. 227, carecia de regulamentação em 13 de julho de 1990 foi promulgada a Lei Federal nº 8.069 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que passou a vigorar a doutrina da Proteção Integral, momento em que a criança e adolescente foram alçados a sujeitos de direitos.

O Conselho Tutelar foi criado pela mesma Lei Federal 8.069/1990 e no bojo do art. 131 está estabelecido que o; *“Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei”*, ou seja, tem como objetivo agilizar o atendimento à criança e ao adolescente que se encontrem em situação de vulnerabilidade ou risco. Já no Art. 135 está explicitado que: *“O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral”*.

É certo que o Art. 137 estabelece que: *“As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse”*.

No município de Serra Negra o Conselho Tutelar foi instituído pela Lei Municipal nº 2.472 de 03/03/1999, sendo que no pleito de 01/10/2023, foram eleitos para exercer o cargo de Conselheiros Tutelares no período de 10/01/2024 a 09/01/2027.

*Conselheiros tutelares
reunidos para
analisar e discutir
“Casos” em
andamento*



As principais atividades são:

- Atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas na Lei 8.068/1990;
- Atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas na Lei 8.069/1990;
- Promover a execução de suas decisões através de Requisições de Serviços Públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
- Representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.
- Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente, dentre outras.

Referente ao ano de 2023, os atendimentos realizados pelo Conselho foram os seguintes:

- **23 Denúncias recebidas pelo Disque 100**
- **192 Atendimentos e aconselhamento a pais e responsáveis**
- **135 Denúncias recebidas por telefone**
- **150 Advertências aplicadas por evasão escolar das escolas estaduais**
- **08 Advertências aplicadas por evasão escolar das escolas municipais**
- **26 Orientações, apoio e acompanhamento temporário**
- **07 Termos de entrega e responsabilidade expedidos**
- **03 Requisições de certidões de nascimento**
- **47 Requisições de serviços públicos.**

CMDCA



O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes de Serra Negra – CMDCA, foi instituído pela Lei Municipal nº 2.068 e alterado pela Lei nº 3.777 de 02/09/2014, é órgão deliberativo e controlador da Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, de composição paritária de seus membros, sendo 5 representantes titulares e 5 suplentes do Poder Público e 5 representantes titulares e 5 suplentes da Sociedade Civil, com mandato de dois anos e

atividade não remunerada por ser considerada de interesse público relevante e todos os membros são vinculados ao interesse de proteção e defesa de crianças e adolescentes.

O seu Regimento Interno traz inúmeras competências, e dentre elas estão;

I. Formular com o órgão gestor as normas gerais da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

II. Aprovar e encaminhar as prioridades a serem incluídas no planejamento das Políticas Sociais básicas do Município.

III. Estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização das iniciativas que envolvam crianças e adolescentes e que possam afetar seus direitos.

IV. Estabelecer permanente articulação com os demais Conselhos setoriais de Políticas Sociais visando maior participação e controle social na defesa e garantia de direitos.

V. Manifestar-se e opinar quando da implantação de equipamentos sociais, iniciativa e proposições relacionadas à criança e ao adolescente do Município.

A gestão atual iniciou-se em 01 de setembro de 2023, com término em 01 de setembro de 2025. As reuniões plenárias são realizadas bimestralmente e nessa gestão são as primeiras sextas feiras, às 9h de forma híbrida, ou seja, presencial e on-line.



Posse dos membros do CMDCA, realizada dia 01/09/2023

CMAS



O Conselho Municipal de Assistência Social de Serra Negra – CMAS, foi instituído pela Lei Municipal nº 2.424 de 01/10/98 e alterado pela Lei nº 3.725 de 25/03/14, é órgão colegiado superior, com poder normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador da Política de Assistência Social do Município de Serra Negra, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. De composição paritária de seus membros, sendo 6 representantes titulares e 6 suplentes do Poder Público e 6 representantes titulares e 6 suplentes da Sociedade Civil, com mandato de dois anos e atividade não remunerada por ser considerada de interesse público relevante e todos os membros são vinculados ao interesse de Políticas Sociais.

O seu Regimento Interno traz inúmeras competências, e dentre elas estão;

I. Apresentar proposições sobre assuntos de interesse de Assistência Social, que favoreçam a integração da rede socioassistencial do Município e que superem a sobreposição de Programas, Projetos, Benefícios e Serviços.

II. Aprovar o Plano e a Política Municipal de Assistência Social, elaborado pelo Órgão gestor da política de Assistência Social, em consonância com a PNAS – Política Nacional de Assistência Social, na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e com as diretrizes estabelecidas pelas Conferência de Assistência Social.

III. Acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, em especial o Fundo Municipal da Assistência Social, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos Programas, Projetos, Serviços e Benefícios socioassistenciais.

IV. Estabelecer articulação permanente com os demais conselhos de políticas públicas e promover a defesa e garantia dos direitos.

V. Aprovar o Plano Municipal de Assistência Social, elaborado pelo órgão gestor da Política de Assistência social.

A gestão atual iniciou-se em 09 de janeiro de 2023, com término em 09 de janeiro de 2025. As reuniões plenárias são realizadas mensalmente e nessa gestão são as segundas quartas-feiras, às 9h30min de forma híbrida, ou seja, presencial e on-line.



Posse do CMAS, realizada dia 09/01/2023



**EDUCAÇÃO
INFANTIL**

Os atos de cuidado e educação na Educação Infantil significa tratar de todas as situações presentes neste espaço como possibilidades de desenvolvimento para as crianças. Momentos como banho, sono, alimentação, troca de fraldas representam tempos e espaços privilegiados de contato das crianças com os adultos presentes nas creches e pré-escolas e também com as outras crianças. Não se trata de atender de forma mecânica às necessidades básicas dos meninos e meninas, cuidando para que fiquem sempre limpos e saciados. Trata-se, sim, de aproveitar cada situação para proporcionar o desenvolvimento integral das crianças. Trata-se de aproveitar cada situação para observar as particularidades de cada criança, oferecendo-lhe, inclusive, momentos de atenção individual, mesmo nas situações coletivas.

A Rede Municipal de Ensino possui Currículo próprio, em que as propostas de ensino-aprendizagem estão referenciadas nos pressupostos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Currículo Paulista (CP), além de prever nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas as peculiaridades e características da comunidade escolar.

O documento prevê os Direitos e Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento esperados para cada agrupamento etário (bebês – 0 ano a 1 ano e 6 meses de idade; crianças bem pequenas – 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses de idade; crianças pequenas – 4 anos a 5 anos e 11 meses).



CONVIVER com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.

BRINCAR cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

PARTICIPAR ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.



EXPLORAR movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.

EXPRESSAR, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.

CONHECER-SE e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

Além disso, respaldam o planejamento, acompanhamento e avaliação das aprendizagens das crianças em concepções, princípios e fundamentos que revelam a defesa pelos profissionais por uma educação comprometida com a inteireza das crianças e nos eixos Brincadeira e Interações como expressões máximas pelas quais as crianças aprendem e se desenvolvem.

As concepções que regem os fazeres dos profissionais apontam claramente a importância da intencionalidade pedagógica como instrumento privilegiado pela busca da qualidade de educação oferecida às crianças.



O Organizador Curricular prevê os 5 Campos de Experiências que traduzem as ações pedagógicas que devem mobilizar às crianças às explorações, investigações, descobertas, à apropriação das múltiplas linguagens, ao desenvolvimento de competências sociais, autoconhecimento e autoestima, ao acesso à cultura, dentre outras aprendizagens que impulsionam ao desenvolvimento.



Campos de Experiências: uma proposta que aposta na potência e na atividade da criança

O EU, O OUTRO E O NÓS – É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista. Conforme vivem suas primeiras experiências sociais (na família, na instituição escolar, na coletividade), constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros, diferenciando-se e, simultaneamente, identificando-se como seres individuais e sociais.

CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS – Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade.

TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS – Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras.

ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO – Desde o nascimento, as crianças participam de situações comunicativas cotidianas com as pessoas com as quais interagem. As primeiras formas de interação do bebê são os movimentos do seu corpo, o olhar, a postura corporal, o sorriso, o choro e outros recursos vocais, que ganham sentido com a interpretação do outro. Progressivamente, as crianças vão ampliando e enriquecendo seu vocabulário e demais recursos de expressão e de compreensão, apropriando-se da língua materna – que se torna, pouco a pouco, seu veículo privilegiado de interação.

ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES – As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais. Este Campo possibilita às crianças a promoção de experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações. Assim, a instituição escolar está criando oportunidades para que as crianças ampliem seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e possam utilizá-los em seu cotidiano.



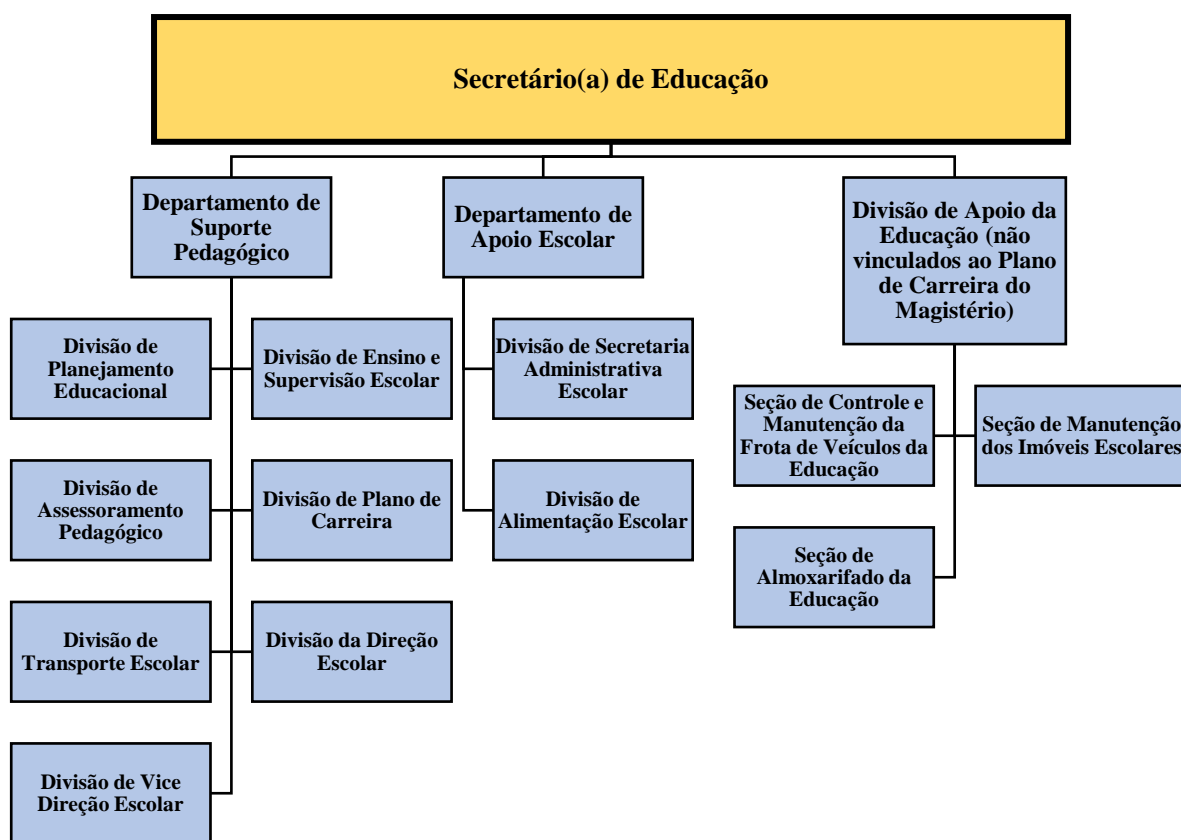
PREFEITURA MUNICIPAL
DA ESTÂNCIA TURÍSTICA HODOMINERAL DE
SERRA NEGRA

SECRETARIA
DA
EDUCAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação está estruturada pelo Departamento de Suporte Pedagógico contendo a assessoria de ensino e supervisão escolar, assessorias pedagógicas, divisão de Plano de Carreira e Valorização do Magistério Público Municipal, direção escolar, divisão de transporte escolar. Como órgãos de controle social independente que tratam de assuntos atinentes à Educação, há o Conselho Municipal de Educação (CME), Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE) e Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACs FUNDEB).

ORGANOGRAMA



	Estrutura chefiada por mandato eletivo	Conselhos ligados à Secretaria de Educação	
	Estrutura chefiada por Agente Político	a) Conselho Municipal de Educação	e) Comissão de Acompanhamento de Ajuda de Custo a Estudantes
	Estrutura chefiada por cargo comissionado	b) Conselho de Alimentação Escolar	f) Comissão de Acompanhamento ao Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para atendimento à Educação de Jovens e Adultos
	Estrutura chefiada por função de confiança	c) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério	
	Cargos comissionados de assessoramento ao Prefeito	d) Conselho de Controle Social	

Missão

Promover uma educação de qualidade inclusiva e acessível para todos proporcionando um ambiente de interação favorável ao desenvolvimento de valores e habilidades individuais e coletivas necessárias ao convívio em sociedade capacitando os alunos a alcançarem seu máximo, buscando desenvolver cidadãos críticos, éticos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Visão

Ser referência nacional em educação, reconhecida pelo nosso compromisso com as crianças, considerando que a primeira infância é a etapa mais importante da formação da vida, pois é a fase em que elas começam a existir fora do contexto familiar, envolvendo crianças com diferentes personalidades, criando laços de amizade e com a inovação pedagógica e a promoção da equidade. Buscar constantemente evoluir e adaptar práticas para atender as necessidades em constante mudança da comunidade educacional.

Valores

Excelência: Buscar a excelência em tudo o que se faz, desde o ensino e aprendizado até a gestão e administração. O objetivo é despertar o amor-próprio, autocontrole, honestidade, colaboração e a empatia.

Inclusão: Promover um ambiente inclusivo que respeita e valoriza a diversidade de cada criança, garantindo oportunidades iguais para todos.

Integridade: Agir com honestidade, transparência e ética em todas as interações e decisões. Preservar o direito e cuidado integral das crianças.

Colaboração: Reconhecer a importância da colaboração e do trabalho em equipe para alcançar os objetivos educacionais. Oferecer um ambiente escolar que permita às crianças planejar, executar, interagir, brincar, socializar e respeitar.

Responsabilidade: Assumir a responsabilidade pelo bem-estar e pelo sucesso dos alunos, educadores e comunidade escolar. Acompanhar e observar a evolução das crianças nessa trajetória, apoiando-as em suas dificuldades garantindo seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, proporcionando os campos de experiências e prepará-las para o Ensino Fundamental.

Empoderamento: Capacitar os alunos e educadores a serem agentes de mudança em suas vidas e em suas comunidades, promovendo o desenvolvimento pessoal e social da criança trazendo para seu cotidiano frases como: Você é corajosa; Você pode tudo o que quiser, Você é inteligente, além de serem estimuladas em seu processo de desenvolvimento.

As tabelas contendo dados e indicadores a seguir, mostram o histórico de acesso à Educação Infantil e algumas considerações de ordem legal que são observadas pelo município.

A tabela abaixo, apresenta o número de matrículas das etapas atendidas pela municipalidade e pela Rede Estadual.

Tabela 4: Matrículas na Educação Básica por dependência administrativa segundo nível/etapa de ensino 2022

Nível/Etapa de ensino	Dependência Administrativa						Total das Redes
	Estadual-SE ¹	Estadual Outras ²	Estadual ³	Municipal	Federal	Particular	
Creche	-	-	-	684	-	76	760
Pré escola	-	-	-	540	-	83	623
Fund. Anos Iniciais	1.141	-	1.141	317	-	256	1.714
Fund. Anos Finais	1.105	-	1.105	-	-	210	1.315
Médio	670	-	670	-	-	103	773
Total	2.916	-	2.916	1.541	-	728	5.185

Fonte: MEC/Inep – Sinopse Estatística de Educação Básica e Secretaria da Educação de Estado de São Paulo/Seduc-SP – Cadmec. Disponível em <https://www.fde.sp.gov.br/PagePublic/CadernoDeDados.aspx?codigoMenu=322> Acesso: 25/05/2024

Conforme as informações apresentadas na tabela disponibilizada pela Secretaria de Estado da Educação, o município, em 2022, possuía 5.185 matrículas na Educação Básica (creche ao Ensino Médio). O maior número de estudantes se concentrava nos Anos Iniciais com 1.714 matrículas, seguido dos Anos Finais do Ensino Fundamental, com 1.315.

Quando comparadas as redes de ensino, a municipal contabilizava 1.541 matrículas frente as 2.916 da Rede Estadual (Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio) e 728 de escola particular.

Em relação às instituições de ensino que atendem crianças com idades entre 0 e 6 anos, nos anos de 2023 e 2024, o município apresentou o seguinte cenário em termos de matrículas:

Tabela 5: Matrículas na Educação Infantil das Redes Municipal e Particular – 2023 e 2024

SEGMENTO DE ENSINO	REDE MUNICIPAL		REDE PRIVADA	
	2023	2024	2023	2024
creche	721	662	74	69
pré-escola	555	560	105	113
Total	1276	1222	179	182

Analisando a tabela, verifica-se que, em 2023, as matrículas de creche representavam 56,5 % do total (1276 matrículas) registrado na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino. Em 2024, o percentual foi de 54,17%. Em relação à Rede Privada, em 2023 foi de 41,34% e, no ano seguinte, foi de 37,91%.

A tabela abaixo, apresenta a série histórica de matrículas de Educação Infantil por dependência administrativa, considerando os dois tipos de ensino em Serra Negra: Rede Particular e Rede Privada.

Tabela 6: Matrículas na Educação Infantil por dependência administrativa 2010 - 2022

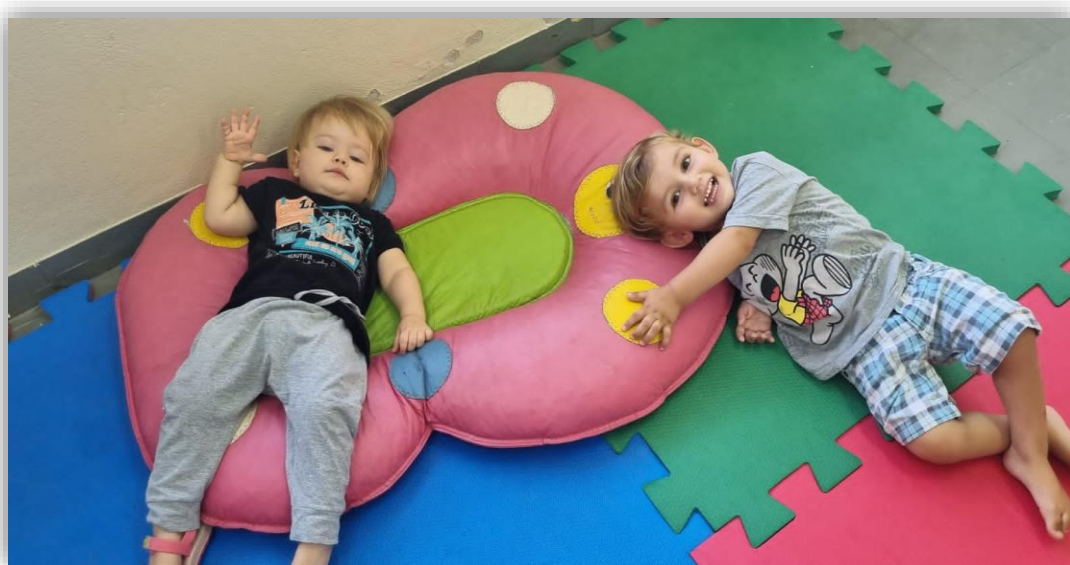
Ano	Educação Infantil						Total das Redes
	Estadual-SE	Estadual Outras	Estadual	Municipal	Federal	Particular	
2010	-	-	-	1.127	-	51	1.178
2011	-	-	-	1.207	-	56	1.263
2012	-	-	-	1.202	-	57	1.259
2013	-	-	-	1.136	-	80	1.216
2014	-	-	-	1.231	-	63	1.294
2015	-	-	-	1.268	-	73	1.341
2016	-	-	-	1.299	-	86	1.385
2017	-	-	-	1.299	-	99	1.398
2018	-	-	-	1.275	-	116	1.391
2019	-	-	-	1.296	-	150	1.446
2020	-	-	-	1.243	-	154	1.397
2021	-	-	-	1.186	-	118	1.304
2022	-	-	-	1.224	-	159	1.383

Fonte: MEC/Inep – Censo da Educação Básica (2010-2020), Sinopse Estatística da Educação Básica e Secretaria de Educação de Estado de São Paulo/Seduc-SP – Cadmec (2021-2022) Disponível em <https://www.fde.sp.gov.br/PagePublic/CadernoDeDados.aspx?codigoMenu=322> Acesso: 25/01/2024

A tabela apresenta a série histórica de matrículas na Educação Infantil do município, considerando os segmentos creche e pré-escola. Observa-se que no percurso de 13 anos (2010 a 2022), o atendimento pela rede municipal saltou de 1.127 matrículas para 1.224, o que representa um aumento de 7,92%. Na rede particular de Ensino, o aumento foi mais significativo, pois partiu de 51 matrículas em 2010 e atingiu 159 em 2022, resultando em 67,92%.

Neste mesmo período, nota-se que o ano com maior número de registro de matrículas foi nos anos de 2016 e 2017, com 1.299 matrículas. Vale destacar que, em relação ao ano de 2019 (1.296 matrículas), a queda de 53 matrículas entre o ano de 2020 (1.243 matrículas) e de 110 matrículas em 2021 (1.186 matrículas) deveu-se ao fenômeno pandêmico que afetou, especialmente, a frequência de crianças nas creches. No ano de 2022, o cenário se modifica timidamente, com o ingresso e/ou retorno de 38 crianças.

A PRIMEIRÍSSIMA INFÂNCIA



O trabalho realizado pelos profissionais de creche baseia-se no binômio cuidar e educar como princípios indissociáveis. Essas duas ações estão imbricadas e sugerem a contemplação de todas as dimensões do desenvolvimento dos bebês e das crianças bem pequenas: física, cognitiva, emocional, social e cultural.

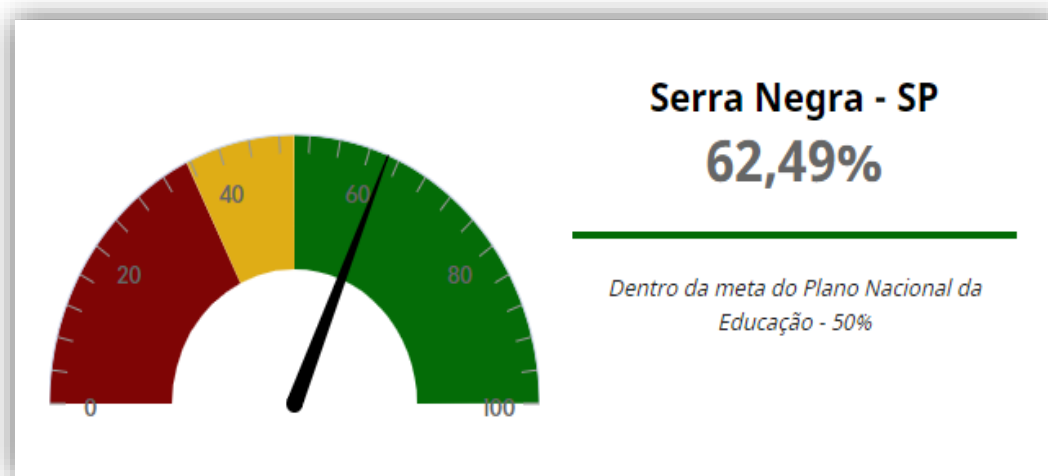
Com o advento do Currículo Estadual, construído à luz da BNCC, somado ainda aos avanços das ciências da infância, a equipe das instituições de Serra Negra continuamente busca formas cada vez mais elaboradas e adequadas para atender as necessidades, especificidades e potencialidades das crianças.

Os esforços na direção de romper com a visão assistencialista fazem com que os profissionais transformem todos os momentos de cuidados em atos intencionais de educação. A Proposta Pedagógica das escolas corrobora os preceitos postulados no Currículo Municipal e no Documento Orientador do município, buscando fortalecer a relação com as famílias, desenvolver nas crianças as capacidades de se apropriarem dos conhecimentos e competências corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas.

Assim sendo, do ponto de vista legal, sabe-se que não há normativa que torne obrigatória a matrículas de crianças com idades entre 0 e 3 anos de idade, facultando às famílias inserirem-nas no contexto escolar. Todavia, cabe ressaltar, que os ganhos em relação à aprendizagem e ao desenvolvimento desse público são enormes em razão, dentre outros aspectos, da sociabilidade, oportunidades de aprendizagem, desenvolvimento das qualidades humanas específicas, apropriação das múltiplas linguagens e do acesso ao acervo cultural construído pela humanidade.

Os gráficos abaixo mostram a taxa de atendimento de crianças em creches, nos anos de 2019 e 2020, de acordo com dados extraídos de Primeira Infância Primeiro, link <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/serra-negra-sp/>.

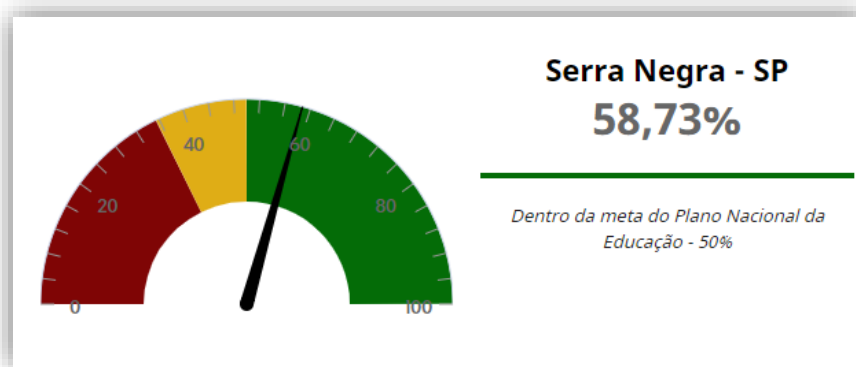
Gráfico 20: Percentual de atendimento em creches da população de 0 a 3 anos (2019)



Fonte:

INEP / Organizado por Datapedia.info Disponível em <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/serra-negra-sp/> Acesso: 25/04/2024

Gráfico 21: Percentual de atendimento em creches da população de 0 a 3 anos (2020)



Fonte: INEP / Organizado por Datapedia.info Disponível em <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/serra-negra-sp/> Acesso: 25/04/2024

Observa-se que entre os dois anos, houve uma pequena queda no percentual de matrículas em creche devido ao contexto pandêmico que afetou diretamente o fluxo de frequência nas escolas especialmente pelas crianças de berçários e maternais. No entanto, cabe destacar que mesmo assim o município permanece acima da Meta 1 do Plano Municipal de Educação e o Plano Nacional de Educação.

A equipe do município preceitua a creche como um poderoso meio de socialização e que pode promover estímulos que colaboram para o desenvolvimento pleno dos indivíduos.

Tabela 7: Matrícula na Creche por dependência administrativa 2010 - 2022

Ano	Creche						Total das Redes
	Estadual-SE	Estadual Outras	Estadual	Municipal	Federal	Particular	
2010	-	-	-	584	-	51	635
2011	-	-	-	620	-	48	668
2012	-	-	-	659	-	25	684
2013	-	-	-	599	-	37	636
2014	-	-	-	655	-	32	687
2015	-	-	-	708	-	31	739
2016	-	-	-	716	-	39	755
2017	-	-	-	722	-	49	771
2018	-	-	-	690	-	65	755
2019	-	-	-	727	-	86	813
2020	-	-	-	685	-	75	760
2021	-	-	-	604	-	40	644
2022	-	-	-	684	-	76	760

Fonte: MEC/Inep – Censo da Educação Básica (2010-2020), Sinopse Estatística da Educação Básica e Secretaria de Educação de Estado de São Paulo/Seduc-SP – Cadmec (2021-2022) Disponível em <https://www.fde.sp.gov.br/PagePublic/CadernoDeDados.aspx?codigoMenu=322> Acesso: 25/01/2024

A tabela apresenta a série histórica de matrículas em creche, período 2010 a 2022. Observa-se que o ano que contabilizou o maior registro foi o ano de 2019, com 722 vagas ocupadas por crianças de 0 a 3 anos de idade na Rede Municipal de Ensino. Na Rede

Particular, no mesmo ano, as 86 matrículas representaram 11,83% do total da Rede Municipal.

Quando comparamos o 0 ano de 2019 com 2021, período que o mundo foi acometido pela pandemia, houve uma redução significativa no quadro de matrículas. Enquanto na Rede Municipal houve uma queda de 123 matrículas (16,91%), na rede particular foi de 46 (46,51%).

De acordo com levantamento de informações realizado pela Secretaria Municipal de Educação, o ano de 2023 informou ao Sistema Escolar Digital (SED) 689 matrículas das escolas municipais e 69 das instituições particulares.

A tabela a seguir, apresenta o número de matrículas referentes ao ano de 2024 distribuídas por Unidade Escolar.

Tabela 8: Matrículas em creches da Rede Municipal de Ensino 2024

ESCOLAS	Total de crianças
EMEB “Prof ^ª Maria Therezinha Pinheiro Avancini”	15
EMEB “Dr. Geraldo de Faria Lemos Pinheiro	56
EMEB “Prof. Durval de Paula Chagas”	67
EMEB “Prof ^ª Aracy Sodré Marchi”	37
EMEB “Prof ^ª Doraci Ramalho Silingardi”	35
EMEB “Prof ^ª Rosalba Perondini Salomão”	43
EMEB “Prof ^ª Zaira Antunes Franchi”	25
EMEB “Albino Brunhara”	64
EMEB “Prof ^ª Priscila Salzano Cordeiro Brisolla”	105
EMEB “Prof ^ª Aracy Patrício”	38
EMEB Prof ^ª Haydee K. Padula”	33
EMEB Prof ^ª Maria Ap. Bicudo G. da Silva”	55
EMEB “Prof ^ª Maria Lucia Stenghel Salomão de Azevedo”	57
EMEB “Prof ^ª Maria Lourdes Pinheiro Taborda”	55
TOTAL DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL	685

Fonte: Secretaria Municipal de Educação. Dados levantados em março de 2024.

Conforme apresentado, as 14 escolas municipais que atendem crianças em berçários e maternais contabilizavam, no primeiro trimestre de 2024, 685 matrículas, 4 a menos que em 2023 e 1 a mais que 2022.

Tabela 9: Matrículas em creches da Rede Particular de Ensino 2024

ESCOLAS PARTICULARES	TOTAL DE CRIANÇAS
Colégio Reino de Educação Básica	50
Colégio Libere Vivere de Ensino Básico	08
Educandário Nossa Senhora Aparecida	11
TOTAL DE ALUNOS REDE PARTICULAR	69

Fonte: Secretaria Municipal de Educação. Dados levantados em março de 2024.

O maior número de matrículas está concentrado no Colégio Reino de Educação Básica e o total da Rede Particular de Ensino, no ano de 2024, representa 10,07% em relação ao geral da Rede Municipal e 9,15% da totalidade de matrículas do território municipal.

Importante destacar que o município disciplinou por meio de ato normativo os critérios para priorização das vagas na rede municipal, uma vez que a demanda aumenta a cada ano incentivada pelos programas de infraestrutura do Estado e da União e, principalmente, pelo trabalho qualificado que os profissionais da Educação Infantil realizam cotidianamente. Ou seja, quanto mais os resultados refletem positivamente na aprendizagem e no desenvolvimento dos bebês e das crianças bem pequenas, mais convencidos os familiares ficam em relação à importância do ingresso dos filhos desde a mais tenra idade no espaço coletivo da escola.

Tais critérios consistem em:

a) crianças vulneráveis socialmente (crianças que estão inseridas em serviço de acolhimento familiar ou institucional, ou que estiverem sob o serviço nos últimos seis meses, ou de filhos(as) de mulheres vítimas de violência doméstica de qualquer natureza - em conformidade com a Lei Municipal nº 3914/2016)

b) crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação

c) crianças com mães matriculadas na rede pública

d) grau socioeconômico familiar no qual todos os responsáveis legais pela criança exercem função laborativa de 8 horas diárias

e) grau socioeconômico familiar no qual os responsáveis legais pela criança não se enquadram nas prioridades acima

f) grau socioeconômico: cadastros que já receberam oferta de vaga e haviam sido reclassificados como não aptos à matrícula

O município de Serra Negra atende 80% em período integral, desta forma já atende a meta 6 do Plano Nacional e Municipal de Educação.

ROTINAS DAS CRIANÇAS: JORNADAS PARA CUIDADO E EDUCAÇÃO



A rotina, enquanto categoria pedagógica, é utilizada nas instituições educativas para auxiliar o trabalho do educador, sobretudo, para garantir um atendimento de qualidade para as crianças. Trata-se de uma forma de assegurar a tranquilidade do ambiente, segurança e relações de confiança das crianças.

As atividades propostas pela equipe de profissionais das creches do município primam pelos atos de cuidado e de educação como ações indissociáveis e necessárias para o pleno desenvolvimento infantil. Outra compreensão que merece destaque é não conceber o dia a dia em uma planilha com atividades rígidas e inflexíveis, mas sim adequar as atividades diárias ao ritmo da instituição, das crianças e dos adultos que atuam com os pequenos.

A rotina opera uma estrutura básica organizadora da vida cotidiana diária no espaço social da creche e não implica, portanto, em apenas atividades reiterativas e repetitivas. Elas possuem finalidades e formas de organização.



ORGANIZAÇÃO DAS ROTINAS NOS BERÇÁRIOS

Acolhimento (entrada)
Café da manhã
Estimulação, brinquedos e brincadeiras dirigidas
Lanche com frutas, suco e água
Banho de sol
Almoço
Troca de fraldas
Momento do suco, frutas e água
Momento do sono (preenchimento do diário do bebê)
Momento do banho e higiene
Momento do jantar
Despedida



ORGANIZAÇÃO DAS ROTINAS DOS MATERNAIS



Atividades de rotina (boas-vindas/chamada/contagem)
Música infantil e gesticuladas
História infantil
Ônibus itinerante denominado “Biblioteca Móvel”
Atividades do sistema apostilado
Atividades com diversos tipos de materiais (tinta/ massinha/ jogos pedagógicos/ materiais recicláveis/ cola/ tesoura/ fantoches/ giz de cera/ lápis de cor/ pincel/ diversos tipos de papéis)
Alimentar-se com autonomia
Brincadeiras recreativas livres e dirigidas
Aulas de informática (maternal II)
Hinos (Nacional e de Serra Negra)

AS CRIANÇAS EM IDADE PRÉ-ESCOLAR



A matrícula das crianças de 4 e 5 anos na pré-escola passou a ser obrigatória a partir de 2009, com a Emenda Constitucional 59/2009, postulando como dever dos pais matricularem seus filhos e os municípios ofertarem vagas suficientes para atender a demanda. No ano de 2013, essa normativa foi reforçada pela Lei

Federal nº 12.796, de 4 de abril de 2013 que alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

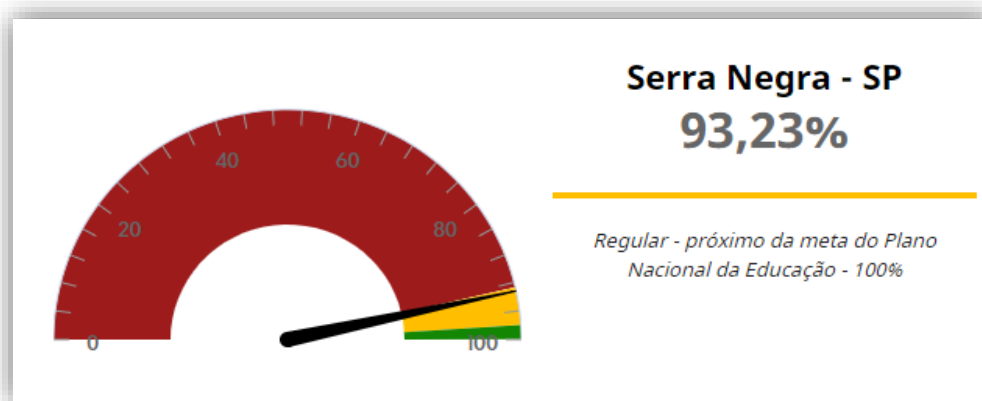
Esta lei, ainda vigente, também estabeleceu que a Educação Infantil (pré-escola) deve ser organizada com carga horária mínima anual de 800 horas, distribuídas por no mínimo 200 dias letivos. O atendimento à criança deve ser, no mínimo, de quatro horas diárias para o turno parcial e de sete, no mínimo, para a jornada integral. Outro aspecto contemplado na mesma lei, diz respeito à Educação Especial.

As alterações na Lei de Diretrizes e Bases também englobam educação especial. De acordo com a Lei nº 12.796/2013, entende-se por educação especial a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. O texto também garante que o Poder Público deve adotar como alternativa preferencial a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública.

Até meados de março deste ano, o município contabilizava 678 matrículas de crianças com idades de 4 e 5 anos, sendo 565 estudantes da Rede Municipal e 113 da Rede Particular de Ensino.

Os gráficos a seguir mostram o cenário de matrículas no município nos anos de 2019 e 2020. Os anos referem-se ao momento turbulento que o mundo enfrentou em razão da pandemia da COVID 19.

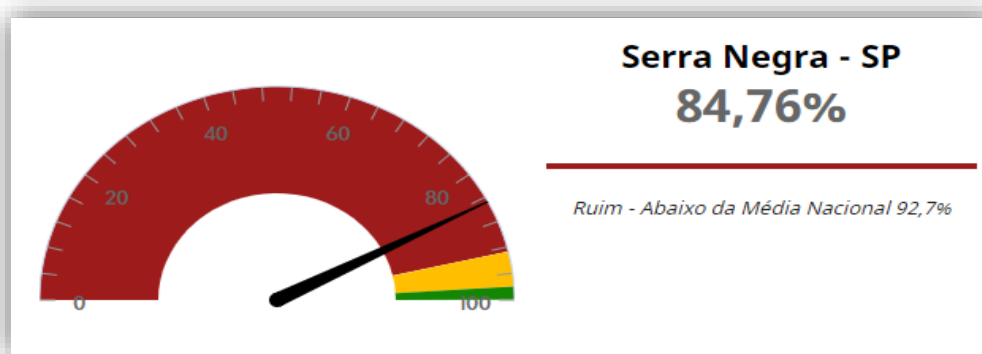
Gráfico 22: Percentual de atendimento em pré-escola da população de 4 a 5 anos (2019)



Fonte: INEP / Organizado por Datapedia.info Disponível em <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/serra-negra-sp/> Acesso: 25/01/2024

O gráfico apresenta o percentual de matrículas de crianças de 4 a 5 anos de idade registradas no ano de 2019. Apesar de não indicar 100% de atendimento, de acordo com as informações da Secretaria Municipal de Educação, a totalidade frequenta as escolas desde a homologação da Lei 12.796/2013, que altera a LDB e torna obrigatória a matrícula de crianças do público aqui analisado.

Gráfico 23: Percentual de atendimento em pré-escola da população de 4 a 5 anos (2020)



Fonte: INEP / Organizado por Datapedia.info Disponível em <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/serra-negra-sp/> Acesso: 25/01/2024

Em 2020, conforme apresentado no gráfico disponível em Primeira Infância Primeiro, link <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/serra-negra-sp/> o percentual sofreu uma queda de 8,47% nas matrículas quando comparadas com 2019.

Para a pré-escola, conforme estabelecido nos Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação, a meta era de 100% de matrículas das crianças de 4 e 5 anos, em 2016. Trata-se da primeira etapa obrigatória da educação básica e de uma medida essencial para garantir que todas as crianças brasileiras, independentemente de suas

condições socioeconômicas, tenham acesso a boas oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem, desde o início do seu processo educacional formal.

Tabela 10: Matrículas na Pré-escola por dependência administrativa 2010 - 2022

Ano	Pré-escola						Total das Redes
	Estadual-SE	Estadual Outras	Estadual	Municipal	Federal	Particular	
2010	-	-	-	543	-	-	543
2011	-	-	-	587	-	8	595
2012	-	-	-	543	-	32	575
2013	-	-	-	537	-	43	580
2014	-	-	-	576	-	31	607
2015	-	-	-	560	-	42	602
2016	-	-	-	583	-	47	630
2017	-	-	-	577	-	50	627
2018	-	-	-	585	-	51	636
2019	-	-	-	569	-	64	633
2020	-	-	-	558	-	79	637
2021	-	-	-	582	-	78	660
2022	-	-	-	540	-	83	623

Fonte: MEC/INEP – Censo de Educação Básica (2010-2020), Sinopse Estatística da Educação Básica e Secretaria da Educação dos Estado de São Paulo/Seduc-SP – Cadmec (2021-2022) Disponível em <https://www.fde.sp.gov.br/PagePublic/CadernoDeDados.aspx?codigoMenu=322> Acesso: 25/01/2024

No ano de 2022 o município contabilizou 623 matrículas, sendo 540 crianças pertencentes a rede municipal de ensino e 83 da rede privada. Em 2023, houve um aumento de 1 matrícula na Rede Municipal (541 matrículas) e reduziu 4 na Rede Particular (79 matrículas).

Em relação a 2024, segundo o levantamento de informações realizado pela Secretaria Municipal de Educação, o quadro de matrículas por escola pertencente à Rede Municipal de Ensino era o seguinte:

Tabela 11: Matrículas da população de 4 a 5 anos em pré-escola – Rede Municipal de Ensino (2024) e Rede Particular de Ensino (2024)

ESCOLAS MUNICIPAIS	TOTAL DE MATRÍCULAS
EMEB “Dr. Geraldo de Faria Lemos Pinheiro	75
EMEB “Prof. Durval de Paula Chagas”	74
EMEB “Prof ^ª Alzira Silveira Palma e Silva”	37
EMEB “Prof ^ª Aracy Sodrê Marchi”	25
EMEB “Prof ^ª Doraci Ramalho Silingardi”	33
EMEB “Prof ^ª Rosalba Perondini Salomão”	97

EMEB “Profª Zaira Antunes Franchi”	53
EMEB “Albino Brunhara”	36
EMEB “Profª Aracy Patrício”	27
EMEB Profª Haydee K. Padula”	40
EMEB Profª Maria Ap. Bicudo G. da Silva”	32
EMEB “Profª Maria Lourdes Pinheiro Taborda”	36
TOTAL DE ALUNOS NA REDE MUNICIPAL	565

ESCOLAS PARTICULARES	TOTAL DE MATRÍCULAS
Colégio Reino de Educação Básica	75
Colégio Libere Vivere de Ensino Básico	20
Educandário Nossa Senhora Aparecida	18
TOTAL	113

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – ano referência: 2024

Conforme a Lei Municipal nº 4.647, de 10 de outubro de 2023, que institui o Sistema Municipal de Ensino, o acesso à Educação Básica, com prioridade para a Educação Infantil (4 e 5 anos) e o 1º Ano do Ensino Fundamental, é direito público subjetivo, podendo exigí-lo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público.

Além do mencionado, compete à municipalidade oferecer vaga a qualquer criança que assim requerê-la, em consonância com os dispositivos previstos na legislação brasileira, em especial na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Vale destacar que cabe ao Poder Público Municipal assegurar, em primeiro lugar, o acesso ao ensino obrigatório, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme prioridades constitucionais.

Assim, de acordo com a Lei Municipal, para garantir o cumprimento da obrigatoriedade do ensino, a governança local criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

ORGANIZAÇÃO DAS ROTINAS DO PRÉ-I E PRÉ-II

Atividades de rotina (boas vindas/chamada/contagem)
Música infantil e gesticuladas
História infantil
Ônibus itinerante denominado “Biblioteca Móvel” (percorre todas as escolas de EI do município)
Atividades do sistema apostilado
Atividades com diversos tipos de materiais (tinta/ massinha/ jogos pedagógicos/ materiais recicláveis/ cola/ tesoura/ fantoches/ giz de cera/ lápiz de cor/ pincel/ diversos tipos de papéis)
Alimentar-se com autonomia
Brincadeiras recreativas livres e dirigidas
Aulas de informática
Aulas de Inglês (somente Pré II)
Hinos (Nacional e de Serra Negra)
Polo Tecnológico (atividades fora do ambiente escolar, em sala tecnologicamente equipada com IPADS e professores especializados)



Além das atividades propostas diariamente, há aquelas que integram os projetos anuais:

- Bullying;
- Meio Ambiente;
- Resgate de brincadeiras antigas;
- Matemática;
- Povos indígenas;
- Consciência Negra;
- Saúde na escola:
 - Teste de acuidade visual;
 - Palestra sobre dengue;
 - Triagem odontológica;
 - Alimentação saudável;



- Triagem antropométrica;
- Prevenção de acidentes;
- Visita de bombeiros;
- Prevenção de COVID;
- Higienização;
- Campanhas de vacinas.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Sabe-se que a educação é um direito de todos, o que significa oferecer condições para acesso, permanência e êxito escolar as crianças, independentemente de suas características socioeconômicas, físicas, étnicas e psicoeducacionais. Esse direito universal deve ser garantido desde a infância, nos primeiros anos de vida da criança.

O ensino de qualidade da formação escolar nos 6 primeiros anos de vida é indiscutivelmente importante, pois auxilia no desenvolvimento global das crianças, oportunizando evolução física/motora, intelectual/cognitiva, social e de interação, as quais constituem base para situações concretas, práticas pedagógicas e conceitos básicos.

Sabe-se também que além do currículo, a inclusão escolar nessa etapa pode demandar uma reorganização das técnicas, instrumentos, ferramentas e materiais utilizados, e do espaço e mobiliário da sala e/ou de toda a escola. O uso de materiais e ferramentas diversificados também é de grande valia, tais como a seleção de recursos e materiais específicos, adaptação de jogos, brinquedos e brincadeiras, e o arranjo do espaço, eliminando qualquer tipo de barreira.

As tabelas a seguir mostram o cenário das matrículas dos estudantes da Educação Básica de Serra Negra, no período entre 2010 e 2022. A 1ª tabela apresenta o total de estudantes por tipo de deficiência, transtorno do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. A 2ª evidencia o número de estudantes em salas comuns (inclusos) e classes exclusivas no mesmo período e a 3ª refere-se às matrículas em classes comuns e exclusivas por nível/ etapa de ensino no ano de 2022.

Tabela 12: Número Total de alunos por tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, matriculados em classes comuns (inclusos) e classes exclusivas 2010-2022

Tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação	Ano												
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Cegueira	2	1	1	1	-	-	1	1	1	1	1	1	1
Baixa Visão	13	10	10	11	13	9	13	9	7	7	8	8	5
Surdez	4	4	4	4	3	2	4	4	3	3	4	3	3
Deficiência Auditiva	2	1	1	2	3	5	6	6	5	5	4	5	6
Surdo-cegueira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Deficiência Física	10	9	9	14	12	15	14	14	13	17	17	20	21
Deficiência Intelectual	77	77	91	91	95	85	91	90	70	69	63	60	67
Deficiência Múltipla	2	1	2	6	6	7	9	9	8	11	11	10	10
Transtorno do Espectro Autista	7	1	1	4	5	6	10	11	15	10	30	36	53
Síndrome de Asperger	-	1	1	2	2	2	4	6	6	-	-	-	-
Síndrome de Rett	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transtorno Desintegrativo da Infância - TDI	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-
Altas Habilidades/Superdotação	-	-	-	-	1	1	-	-	-	16	-	-	1
Total Geral	112	103	115	122	127	118	133	131	111	116	115	121	142

Fonte: MEC/Inep; Censo da Educação Básica (2010-2020) e Sinopse Estatística da Educação Básica (2021-2022) Disponível em <https://www.fde.sp.gov.br/PagePublic/CadernoDeDados.aspx?codigoMenu=322> Acesso: 25/01/2024

Conforme apresentado na tabela, o maior número de crianças concentra-se, ao longo dos 13 anos analisados, nos tipos de deficiência física, baixa visão e, principalmente, deficiência intelectual. Chama também a atenção o número de estudantes com Transtorno do Espectro Autista com salto significativo a partir do ano de 2019, quando havia 10 matrículas e saltou, em 2022, para 53 matrículas.

No ano de 2023, de acordo com levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Educação, o município contabilizou 155 matrículas de estudantes da Educação Básica com algum tipo de deficiência ou transtorno. Verificou-se 5 estudantes com baixa visão, 1 com surdez, 5 com deficiência auditiva, 21 com deficiência física, 71 com deficiência intelectual, 11 com deficiência múltipla e 73 com Transtorno do Espectro Autista.

Com relação aos estudantes com altas habilidades/superdotação, no período analisado, constatarem matrículas nos anos de 2014 (1 matrícula), 2015 (1 matrícula), 2019 (16 matrículas) e 2022 (1 matrícula).

Tabela 13: Número de alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, matriculados em classes comuns e exclusivas por nível / etapa de ensino 2023

Educação Infantil	Total	30
	Creche	10
	Pré-escola	20
Ensino Fundamental	Total	97
	Anos Iniciais	45
	Anos Finais	52
Ensino Médio	Total	28
	Ensino Médio Propedêutico	27
	Ensino Médio Normal/Magistério	-
	Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado)	1
Educação Profissional	Total	1
Educação Profissional Técnica de Nível Médio	Total	1
	Associada ao Ensino Médio	1
	Técnico Concomitante	-
	Técnico Subsequente	-
Educação Profissional - Formação Inicial Continuada (FIC)	Total	-
	FIC Concomitante	-
	FIC Integrado na Modalidade EJA	-
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Total	-
	Ensino Fundamental	-
	Ensino Médio	-
Educação Especial	Total	155
	Classes Comuns	155
	Classes Exclusivas	-

Fonte: MEC/Inep; Estatística da Educação Básica Disponível em <https://www.fde.sp.gov.br/PagePublic/CadernoDeDados.aspx?codigoMenu=322> Acesso: 25/01/2024

O sistema municipal de ensino realiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, prioritariamente, em sala de recursos multifuncionais localizada na EMEB e Especial Prof^a Olga de Souza Vichi, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns.

Entendido como direito fundamental, público e subjetivo da pessoa, na modalidade especial, os profissionais definem uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar e suplementar o ensino regular, com o objetivo de garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

O município possui ainda a parceria com a APAE do município de Amparo com atendimento de 10 crianças de 0 a 6 anos de idade. Para além disso, é importante ressaltar que a Secretaria Municipal de Saúde também realiza alguns serviços por meio de

especialidades diversas para apoiar a aprendizagem e o desenvolvimento do público-alvo da Educação Especial.

Tabela 14: Número de alunos por tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, matriculados em classes comuns (inclusos) e classes exclusivas 2010-2022

Tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação	Ano												
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Classes Comuns													
Cegueira	2	1	1	1	-	-	1	1	1	1	1	1	1
Baixa Visão	11	8	8	9	11	7	11	8	7	7	8	8	5
Surdez	4	4	4	4	3	2	4	4	3	3	4	3	3
Deficiência Auditiva	2	1	1	2	3	5	6	6	5	5	4	5	6
Surdo-cegueira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Deficiência Física	7	6	6	11	9	12	12	12	13	17	17	20	21
Deficiência Intelectual	50	44	57	66	68	58	69	75	70	69	63	60	67
Deficiência Múltipla	-	-	1	4	4	5	7	9	8	11	11	10	10
Transtorno do Espectro Autista	5	1	1	4	5	6	10	11	15	10	30	36	53
Síndrome de Asperger	-	1	1	2	2	2	4	6	6	-	-	-	-
Síndrome de Rett	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transtorno Desintegrativo da Infância - TDI	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-
Altas Habilidades/Superdotação	-	-	-	-	1	1	-	-	-	16	-	-	1
Total Geral Classes Comuns	81	66	77	94	97	88	109	113	111	116	115	121	142
Classes Exclusivas													
Cegueira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa Visão	2	2	2	2	2	2	2	1	-	-	-	-	-
Surdez	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Deficiência Auditiva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Surdo-cegueira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Deficiência Física	3	3	3	3	3	3	2	2	-	-	-	-	-
Deficiência Intelectual	27	33	34	25	27	27	22	15	-	-	-	-	-
Deficiência Múltipla	2	1	1	2	2	2	2	-	-	-	-	-	-
Transtorno do Espectro Autista	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Síndrome de Asperger	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Síndrome de Rett	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transtorno Desintegrativo da Infância - TDI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Altas Habilidades/Superdotação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Geral Classes Exclusivas	31	37	38	28	30	30	24	18	-	-	-	-	-

Fonte: MEC/Inep; Censo da Educação Básica (2010-2020) Disponível em <https://www.fde.sp.gov.br/PagePublic/CadernoDeDados.aspx?codigoMenu=322> Acesso: 25/01/2024

Os principais desafios são repensar os espaços, os materiais, a formação continuada de professores, contratação de novos profissionais e reorganizar o currículo para atender com a máxima qualidade todos esses estudantes e não apenas aqueles que estão matriculados na Rede Municipal de Ensino, afinal todos pertencem ao território.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os estudantes, sem exceção. Tal política, importante destacar, tem ainda como objetivos:

- Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
- Atendimento educacional especializado;
- Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
- Formação da escolarização de professores para o atendimento especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
- Participação da família e da comunidade;
- Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação;
- Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Considerando o público-alvo da Educação Infantil, de acordo com a Política Nacional, do nascimento aos três anos, o AEE expressa-se por meio de serviços de estimulação precoce, que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social.

As atividades pedagógicas realizadas com os alunos no AEE, dá-se por meio de preenchimento do PDI após a sondagem com o aluno, realizada na escola regular e no AEE, incluindo a anamnese realizada com os pais. Desse ponto, iniciam-se trabalhos individualizados com materiais diversificados de forma lúdica e concreta.

Nas salas regulares, o professor também realiza atividades com estratégias diferenciadas e adaptação do material apostilado, quando necessário. As salas de AEE encontram-se localizadas em escola especializada tanto em questão de infraestrutura como de profissionais.

A escola do AEE possui transporte público próprio que transporta essas crianças da escola regular para a escola especializada. Esses alunos, contam ainda com profissionais da saúde que realizam atendimentos, como psicólogo, fonoaudiólogo e fisioterapeuta.

O atendimento aos pais dá-se através de reuniões bimestrais e agendamentos individuais sempre que há necessidade.

Tabela 15: Matrículas por deficiência ou transtorno na Educação Infantil (2024)

DEFICIÊNCIA / TRANSTORNO	TOTAL DE MATRÍCULAS
Transtorno do Espectro Autista	39
Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade	9
Síndrome de Down	3
Baixa Visão	1
Física - Outros	3
Física - Cadeirante	1
Distúrbio de Conduta	1
TOTAL DE CRIANÇAS	58

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (2024)

A Secretaria Municipal de Educação, por meio do trabalho realizado junto ao público-alvo da Educação Especial, sustenta a concepção de se abrir para a diversidade, acolhendo e respeitando as diferenças e, acima de tudo, estimulando e valorizando as potencialidades de cada criança. É justamente esta concepção que impulsiona a busca por caminhos para a reorganização das escolas de forma a atender a todas as crianças, típicas e atípicas, cumprindo seu papel social.

Com essa proposta, defende-se que a diferença é uma condição inerente ao ser humano e a aceitação deste valor é um imperativo inquestionável. Portanto, cabe à educação do presente cuidar para que a ideia de unidade da espécie humana não apague a ideia de diversidade, e que a da sua diversidade não apague a da unidade. Compreender o humano é compreender sua unidade na diversidade e o seu contrário. Como nos ensina Morin (2011), é preciso conceber a unidade do múltiplo e a multiplicidade uno.



PREFEITURA MUNICIPAL
DA ESTÂNCIA TURÍSTICA-HIDROTERMAL DE
SERRA NEGRA

**SECRETARIA
DE
ESPORTES
E LAZER**

É inegável que a prática esportiva é de suma importância para o desenvolvimento social e físico da criança. Assim, o incentivo à exploração de movimentos com o corpo, a apropriação de habilidades motoras e a manifestação de expressões físicas contribuem para o desenvolvimento psicomotor, condicionamento físico e cardiorrespiratório, além da melhora da saúde, auxiliando no tratamento de doenças crônicas, como asma e diabetes.

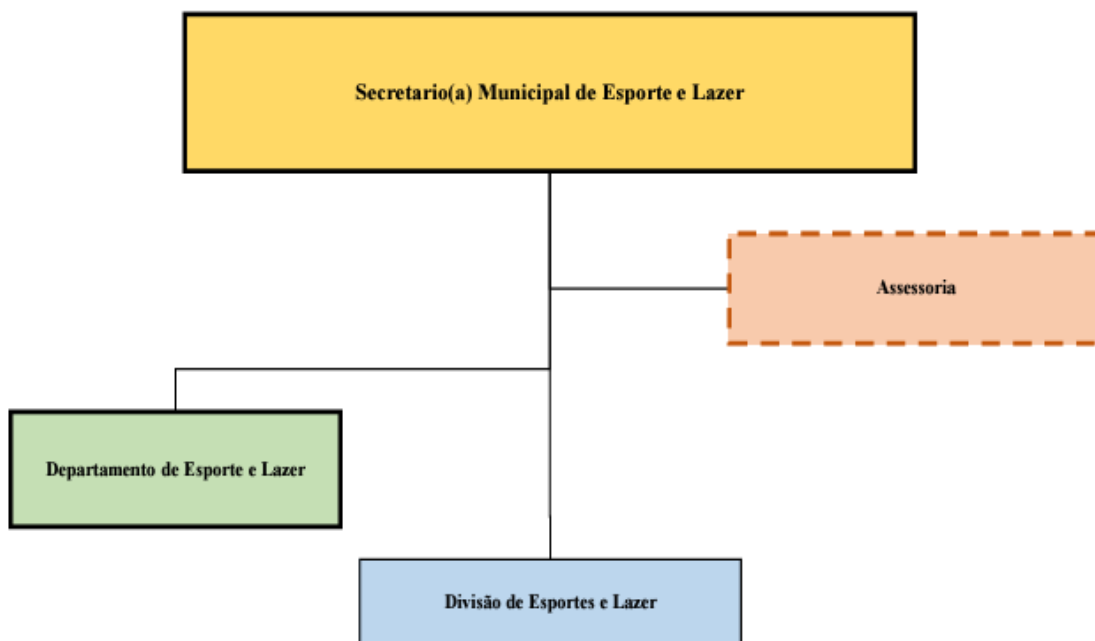
Os incentivos devem começar desde a infância, estimulando a criança a realizar esportes que lhe proporcione prazer, de maneira lúdica e que não atrapalhe as demais atividades da vida cotidiana. Desta forma, o trabalho realizado no município prima pelo desenvolvimento humano, o bem-estar da saúde, a autoestima, a afetividade, o trabalho em grupo, as percepções e a expressão, o raciocínio e a criatividade.

Weffort e cols. (2009) propõem uma tabela que simplifica as recomendações em relação à prática de atividade física para cada etapa de desenvolvimento da infância:

IDADE (ANOS)	ATIVIDADE
0 a 1	Pegar objetos, sentar, rolar, engatinhar, levantar, andar, estimulação da psicomotricidade, brincar na água a partir de 6 meses.
2 a 6	Recreação, arremessar a um alvo, pegar ou chutar bola, pular, explorar o meio ambiente, pedalar, correr, saltar obstáculos ou degraus, subir escadas, mergulhar.

Atualmente, esta é a estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, de acordo com a Lei Complementar n.º 210 de 14 de dezembro de 2023:

ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER



	Estrutura chefiada por mandato eletivo
	Estrutura chefiada por Agente Político
	Estrutura chefiada por cargo comissionado
	Estrutura chefiada por função de confiança
	Cargos comissionados de assessoramento ao Prefeito Municipal

Conselhos ligados a Secretaria de Esporte e Lazer	
a)	Conselho Municipal de Esportes
b)	Comissão de Avaliação de Projetos Esportivos

MISSÃO

Nossa missão é promover o desenvolvimento integral da comunidade através do esporte, do lazer e da recreação, incentivando a prática de atividades físicas e desportivas em todas as faixas etárias. Buscamos proporcionar acesso democrático a espaços e eventos esportivos e recreativos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar social dos cidadãos de Serra Negra.

VISÃO

Nosso objetivo é sermos reconhecidos como referência na promoção do esporte, do lazer e da recreação, destacando-nos pela excelência na gestão de espaços e eventos esportivos, pela diversidade de atividades oferecidas e pelo compromisso com a inclusão e a participação da comunidade. Almejamos ser uma Secretaria que estimula a cultura esportiva e de lazer, promovendo valores como saúde, integração social e qualidade de vida.

VALORES

Inclusão: Promovemos a inclusão de todas as pessoas, independentemente de idade, gênero, habilidade ou condição física, garantindo o acesso igualitário às atividades esportivas e de lazer.

Integridade: Atuamos com ética, transparência e responsabilidade, zelando pelo uso adequado dos recursos públicos e pela preservação do patrimônio municipal.

Promoção da Saúde: Valorizamos a promoção da saúde e do bem-estar, incentivando a prática regular de atividades físicas e desportivas como forma de prevenção de doenças e melhoria da qualidade de vida.

Participação Comunitária: Estimulamos a participação ativa da comunidade na definição e implementação das políticas e programas de esporte e lazer, valorizando o diálogo e a colaboração.

Excelência: Buscamos a excelência na gestão de espaços e eventos esportivos e recreativos, oferecendo serviços de qualidade e promovendo constantemente a inovação e o aprimoramento.

Diversidade: Valorizamos a diversidade de práticas esportivas e de lazer, reconhecendo a importância de atender às diferentes preferências e necessidades da comunidade.

Desenvolvimento Social: Contribuímos para o desenvolvimento social e humano, promovendo o convívio comunitário, a inclusão social e o desenvolvimento pessoal através do esporte e do lazer.

Sustentabilidade: Comprometemo-nos com a sustentabilidade ambiental, adotando práticas ecológicas e promovendo o uso responsável dos recursos naturais nos nossos eventos e atividades.



PREFEITURA MUNICIPAL
DA ESTANÇIA TURÍSTICA E RECREATIVA DE
SERRA NEGRA

SECRETARIA DE

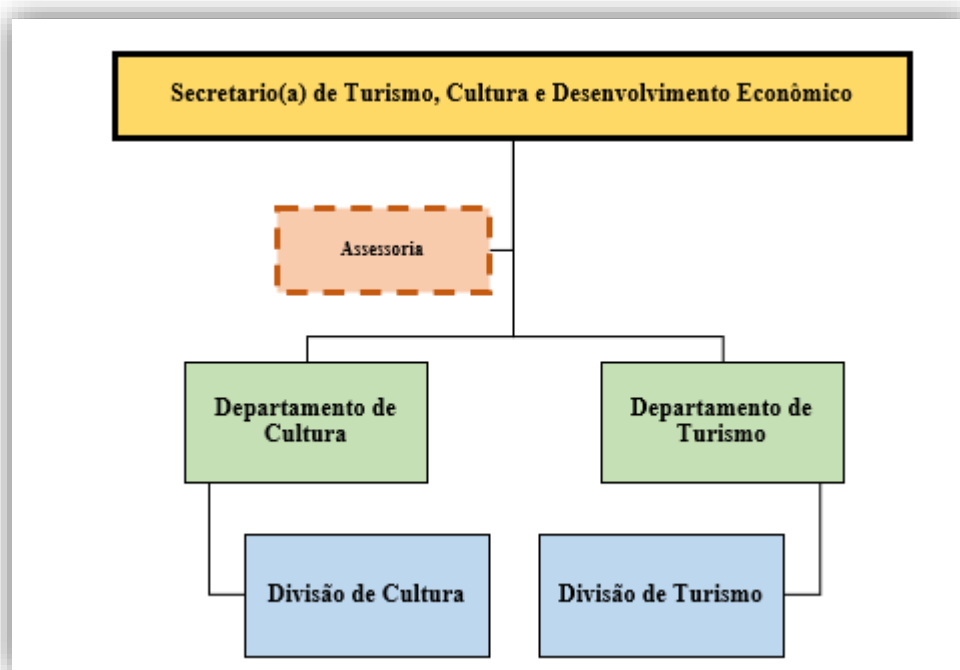
Turismo

CULTURA

E

**DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO**

Atualmente, esta é a estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Desenvolvimento Econômico, de acordo com a Lei Complementar n.º 210 de 14 de dezembro de 2023:



Legenda:

	Estrutura chefiada por mandato eletivo
	Estrutura chefiada por Agente Político
	Estrutura chefiada por cargo comissionado
	Estrutura chefiada por função de confiança
	Cargos comissionados de assessoramento ao Prefeito Municipal

Conselhos e Fundos ligados a Secretaria de Turismo, Cultura e Desenvolvimento Econômico	
a)	Conselho Municipal de Turismo - COMTUR
b)	Fundo Municipal de Turismo
c)	Comissão de Avaliação de Projetos Culturais
d)	Conselho Municipal de Cultura

O Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), criado pela Lei Municipal nº 2.928, de 28 de dezembro de 2005 e reestruturado pela Lei nº 4.203, de 25 de setembro de 2019, é um órgão colegiado consultivo e deliberativo, que tem por objetivo orientar e promover o desenvolvimento da atividade turística no município. Na mesma lei, em seu artigo 8º é criado o Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR), que tem por finalidade captar recursos para serem aplicados na implementação dos projetos e ações para as atividades turísticas.

O Conselho Municipal da Cultura, criado pela Lei Municipal nº 1.803, de 25 de setembro de 1991, alterada pela Lei Municipal nº 3.635, de 4 de junho de 2013 que o renomeia como Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), é um órgão deliberativo, consultivo e fiscalizador das ações culturais do município e tem por objetivo promover a participação democrática dos vários segmentos da sociedade que integram a ação cultural.

MISSÃO

Nossa missão é impulsionar o crescimento econômico e social de Serra Negra por meio do turismo sustentável, da valorização da cultura local e do estímulo ao desenvolvimento de empreendimentos e serviços relacionados. Buscamos promover o patrimônio histórico e cultural, fomentar o turismo responsável e diversificado, e fortalecer parcerias para o crescimento integrado e sustentável do município.

VISÃO

Visamos ser reconhecidos como um destino turístico exemplar, destacando-nos pela riqueza cultural, pela hospitalidade e pela oferta diversificada de atividades turísticas. Almejamos tornar Serra Negra um polo de referência em turismo responsável e culturalmente rico, contribuindo para a prosperidade econômica e o bem-estar da comunidade local.

VALORES

Sustentabilidade: Comprometemo-nos a promover práticas sustentáveis no desenvolvimento do turismo e da cultura, respeitando e preservando o meio ambiente e o patrimônio histórico.

Inclusão: Valorizamos a participação e inclusão da comunidade local no desenvolvimento do turismo e da cultura, promovendo oportunidades para todos os segmentos sociais.

Integridade: Atuamos com transparência, ética e responsabilidade na gestão dos recursos públicos e na condução das atividades da Secretaria.

Excelência: Buscamos a excelência na prestação de serviços turísticos e culturais, oferecendo experiências de alta qualidade aos visitantes e moradores.

Colaboração: Promovemos parcerias estratégicas com o setor privado, entidades públicas e organizações da sociedade civil para impulsionar o desenvolvimento turístico e cultural de forma colaborativa.

Valorização da Identidade Local: Valorizamos e preservamos a identidade cultural e histórica de Serra Negra, promovendo suas tradições, festividades e manifestações artísticas.

Desenvolvimento Econômico: Buscamos estimular o empreendedorismo e o desenvolvimento econômico sustentável por meio do turismo e da valorização da cultura local.

Criatividade e Inovação: Estimulamos a criatividade e a inovação na oferta de produtos e serviços turísticos e culturais, buscando diferenciação e atratividade no mercado.

A Secretária de Turismo, Cultura e Desenvolvimento Econômico proporciona para as crianças do Município de Serra Negra–São Paulo: pinturas faciais, brincadeiras, personagens e muita alegria para todos. Ações como essas são muito importantes para o desenvolvimento social e cultural das crianças, proporcionando momentos de diversão e

aprendizado. Serra Negra é conhecida por suas belezas naturais e iniciativas como essas certamente contribuem para o bem-estar e a felicidade da comunidade local.



Atividades artísticas realizadas em espaço aberto da cidade para as crianças



Além de apreciar e se divertir com a apresentação artística, a criança interage, brinca e participa de outras atividades



A participação das crianças e seus familiares fortalece vínculos e gera sentimento de pertencimento à cidade

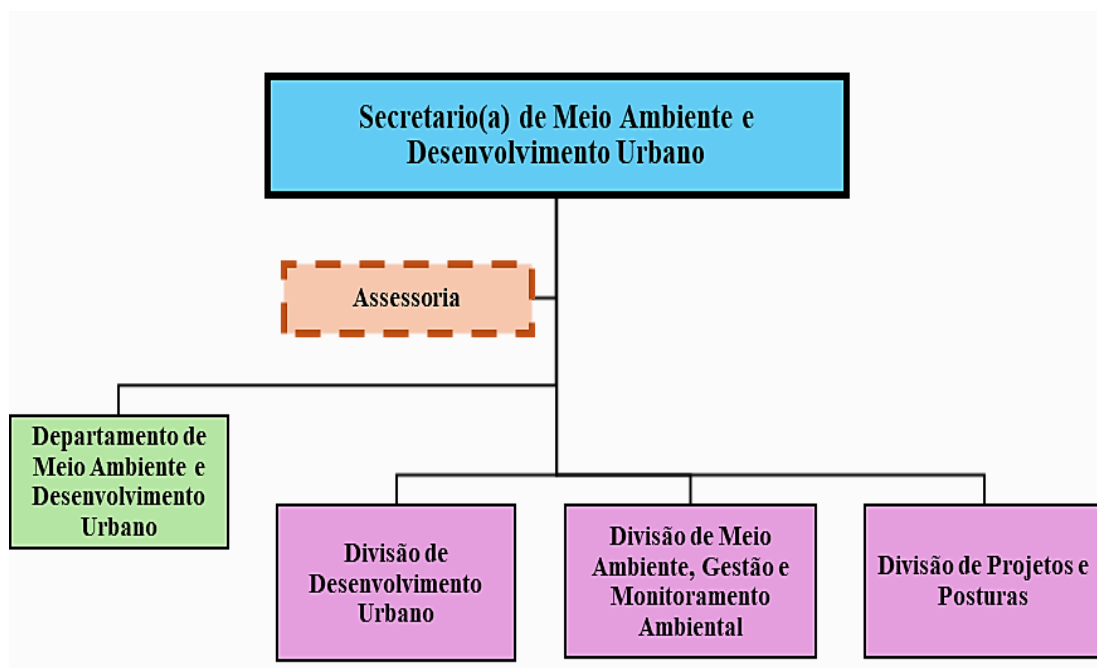


PREFEITURA MUNICIPAL
DA ESTANÇIA TURÍSTICA HIDROMINERAL DE
SERRA NEGRA

SECRETARIA
DO
MEIO
AMBIENTE
E
DESENVOLVIMENTO
URBANO

A Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano é responsável por definir e implementar as políticas públicas municipais referentes ao cuidado, proteção e fiscalização do meio ambiente, nos seguintes temas: arborização urbana, áreas de preservação ambientais, controle de exploração de recursos naturais, resíduos sólidos, fiscalização das construções e reformas de imóveis particulares.

Atualmente, esta é a estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Desenvolvimento Econômico, de acordo com a Lei Complementar n.º 210 de 14 de dezembro de 2023:



Legenda:

	Estrutura chefiada por mandato eletivo
	Estrutura chefiada por Agente Político
	Estrutura chefiada por cargo comissionado
	Estrutura chefiada por função de confiança
	Cargos comissionados de assessoramento ao Prefeito Municipal

Além dos trabalhos desenvolvidos pela Secretaria de Meio Ambiente, juntamente com a Secretaria de Educação, temos como objetivo principal fornecer conhecimentos e informações às crianças sobre a importância da conservação do meio ambiente.

A criança tem direito a uma vida saudável, em harmonia com a natureza, bem como o direito a se inserir e viver como cidadã nas relações sociais, o que implica em ter o

direito ao espaço na cidade, respeitando suas condições físicas e seu desenvolvimento e de participar da construção da sociedade.



Esses direitos, no entanto, encontram diversos obstáculos e cabe ao Poder Público promover políticas públicas para garantir as condições necessárias para a criança viver uma vida plena como criança na sua peculiar condição de desenvolvimento e garantir igualdades de

condições, seja em cidades de grande, médio ou pequeno porte. Em relação ao meio ambiente, vivemos tempos que apresentam grandes desafios para a sustentabilidade da humanidade no planeta.

Devemos trabalhar com propostas e ações, como por exemplo:

- Ampliar a parceria e do trabalho em conjunto entre as secretarias na temática do cuidado com o Meio Ambiente;
- Ampliar a parceria entre a Secretaria da Educação e a Secretaria de Meio Ambiente no trabalho de Educação Ambiental, bem como demais Secretarias Municipais ligadas à manutenção e preservação de áreas verdes;
- Orientar as crianças a ter um olhar diferenciado para os resíduos, podendo reaproveitá-los como brinquedos, dando uma nova utilidade de uso e aprendendo a classificar e a descartar de forma correta, bem como envolver a família nesta questão;
- Incentivar a criação de hortas nas escolas municipais para fomentar nas crianças a importância do alimento e a preservação do solo, da água, da compostagem;
- Conscientizar sobre a importância da preservação do meio ambiente;
- Criar espaços lúdicos (dentro dos locais públicos) com material reciclável;
- Disponibilizar por meio da Secretaria do Meio Ambiente locais no município para tratar de temas relevantes, como reciclagem, recursos naturais e afins;
- Articular e fortalecer junto com os projetos de reciclagem do município a coleta e separação de material reciclável;
- Incentivar a criação de espaço para compostagem do material orgânico;
- Trabalhar de forma didática e contínua com a comunidade sobre a importância da separação adequada dos materiais.



Trabalhos manuais confeccionados pelas crianças durante Oficina Pedagógica com materiais recicláveis

Podemos concluir que os objetivos acima são muito importantes para ampliar a consciência da coletividade e incentivar a prática sustentável nas crianças tornando-os multiplicadores nas questões envolvidas com a preservação ambiental. Com ações direcionadas podemos dizer que iremos transformar e melhorar a qualidade de vida para a nossa população, estabelecendo um equilíbrio saudável do solo, do ar e da água.

EDUCANDO O OLHAR DA CRIANÇA PARA VALORIZAR O LUGAR ONDE VIVE



Visita na Estação de Tratamento de água - SABESP

Para abordar o contato da criança na primeira infância com a natureza, é importante oferecer um panorama sobre questões ambientais do município.

A qualidade da água, é essencial para promover saúde para todos. Essa é uma das principais preocupações que o município teve quando nos idos de 1997/1998 trouxe para o município a

SABESP. Antes, a distribuição das águas e o esgoto na cidade eram precários. Nosso ribeirão, que corta a cidade, era totalmente poluído e com mal cheiro.

Hoje, Serra Negra tem 100% do esgoto, que é coletado, tratado e a água devolvida para a natureza é limpa e cristalina. No entanto, é preciso exercitar desde muito jovem, a preocupação com as nossas águas, de não as sujar ou deixar que alguém ou empresa não cumpra com a sua parte social. É necessário despertar nas crianças esse olhar ou conhecimento, como por exemplo: De onde vem a água que bebemos? Para onde vai a água que vai embora das descargas de nossa casa?

O trabalho realizado em 2023 pelas Secretarias de Educação e do Meio Ambiente com as crianças de 5 anos mostrou como é importante cuidar da água, da importância do tratamento, de como a natureza retribui quando ela é bem cuidada, seja pelos animais, pássaros, seja pelas matas e flores.

Ter um ambiente saudável traz inúmeros e comprovados benefícios do convívio com a natureza durante a primeira infância, como o fomento da criatividade, da iniciativa, da autoconfiança, da capacidade de escolha e de resolução de problemas. O contato com a natureza é considerado um fator de promoção de saúde e de desenvolvimento integral humano, trazendo ainda encantamento, sensibilidade, senso de pertencimento, aprimorando a empatia e a humildade.

É fundamental o investimento em prol da preservação do meio ambiente na cidade e garantir espaços públicos para crianças brincarem e praticarem esportes no seu dia a dia de forma segura. Também é necessário proteger as crianças das redes sociais de maneira precoce, protegendo as crianças de possíveis crimes cibernéticos ou a padrões de consumo e meios de comunicação que possam excluir os mais vulneráveis socialmente.

COMDEMA

O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) de Serra Negra, instituído pela Lei Municipal nº 3.165, de 30 de julho de 2009, alterada pela Lei nº 4.632, de 22 de agosto de 2023, é um órgão colegiado consultivo e de assessoramento ao Poder Executivo no âmbito de sua competência sobre as questões ambientais do município.

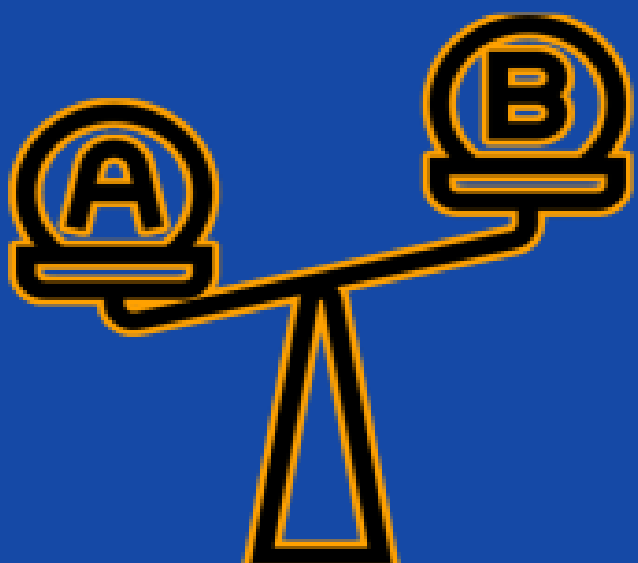
Dentre suas principais atribuições, compete-lhe formular diretrizes para a Política Municipal do Meio Ambiente, em especial aquelas voltadas à proteção e conservação ambiental; propor normas legais, procedimentos e ações, visando à defesa, conservação, recuperação e melhoria da qualidade ambiental do município; exercer a ação fiscalizadora de observância às normas contidas na Lei Orgânica Municipal e na legislação atinente ao

Meio Ambiente e atuar no sentido da conscientização pública, incentivando a educação ambiental formal e informal, com ênfase nos problemas do município.

Composto por 10 membros do Poder Executivo e 10 membros da Sociedade Civil, o Conselho é caracterizado por participação voluntária e mandato com duração de 2 anos.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL – EDUCAÇÃO AMBIENTAL

- Lei Municipal nº 3.130, de 31 de março de 2009 – Institui o Programa de Ensino de Coleta Seletiva de Lixo nas escolas públicas do município
- Lei Municipal nº 3.189, de 7 de outubro de 2009 – Dispõe sobre a Educação Ambiental na Rede Municipal de Ensino



PREFEITURA MUNICIPAL
DA ESTÂNCIA TURÍSTICA HIDROMINERAL DE
SERRA NEGRA

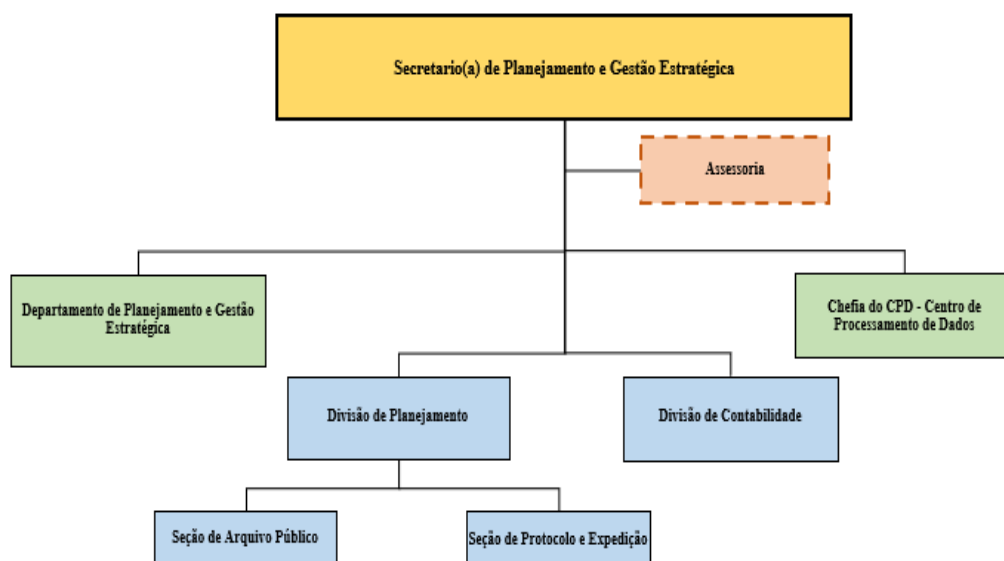
SECRETARIA
DO
PLANEJAMENTO
E
GESTÃO
ESTRATÉGICA

Sabemos que além das políticas públicas, as questões físico-territoriais, econômicas, financeiras, administrativas, sociais, ambientais e de gestão têm constantemente desafiado os municípios, requerendo o planejamento municipal com atividades do governo local que devem ser pensadas para equilibrar essas relevantes temáticas e exigindo a efetiva participação dos munícipes que demandam qualidade de vida mais adequada.

A prática do planejamento em Serra Negra visa corrigir distorções administrativas, facilitar a gestão municipal, alterar condições indesejáveis para a comunidade local, remover empecilhos institucionais e assegurar a viabilização de propostas estratégicas, objetivos a serem atingidos e ações a serem trabalhadas.

Planejar a cidade é essencial, é o ponto de partida para uma gestão municipal efetiva frente à máquina pública, na qual a qualidade do planejamento ditará os rumos para uma boa ou má gestão, com reflexos diretos no bem-estar dos munícipes.

Atualmente, esta é a estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica, de acordo com a Lei Complementar n.º 210 de 14 de dezembro de 2023:



Legenda:

	Estrutura chefiada por mandato eletivo
	Estrutura chefiada por Agente Político
	Estrutura chefiada por cargo comissionado
	Estrutura chefiada por função de confiança
	Cargos comissionados de assessoramento ao Prefeito Municipal

MISSÃO

Nossa missão é planejar, coordenar e executar as políticas orçamentárias e estratégicas do município, garantindo o uso eficiente e transparente dos recursos públicos, conforme a legislação vigente. Buscamos promover o desenvolvimento econômico e social sustentável, através da elaboração e acompanhamento do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, visando atender às necessidades da comunidade e promover o bem-estar dos cidadãos.

VISÃO

Nossa visão é ser reconhecida como referência na gestão estratégica e orçamentária, contribuindo para a construção de um município próspero, justo e equitativo. Almejamos ser uma Secretaria que atua de forma proativa, transparente e eficaz, promovendo a integração entre as diversas áreas da administração municipal e buscando constantemente a excelência na gestão dos recursos públicos.

VALORES

1. **Ética:** Atuamos com integridade, transparência e responsabilidade, pautando nossas ações nos mais elevados padrões éticos.
2. **Compromisso:** Estamos comprometidos com o interesse público e com o cumprimento das obrigações legais, buscando sempre a eficiência e a qualidade na prestação dos serviços.
3. **Colaboração:** Valorizamos o trabalho em equipe e a parceria com outras Secretarias e órgãos públicos, promovendo a integração e a sinergia entre as diferentes áreas da administração municipal.
4. **Inovação:** Buscamos constantemente a melhoria e a inovação nos processos e práticas de gestão, visando alcançar resultados cada vez melhores para a comunidade.
5. **Profissionalismo:** Atuamos com competência, comprometimento e dedicação, buscando sempre o aprimoramento pessoal e profissional para melhor servir à população e ao município.

O PLANEJAMENTO E A CRIANÇA

A criança na visão da Secretaria de Planejamento é ponto central no momento das elaborações orçamentárias e da avaliação dos programas e ações definidos nas peças de planejamento. O Plano Plurianual, oriundo da Lei 4.485 de 15 de dezembro de 2021 projetou diversos programas com metas e ações que, em suas justificativas, descrevem o foco de investimentos na infância e desenvolvimento familiar.

Um dos pontos que podemos destacar é a previsão de manutenção de 15 espaços físicos educacionais durante a elaboração do PPA, que na atualidade já são 18 unidades.



Em relação aos indicadores de gestão, podemos destacar que Serra Negra atingiu a pontuação 75,10 no pilar “Educação” no Índice de Gestão Municipal Águila em 2023, consagrando 2º lugar na Microrregião de Amparo.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Cabe destacar que a estrutura da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica conta com o Conselho Municipal de Orçamento Participativo, considerado um importante instrumento de complementação da democracia representativa, pois permite que o cidadão debata e defina os destinos da cidade.

Além de possibilitar o engajamento da população na definição de prioridades de investimentos em obras e serviços a serem realizados a cada ano, estimula o exercício da cidadania, o compromisso da população com o bem público e a corresponsabilização entre governo e sociedade sobre a gestão da cidade.



PREFEITURA MUNICIPAL
DA ESTADIA TURÍSTICA RESERVADELA DE
SERRA NEGRA

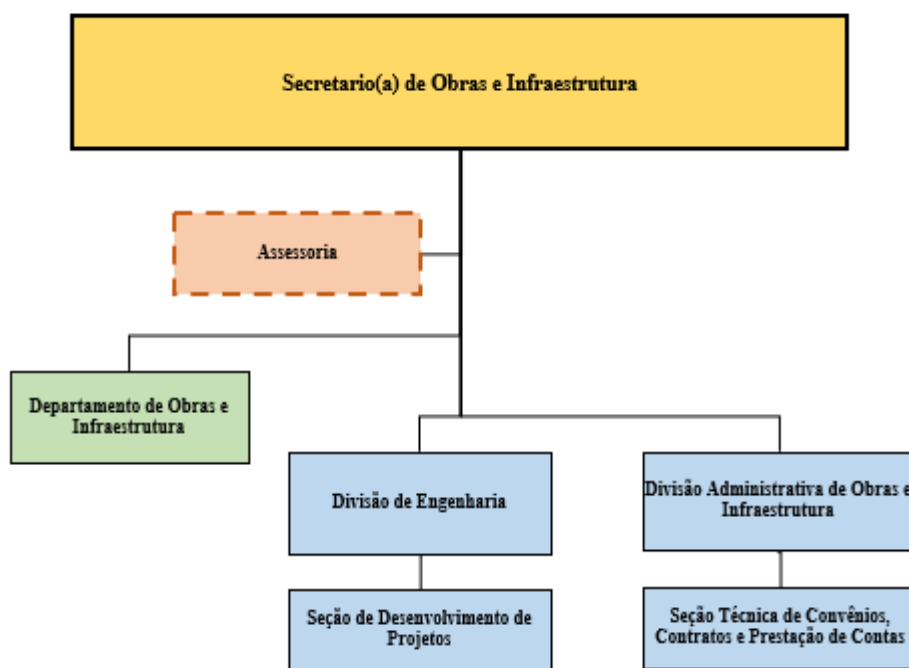
**SECRETARIA
DE
OBRAS
E**

INFRAESTRUTURA

A Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura é o setor responsável pela coordenação do desenvolvimento de projetos e execução de obras públicas, além de executar orçamento referente a planos, programas e projetos de obras de edificação, pavimentação, infraestrutura, moradia e saneamento básico relativo ao sistema de drenagem.

Dentre as demais competências dispostas na Lei Complementar nº 210, de 14 de dezembro de 2023, estão o planejamento, acompanhamento e fiscalização de trabalhos topográficos e geotécnicos das obras municipais, além de projetar e fiscalizar as atividades concernentes à construção, pavimentação, manutenção e conservação das estradas municipais rurais, das vias urbanas, construção de galerias de águas pluviais e canalização de córregos.

A estrutura organizativa, de acordo com a legislação vigente, é a seguinte:



Legenda:

	Estrutura chefiada por mandato eletivo
	Estrutura chefiada por Agente Político
	Estrutura chefiada por cargo comissionado
	Estrutura chefiada por função de confiança
	Cargos comissionados de assessoramento ao Prefeito Municipal

O trabalho realizado pela pasta está assentado e é guiado pela missão, visão e valores, conforme apresentado a seguir:

MISSÃO

Promover o desenvolvimento urbano sustentável do município, por meio da execução de obras públicas de qualidade, da gestão eficiente dos recursos públicos e da participação da comunidade.

VISÃO

Ser referência em gestão pública de obras, reconhecida pela qualidade dos serviços prestados, pela transparência e pela responsabilidade social, econômica e ambiental.

VALORES

Eficiência:

- Buscar a otimização dos recursos públicos e a entrega de resultados de qualidade à população.

Transparência:

- Atuar com clareza e abertura em todas as ações da secretaria.

Responsabilidade social:

- Considerar o impacto social e ambiental das obras públicas e promover a inclusão social.

Participação da comunidade:

- Incentivar a participação da comunidade na definição das políticas públicas e na fiscalização das obras.

Ética:

- Atuar com ética e profissionalismo em todas as relações.

Comprometimento:

- Ser comprometida com o desenvolvimento do município e com a qualidade de vida da população.

Inovação:

- Buscar soluções inovadoras para os desafios da gestão pública de obras.

Sustentabilidade:

- Considerar os princípios da sustentabilidade ambiental, social e econômica em todas as ações da secretaria.

Trabalho em equipe:

- Valorizar o trabalho em equipe e a colaboração entre os servidores da secretaria.

Excelência:

- Buscar a excelência em tudo que faz.



Foto 01 – Acompanhamento da construção da creche-escola “EMEB Prof. Doraci R. Silingardi”)

Fonte: <https://www.serranegra.sp.gov.br/noticias/fde-vistoria-obras-da-creche-escola-das-tres-barras>



Foto 02 – Inauguração da creche-escola “EMEB Prof. Doraci R. Silingardi” junto com os alunos).

Fonte: <https://www.serranegra.sp.gov.br/noticias/prefeitura-entregou-creche-escola-do-bairro-das-tres-barras>



Foto 03 – Construção da Fontana di Trevi.

Fonte: Arquivo da Secretaria de Obras e Infraestrutura



Foto 04 – Crianças de EMEBs conhecem a Fontana di Trevi dentro do Projeto Despertar da Cidadania.

Fonte: <https://www.serranegra.sp.gov.br/noticias/criancas-de-emebs-conhecem-a-fontana-di-trevi-dentro-do-projeto-despertar-da-cidadania>



Foto 05 – Construção de caixa de areia - EMEB e Especial Profª Olga de Souza Vichi).

Fonte: <https://www.serranegra.sp.gov.br/noticias/prefeitura-esta-construindo-quadra-esportiva-no-cir-prof-olga-de-souza-vichi>



Foto 06 – Construção de caixa de areia - EMEB e Especial Profª Olga de Souza Vichi).

Fonte: <https://www.serranegra.sp.gov.br/noticias/quadra-de-areia-do-cir-olga-vichi-esta-concluida>



Foto 07 – Reforma de escola - EMEB Professora Maria Therezinha Pinheiro Avancini).

Fonte: <https://www.serranegra.sp.gov.br/noticias/reforma-na-emb-do-salto-passa-por-ultimos-detalhes>



Foto 08– Construção de Ciles – EMEB “Maria de Lourdes P. Taborda”.

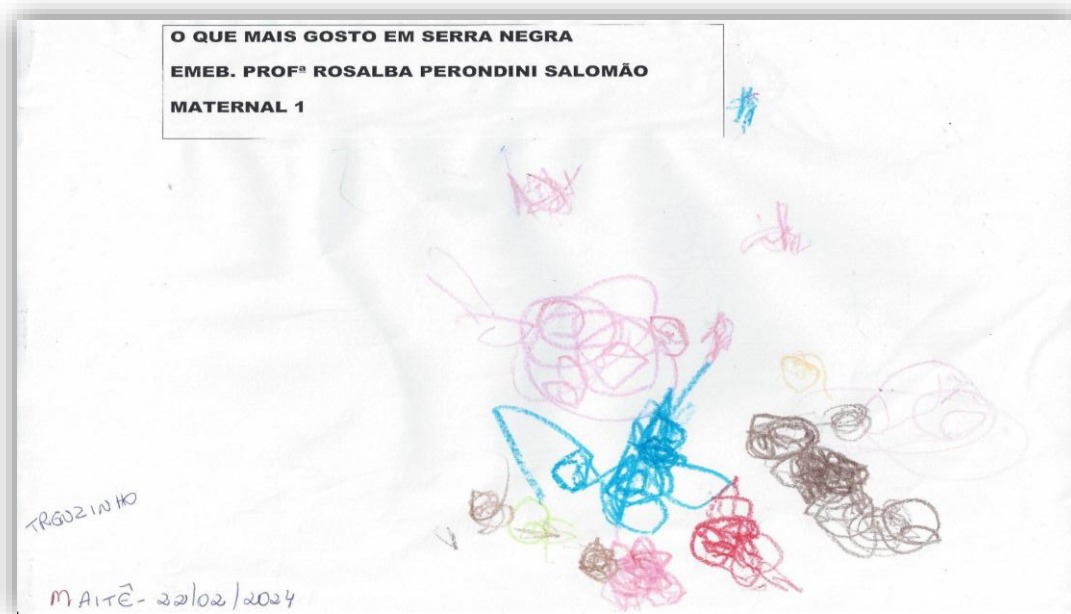
Fonte: <https://www.serranegra.sp.gov.br/noticias/prefeitura-entregou-aproximadamente-r1-milhao-em-investimentos-no-residencial-das-posses-1>



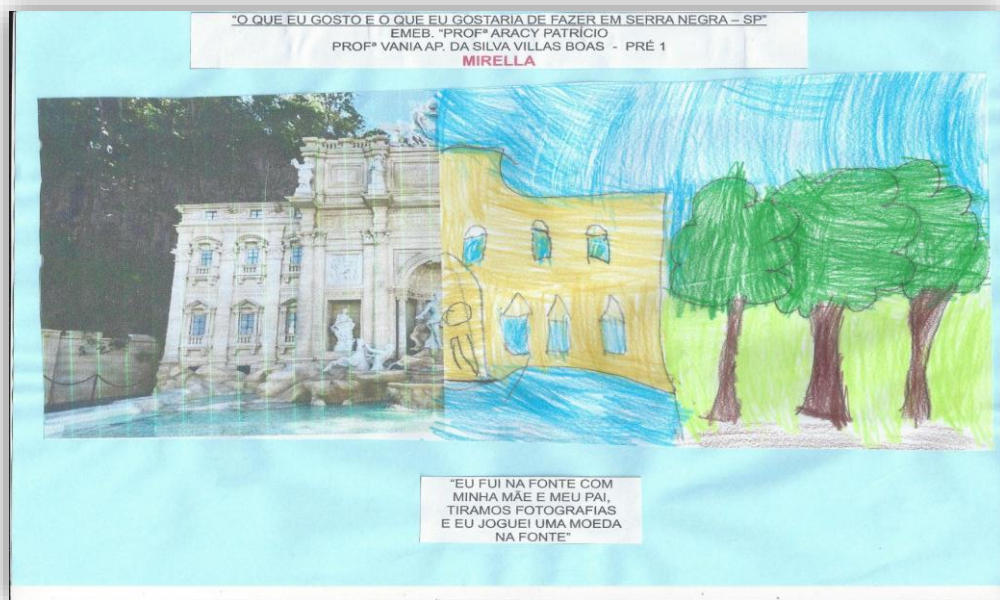
**PROCESSO DE
ESCUTA DAS CRIANÇAS**

A participação ativa das crianças no processo de construção de políticas públicas e até mesmo nas atividades cotidianas familiares e escolares colide com as ideias superadas de que só o adulto tem direito à palavra e que só ele decide. Quando a criança assume um lugar na fala e sua voz é validada, ela deixa de ser considerada submissa, incapaz e totalmente dependente.

A orientação legal da participação da criança nas questões que afetam a sua vida está baseada na mudança de concepção sobre a infância – de ‘tempo de espera’ para ‘ciclo de vida’ com valor em si mesmo; de ‘período preparatório’ para ‘vivência da infância’ com plenitude; de ‘conjunto de não’s’ (in-fante, in-capaz, in-experiente, ...) para ‘criança ativa’, capaz, construtora do seu conhecimento, criadora de linguagens para expressar-se, com habilidades para contar a respeito dos problemas que a afetam.



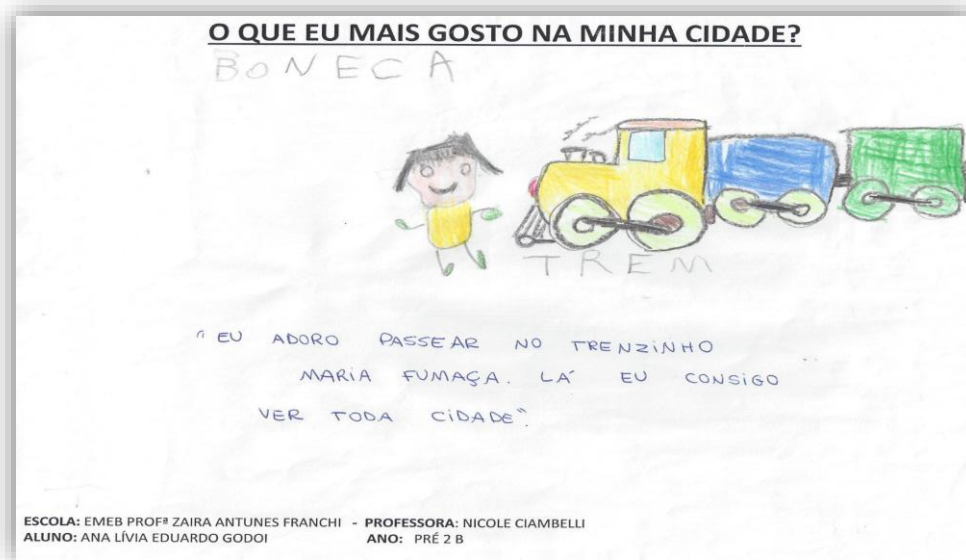
O direito à participação aqui postulada fundamenta-se na concepção de que a criança é sujeito ativo, histórico e de direitos. Ela deixa de ser um corpo e uma mente vazios esperando para receber e se moldar a tudo o que lhe chega de fora. Sabe-se, agora, que a criança não é passiva, mas participa de diferentes formas do que se passa ao seu redor e do que acontece com ela, pois tem percepções, sentimentos, ideias sobre o que a cerca. Ela vê, ouve, sente, toca, e seu olhar, diferente do adulto, vê as coisas de um jeito próprio e original, que revela aspectos não percebidos pelos “grandes”.



O escritor italiano Francesco Tonucci inspirou inúmeras iniciativas ao incluir as crianças no planejamento e nas decisões sobre o espaço e o ambiente urbano em sua iniciativa: "A Cidade das Crianças", um projeto que consiste em fazer uma cidade segundo as ideias das crianças. Sua proposta foi tão brilhante e exitosa que se espalhou por diversos países.

São diversas as metodologias de participação infantil, mas todas envolvem alguns cuidados básicos, como: planejamento, olhar e escuta atentos, mediação, negociação e implementação. Os adultos responsáveis por essa ação precisam estar sensíveis às suas diversas formas de expressão. A relação de diálogo é muito diferente daquela que busca extrair informações das crianças para compartilhá-las em seu nome.

Consulta prévia e consentimento são princípios éticos fundamentais e preliminares de qualquer metodologia, assim como as etapas de devolução e negociação a respeito das sugestões mais difíceis de serem acatadas.



Durante a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), foram empregadas várias técnicas pelos educadores da Rede Municipal de Ensino – Etapa da educação Infantil - que permitiram às crianças expressar o que sentiam, pensavam, viviam e desejavam para si, para suas famílias, seus ambientes mais próximos, seus bairros, suas cidades ou o campo. As perguntas que guiaram o planejamento das escolas foram: “O que você mais gosta em nossa cidade?”, “O que você não gosta na nossa cidade?” e “Qual o seu sonho para nossa cidade?”. A partir dessas indagações, os profissionais elaboraram propostas pedagógicas envolventes e significativas para e com as crianças, de forma que puderam externar suas percepções, pontos de vista e sugerir sonhos para Serra Negra.

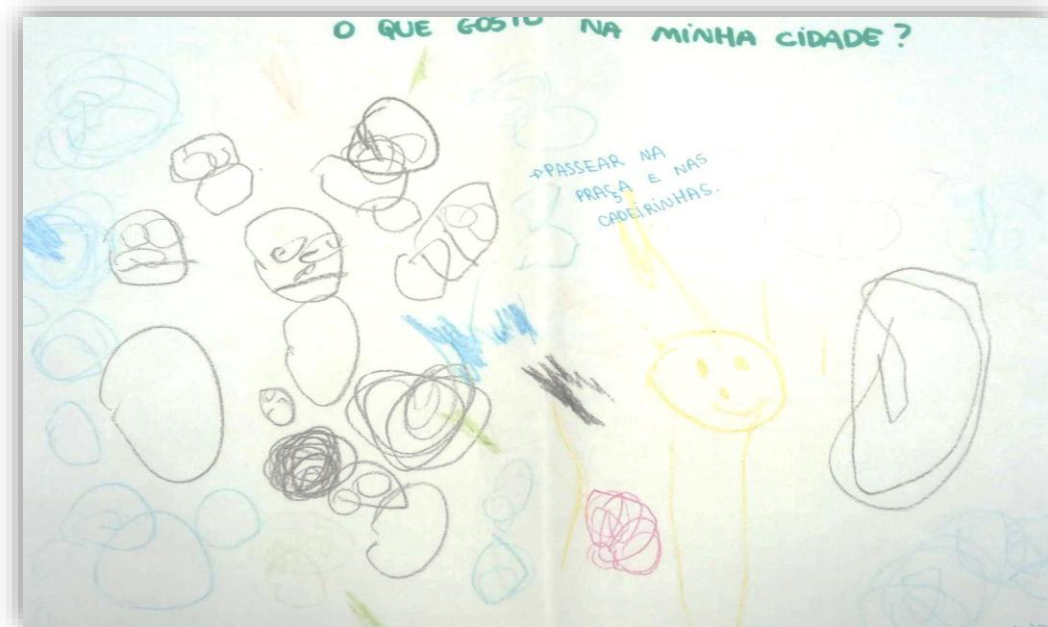
As propostas variaram em função da faixa etária, do tempo disponível, do contexto, do gênero, da cultura do grupo e do vínculo existente ou estabelecido entre si e com os adultos envolvidos. No entanto, todas as formas de expressão usadas tiveram a ludicidade como fio condutor, seja por meio de brincadeiras, desenhos, rodas de conversa, gestos, colagens ou dramatizações. A documentação envolveu registro escrito pelo adulto, produções das crianças e fotografias.

Reconhecer as crianças enquanto atores sociais que produzem sentidos e significados às suas relações e ao mundo que as rodeia, reconhecendo suas autorias, suas diversas linguagens e culturas são desafios centrais para nós adultos.



As crianças do Pré-I realizaram aulas-passeios pelos pontos turísticos do município: fontes, praças, tratamento de água e esgoto, centro comercial. Também foram organizadas rodas de conversa para as crianças apreciarem imagens de diferentes locais e cenários da cidade, com o objetivo de desenvolver o sentimento de pertencimento e valorização do lugar onde vivem.

Dos momentos de interação e diálogo, passeios e apreciação de imagens foram produzidos desenhos pelas crianças para compor as páginas deste documento.



RELATO DE EXPERIÊNCIA

EMEB Maria Stenghel Salomão de Azevedo

MEU MUNICÍPIO – SERRA NEGRA

Turma: Maternal II



As crianças em conversa informal durante a aula e em momento específico da roda de conversa, expressaram-se livremente a respeito do município onde vivem.

Relataram que gostam de ir ao parquinho, comprar brinquedos em loja, tomar sorvete, andar de bicicleta pelas ruas (“Eu desço pelas barrocas de bicicleta”), ir à piscina, passear na rua com o vovô, brincar de pula-pula na praça, passear no mercado (“Mãe compra suquinho”) e passear com o papai.

Comentaram também que gostam dos passarinhos, dos carros e brinquedos da escola.

Ao indagar sobre o que gostariam que tivesse na cidade, as respostas foram: carrinho bate-bate, shopping e campo de futebol.



RELATO DE EXPERIÊNCIA

*Texto criado a partir de conversa sobre os pontos turísticos de Serra Negra
Escola: EMEB Professora Zaira Antunes Franchi*

Escreva: Professor Samuel de Paula.

Turma: Pré-I

Em conversa em roda com os alunos e a partir da apresentação dos pontos turísticos de Serra Negra, por meio de vídeos, foi colocado às crianças a proposta de pensarmos no que gostariam que existisse na nossa cidade para um maior aproveitamento dos lugares abordados.

Os lugares apresentados foram: Fonte Santo Agostinho, Praça Sesquicentenário, Rodoviária, Cristo Redentor e o Pico da Fonseca (Alto da Serra). E nós, crianças do Pré 1, pensamos em algumas ideias para deixar os pontos turísticos de Serra Negra ainda mais legais, como, por exemplo, colocar mais cores e desenhos nos lugares de nossa cidade.

Poderíamos pintar o teleférico com cores vibrantes, desenhar lindas imagens grandes e alegres que deixam tudo mais bonito e divertido. Disponibilizar mais brinquedos pelos pontos turísticos, como, por exemplo, balanços e escorregadores no Cristo Redentor e no Pico da Fonseca, para assim termos atrações para nós crianças.

Seria muito legal se existissem lugares para piquenique nas áreas centrais de nossa cidade: mesas e bancos para, junto de nossas famílias, na hora do lanche, poder apreciar nossa linda cidade.

Achamos também que se na Praça Sesquicentenário houvesse uma pista de corrida e uma ciclovia seria muito mais atrativo e facilitaria quando estivéssemos andando pela praça, fato que não faria os adultos preocuparem-se em bater em alguém e claro poderíamos andar tranquilamente com nossas bicicletas.

Algo muito formidável em ter em nossa linda Serra Negra é uma luneta nos pontos altos dos pontos turísticos para contemplar o luar e as estrelas que temos, algo que seria muito divertido para irmos passear à noite.

Pensamos também que ficaríamos muito felizes se em nosso bairro da Serra tivessem mais atrações para as crianças, como por exemplo a terra da magia, uma piscina pública e a fonte interativa para brincarmos nos dias de calor.

Nossa cidade é um encanto, com muitos lugares divertidos e com melhorias ficaria tudo mais alegre e aproveitado por nós crianças.

DISNEYLÂNDIA DOS ROBÔS



SERRA
NEGRA





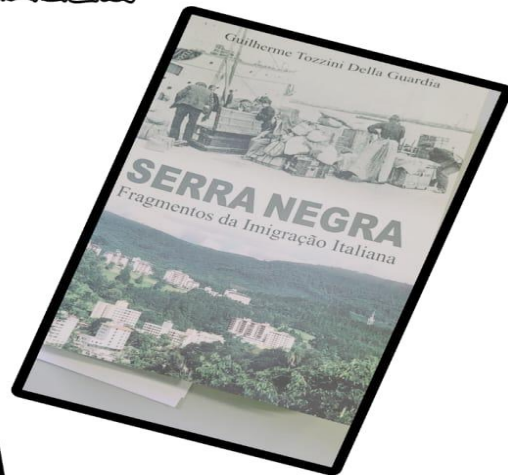
PONTOS TURÍSTICOS DE SERRA NEGRA





SÍMBOLOS DE SERRA NEGRA

HISTÓRIA DE SERRA NEGRA





EIXOS, METAS E ESTRATÉGIAS



A CRIANÇA E A SAÚDE

O princípio que norteia o trabalho na área da Saúde de Serra Negra é a garantia ao acesso de serviços de qualidade enquanto direito de todos e uma obrigação do Estado, conforme determina a Constituição Federal em seu Artigo 196:

“Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado; garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à prevenção, redução e eliminação de doenças e outros agravos, e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para sua promoção, recuperação e proteção.”

É fundamental que a SME considere, ao longo dos próximos 10 anos, a legislação que criou o Sistema Único de Saúde - “Lei do SUS” (Lei 8.080 de 19/09/1990) e, no que diz respeito a crianças e adolescentes, também o Estatuto da Criança e do Adolescente. Da mesma forma, faz-se necessário que o município não perca de vista o Marco Legal da Primeira Infância, o qual determina que a saúde é a primeira das áreas prioritárias para as políticas públicas direcionadas à Primeira Infância, conforme reza o artigo 5º:

“Art. 5º Constituem áreas prioritárias para as políticas públicas para a Primeira Infância: a saúde, a alimentação e a nutrição, a educação infantil, a convivência familiar e comunitária, a assistência social à família da criança, a cultura, o brincar e o lazer, o espaço e o meio ambiente, bem como a proteção contra toda forma de violência e de pressão consumista, a prevenção de acidentes e a adoção de medidas que evitem a exposição precoce à comunicação mercadológica.”

Sendo assim a Atenção Primária à Saúde deve assegurar a implementação de políticas específicas de atenção integral à saúde do recém-nascido, da criança e do adolescente, que priorizem ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação, articuladas intersetorialmente, com equipe multiprofissional, inter e transdisciplinar, garantindo a inclusão efetiva dessas equipes nos diferentes serviços, em todos os níveis de atenção à saúde.

Para que as ações direcionadas com prioridade ao compromisso com a Saúde Integral da Criança na Primeira Infância sejam efetivadas é fundamental que sejam observadas em cada planejamento as seguintes competências que regem o trabalho da equipe de Serra Negra.

METAS E ESTRATÉGIAS

META 1

Garantir o Grau de adequação de, no mínimo, 90% em todas as unidades de saúde, de acordo com os padrões preconizados em Fiscalizações Ordenadas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

ESTRATÉGIAS

- 2.1 Acompanhar as Fiscalizações Ordenadas referentes ao tema “Unidades de Saúde”, coletando seu questionário principal;
- 2.2 Aplicar o questionário na Rede Municipal de Saúde, juntamente com verificação de segurança estrutural da Defesa Civil;
- 2.3 Compilar resultados, a fim de verificar a adequação de, no mínimo 90% em todas as Unidades de Saúde Municipais;
- 2.4 Publicar os resultados obtidos, bem como recomendações para atendimento.

PREVISÃO

Em até 5 anos após o início da vigência deste Plano.

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Saúde
Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica
Secretaria de Obras e Infraestrutura
Defesa Civil Municipal

META 2

Erradicar a desnutrição e as anemias carenciais

ESTRATÉGIAS

- 2.1. Realização de campanhas de informação, educação e comunicação para uma alimentação adequada em quantidade;
- 2.2. Promoção de práticas alimentares e estilos de vida saudáveis na escola.

PREVISÃO

Contínuo - 2024-2034

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Saúde

META 3

Promover a Saúde Mental das Crianças

ESTRATÉGIAS

- 3.1. Implementação e fortalecimento de programas dirigidos às crianças com deficiência ou com transtornos globais do desenvolvimento.

PREVISÃO

Contínuo - 2024-2034

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Saúde
Equipe multidisciplinar do município

META 4

Prevenir o sobrepeso e doenças na Primeira Infância

ESTRATÉGIAS

- 4.1. Definição do cardápio saudável para as unidades escolares;
- 4.2. Fomentar o trabalho de puericultura pela equipe de saúde;
- 4.3. Orientar as mães em período gestacional, durante as consultas de pré-natal, sobre os cuidados alimentares nos primeiros meses de vida das crianças;

PREVISÃO

Contínuo - 2024-2034

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Saúde
Equipe de comunicação

META 5

Garantir 100% de cobertura vacinal de crianças durante o primeiro ano de vida

ESTRATÉGIAS

- 5.1. Realizar mobilização e conscientização da comunidade sobre a importância da vacinação de crianças;
- 5.2. Manter fluxo de distribuição organizado a fim de prevenir faltas de vacinas;
- 5.3. Capacitação da equipe;
- 5.4. Garantir a sala de vacina aberta durante todo expediente;
- 5.5. Realizar busca ativa de faltosos;
- 5.6. Efetuar monitoramento constante da cobertura vacinal.

PREVISÃO

12 meses

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Saúde
Unidades de Saúde
Escolas municipais
Setor de comunicação da prefeitura
Governo Municipal

META 6

Garantir 100% de acesso à consulta da criança com um serviço de qualidade e humanizado.

ESTRATÉGIAS

- 6.1. Implantar de forma gradativa o serviço de médico-pediatra em todas as unidades de saúde;
- 6.2. Realizar busca ativa das crianças que não estão sendo acompanhadas;
- 6.3. Monitorar mensalmente todas as gestantes;
- 6.4. Trabalhar de forma integrada junto à maternidade;
- 6.5. Promover palestras ou vídeos educativos na sala de espera.

PREVISÃO

Durante a vigência do Plano

RESPONSÁVEIS

Secretaria de Saúde e Unidades de Saúde
Secretaria Municipal de Educação e escolas da Rede
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

META 7

Garantir 100% de Atenção Humanizada e Qualificada à Gestação, ao Parto, ao Nascimento e ao Recém- Nascido

ESTRATÉGIAS

- 7.1. Implantar de forma gradativa o serviço de médico ginecologista e pediatra em todas as unidades de saúde;
- 7.2. Realizar busca ativa das gestantes e RN's faltosos;
- 7.3. Oferecer exames laboratoriais e exames de imagem no mínimo no primeiro e terceiro trimestres;
- 7.4. Realizar encaminhamento da gestante de alto risco à serviços de referência;
- 7.5. Assegurar à mulher o direito ao acesso de realizar o planejamento familiar;
- 7.6. Assegurar a primeira consulta do RN com pediatra;
- 7.7. Garantir à gestante e ao RN vacinação em tempo oportuno.

PREVISÃO

Durante a vigência do Plano

RESPONSÁVEIS

Secretaria de Saúde e Unidades de Saúde
Setor de Comunicação da prefeitura
Secretaria Municipal de Educação e escola da Rede
Governo Municipal

META 8

Garantir 100% de orientação quanto a importância do Aleitamento Materno Exclusivo e Alimentação Complementar Saudável

ESTRATÉGIAS

- 8.1. Realizar palestras a respeito da importância da amamentação nas primeiras horas de vida;
- 8.2. Orientar quanto a importância da licença maternidade a fim de realizar cuidados específicos ao RN;
- 8.3. Demonstrar através de capacitação o quanto a amamentação é importante para o desenvolvimento da cavidade bucal do bebê;
- 8.4. Frisar sempre que o aleitamento materno ajuda para um melhor desenvolvimento cognitivo;
- 8.5. Orientar a gestante que a amamentação é responsável por criar um laço maior entre mãe e filho;
- 8.6. Enfatizar sempre que a amamentação nas primeiras horas de vida reduz a mortalidade neonatal.

PREVISÃO

Durante a vigência do Plano

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Saúde e Unidades de Saúde

META 9

Garantir o acompanhamento Integral da criança em relação ao Crescimento e do Desenvolvimento infantil

ESTRATÉGIAS

- 9.1. Realizar o acompanhamento sistêmico do crescimento da criança;
- 9.2. Realizar avaliação periódica do ganho de peso da criança;
- 9.3. Monitorar com cautela todos aqueles que apresentaram fatores de risco ao nascer;
- 9.4. Ofertar ações preventivas adequada à idade, a respeito de alimentação saudável e vacinação;
- 9.5. Ofertar consultas com profissional especializado em tempo oportuno;
- 9.6. Realizar o registro periódico do peso da criança no gráfico de peso/idade na Caderneta da Criança.

PREVISÃO

Durante a vigência do plano

RESPONSÁVEIS

Secretaria de Saúde e Unidades de Saúde

META 10

Aumentar para 90% a Atenção Integral a Crianças com Agravos Prevalentes na Infância e com Doenças Crônicas.

ESTRATÉGIAS

- 10.1. Realizar diagnóstico precoce de doenças prevalentes na infância;
- 10.2. Realizar ações de prevenção de doenças crônicas;

- 10.3. Qualificar a equipe para o manejo de doenças prevalentes na infância;
- 10.4. Fornecer cuidado especializado aos casos diagnosticados;
- 10.5. Orientar a família quanto aos cuidados essenciais;
- 10.6. Ofertar reabilitação no domicílio quando possível.

PREVISÃO

24 meses

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Saúde e Unidades de Saúde
Governo Municipal

META 11

Garantir 100% de Atenção Integral à Criança em Situação de Violência, Prevenção de Acidentes e Promoção da Cultura de Paz.

ESTRATÉGIAS

- 11.1. Realizar palestras de orientações aos familiares;
- 11.2. Comentar a importância da denúncia;
- 11.3. Oferecer apoio à criança em situação de medo;
- 11.4. Transmitir confiança e criar vínculo;
- 11.5. Ofertar consulta com psicólogo em tempo oportuno;
- 11.6. Contactar o Conselho Tutelar.

PREVISÃO

24 meses

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Saúde e Unidades de Saúde
Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)
Conselho Tutelar

META 12

Garantir o acesso Atenção à Saúde de Crianças com Deficiência ou em Situações Específicas e de Vulnerabilidade

ESTRATÉGIAS

- 12.1. Intensificar as ações para a inclusão das crianças em serviços especializados;
- 12.2. Implantar protocolo de proteção à saúde da criança em situação de risco;
- 12.3. Intensificar as visitas em áreas de risco;
- 12.4. Buscar apoio junto ao Estado na implementação das ações.

PREVISÃO

36 meses

RESPONSÁVEIS

Secretaria de Saúde Municipal
Governos Municipal e Estadual
Unidades de saúde

META 13

Garantir 100% Vigilância e Prevenção do Óbito Infantil, Fetal e Materno

ESTRATÉGIAS

- 13.1. Oferecer o acesso ao planejamento familiar;
- 13.2. Oferecer serviços de saúde de qualidade;
- 13.3. Aumentar as campanhas de conscientização sobre a importância da vacinação;
- 13.4. Incentivar o aleitamento materno;
- 13.5. Melhorar a assistência durante o pré-natal;
- 13.6. Diminuir a vulnerabilidade e os riscos à saúde como: modo de vida, lazer, cultura, condições de trabalho, entre outros;
- 13.7. Vigilância dos óbitos em tempo oportuno.

PREVISÃO

Durante a vigência do Plano

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Saúde e Unidades de Saúde
Setor de Comunicação da prefeitura
Governo Municipal

META 14

Garantir 100% da qualificação de profissionais para urgências e emergências obstétricas

ESTRATÉGIAS

- 14.1. Incentivar a realização de cursos complementares;
- 14.2. Proporcionar atualização dos profissionais em massa;
- 14.3. Implantar Educação Permanente;
- 14. 4. Reorganizar os processos de trabalho de forma mais qualificada;
- 14.5. Implantar o Centro Especializado na Saúde da Mulher;
- 14.6. Implantar o uso da tele consultoria.

PREVISÃO

24 meses

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Saúde e Unidades de Saúde

META 15

Realizar monitoramento contínuo da Política de Atenção Integral à Saúde da Criança, com ampla distribuição da Caderneta da Criança e conseqüente acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil.

ESTRATÉGIAS

- 15.1. Capacitação periódica da equipe;
- 15.2. Realizar a notação do percentil na Caderneta da Criança;
- 15.3. Realizar busca ativa das crianças faltosas;
- 15.4. Praticar uma atenção à saúde da criança interligada às enfermidades prevalentes na infância;
- 15.5. Implantar planos singulares de cuidado.

PREVISÃO

Durante a vigência do Plano

RESPONSÁVEIS

Secretaria de Saúde e Unidades de Saúde
Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

META 16

Garantir 100% de Investigação do óbito infantil para o enfrentamento racional de seus determinantes e condicionantes.

ESTRATÉGIAS

- 16.1. Incentivar a prática de um registro de óbito bem redigido.

PREVISÃO

12 meses

RESPONSÁVEIS

Secretaria de Saúde e Unidades de Saúde

META 17

Garantir 100% do Monitoramento das ações do Programa de Imunização.

ESTRATÉGIAS

- 17.1. Capacitar a equipe envolvida;
- 17.2. Realizar busca ativa daqueles com atraso vacinal;
- 17.3. Implementar ações de incentivo a imunoprevenção;
- 17.4. Realizar visita domiciliar;
- 17.5. Desenvolver estratégias de comunicação a fim da conscientização social e confiança nas vacinas;
- 17.6. Aumentar o número de profissionais envolvidos.

PREVISÃO

06 meses

RESPONSÁVEIS

Secretaria de Saúde e Unidades de Saúde
Setor de Comunicação da prefeitura

META 18

Implantar orientações aos pais de promoção da alimentação saudável na infância nas unidades de saúde

ESTRATÉGIAS

- 18.1. Realizar orientações quanto a importância de uma alimentação rica em nutrientes;
- 18.2. Demonstrar a importância de uma alimentação equilibrada para evitar a desnutrição ou sobrepeso;
- 18.3. Incentivar a prática de atividades físicas;
- 18.4. Reforçar a importância da ingestão de água no decorrer do dia;
- 18.5. Orientar quanto a importância da higiene no preparo e ingestão de alimentos;
- 18.6. Demonstrar que hábitos alimentares saudáveis evitam o desenvolvimento de doenças.

PREVISÃO

12 meses

RESPONSÁVEIS

Secretaria de Saúde e Unidades de Saúde
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
Equipe nutricional do município
Secretaria Municipal de Educação
Governo Municipal

EDUCAÇÃO INFANTIL

Os bebês e as crianças são reconhecidos como sujeitos históricos e de direitos. A Lei nº 13.257/2016, conhecida como Marco Legal para a Primeira Infância, estabelece a formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a proteção integral, promoção e participação das crianças que estão na “primeira infância”.

A primeira infância inclui toda a população de 0 a 6 anos de idade e a Constituição Federal, desde 1988, prevê que as crianças sejam tratadas como prioridade absoluta. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), desde 1990, ressalta que as crianças e adolescentes são sujeitos com uma condição própria de desenvolvimento e destaca que políticas públicas e de defesa de direitos são essenciais na promoção do desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social desses sujeitos.

Além do aspecto legal há que se considerar ainda a relevância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento humano, o que é consenso na ciência, com inúmeros estudos de diversas áreas sobre o impacto da primeira infância na constituição dos sujeitos. Com isso, revela-se ainda o aspecto econômico, no qual os investimentos financeiros na primeira infância são revertidos na prevenção e ainda na formação integral de sujeitos, no combate à desigualdade social, no favorecimento do crescimento econômico e na promoção de uma sociedade mais pacífica e sustentável.

A Educação Infantil, enquanto primeira etapa da Educação Básica, é reconhecida por sua importância na formação humana, no desenvolvimento social e econômico.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n.º 9394 de 1996, dispõe que a Educação Infantil configura a primeira etapa da educação básica e, de acordo com a referida lei, deve ser ofertada em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços não domésticos que constituem instituições educacionais públicas ou privadas que a partir das orientações curriculares educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em tempo integral ou parcial, orientados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino. Serra Negra, atendendo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 2010 (DCNEI) e a Base Nacional Comum Curricular de 2017 (BNCC), possui proposta curricular denominada de Currículo da Educação Infantil: diálogos com a BNCC.

Tal proposta curricular aponta para uma diversidade de prioridades para o trabalho com as crianças e se fundamenta na indissociabilidade de três funções desta etapa educativa: a social, a política e a pedagógica (BRASIL, 2009), bem como compreende que

as propostas pedagógicas devem respeitar os princípios éticos, políticos e estéticos, expressos pelas DCNEI.

As funções sociais, políticas e pedagógicas são indissociáveis nas creches e pré-escolas e são compreendidas como: a função social que tem o objetivo de acolher, educar e cuidar das crianças em complementaridade com as famílias em todos os processos de seu desenvolvimento e sua aprendizagem, tendo em vista sua integralidade. A função política objetiva contribuir para que as crianças usufruam de seus direitos sociais e políticos e exerçam seus direitos de participação e cidadania. E a função pedagógica da instituição como espaço privilegiado de convivência, participação e ampliação de conhecimentos entre crianças e adultos (BRASIL, 2009)

As propostas pedagógicas em creches e pré-escolas da Rede Municipal de Ensino de Serra Negra são orientadas pela ética do respeito à criança e ao contexto em que ela está inserida, acolhendo suas relações sociais e culturais que estabelecem com e no mundo, ao princípio estético do mundo simbólico da infância que oportuniza a sensibilidade e a multiplicidade de formas de representação e os princípios políticos de participação, exercício de cidadania e liberdade de expressão.

METAS E ESTRATÉGIAS

META 1

Ampliar a matrícula na Educação Infantil

ESTRATÉGIAS

- 1.1 Definir e implementar protocolos de busca ativa para a identificação das crianças fora da escola;
- 1.2. Conhecer a real demanda por creche no município, através de busca ativa das crianças nessa faixa etária;
- 1.3. Estabelecer como prioridade as famílias mais vulneráveis, para oferecer estímulos adequados às crianças
- 1.4. Garantir não apenas a quantidade, mas a qualidade do serviço, com profissionais qualificados, práticas pedagógicas enriquecidas, espaço físico e materiais apropriados;
- 1.5 Promover a formação inicial e continuada dos profissionais da educação infantil;
- 1.6 Priorizar o acesso à educação infantil de crianças com necessidades especiais, oferecendo atendimento educacional especializado complementar e suplementar;
- 1.7 Preservar as especificidades da educação infantil na organização da rede escolar, garantindo escolas com infraestrutura adequadas para o atendimento dessa faixa etária;
- 1.8. Conscientizar as famílias da necessidade de as crianças nessa faixa etária permanecerem na creche para aprendizagem, socialização e desenvolvimento;
- 1.9. Atender a demanda de educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação garantindo a oferta de professores do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares.

PREVISÃO

Durante a vigência do Plano

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Educação
Escolas da Rede Municipal de Ensino
Secretaria Municipal de Saúde
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
Setor de Comunicação da prefeitura

META 2

Promover a ampliação de vagas para crianças de 0 a 3 anos de idade

ESTRATÉGIAS

- 2.1. Construir escola central para ampliação de vagas;
- 2.2. Mobilizar e sensibilizar as famílias em relação à importância do ingresso da criança no ambiente coletivo para escola para o seu desenvolvimento humano;
- 2.3. Realizar, anualmente, levantamento da população de 0 a 3 anos para garantir planejamento assertivo;
- 2.4. Firmar parceria com os governos de Estado e da União para apoio financeiro.

PREVISÃO

2025

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico
Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura
Governo Municipal
Governo Estadual

META 3

Garantir o grau de adequação de, no mínimo, 90% em todas as unidades de educação, de acordo com os padrões preconizados em Fiscalizações Ordenadas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

ESTRATÉGIAS

- 3.1 Acompanhar as Fiscalizações Ordenadas referentes ao tema “Unidades Escolares”, coletando seu questionário principal;
- 3.2 Aplicar o questionário na Rede Municipal de Educação, juntamente com verificação de segurança estrutural da Defesa Civil;
- 3.3 Compilar resultados, a fim de verificar a adequação de, no mínimo 90% em todas as Unidades de Educação Municipais;
- 3.4 Publicar os resultados obtidos, bem como recomendações para atendimento.

PREVISÃO

Em até 5 anos após o início da vigência deste Plano.

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Educação
Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica
Defesa Civil Municipal

META 4

Capacitar continuamente os profissionais da Secretaria de Educação

ESTRATÉGIAS

- 4.1 Garantir a formação continuada de todos os profissionais das Educação Infantil, docentes e não docentes com foco no desenvolvimento integral da criança;
- 4.2. Promover a formação de profissionais da educação para trabalhar com todas as formas de deficiência, proporcionando a inclusão e atendimento com a máxima qualidade a todos os estudantes;
- 4.3. Ofertar formação de profissionais da educação em primeiros socorros focando a lei Lucas nº 13.722/2018;
- 4.4. Promover formações sobre a importância do brincar na educação Infantil.

PREVISÃO

Contínuo 2024-2034

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Educação
Governo Municipal
Governo Estadual – parceria com a Secretaria de Estado da Educação
Governo Federal – parceria com o Ministério da Educação

META 5

Promover a melhoria permanente da qualidade da oferta, com implementação de uma proposta pedagógica intencionalmente planejada e periodicamente avaliada.

ESTRATÉGIAS

- 5.1. Fazer melhor uso possível dos espaços internos e externos para favorecer o desenvolvimento pleno das crianças;
- 5.2. Garantir profissionais bem preparados para melhor atendimento das crianças;
- 5.3. Acolher de maneira adequada, através da comunicação e orientação às famílias, a fim de garantir apoio necessário para o pleno desenvolvimento das crianças;
- 5.4 Criar projetos de combate à discriminação e preconceito em razão de gênero, etnia e deficiências.

PREVISÃO

Durante a vigência do Plano

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Educação
Gestores da Escolas da Rede Municipal de Ensino

META 6

Ampliar o acervo de livros infantis, brinquedos e outros materiais de apoio às práticas pedagógicas nas escolas e creches municipais

ESTRATÉGIAS

- 6.1. Constar a aquisição de livros, brinquedos e outros materiais pedagógicos para as escolas e creches municipais anualmente no orçamento da educação.

PREVISÃO

Durante a vigência do Plano

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Educação
Governo Municipal

META 7

Ampliar o acesso a tecnologias que promovam a aprendizagem, com abordagens apropriadas para a respectiva faixa etária, do ponto de vista pedagógico.

ESTRATÉGIAS

- 7.1. Promover o acesso das crianças às Tecnologias de Informação e Comunicação e à navegação segura na internet, como formas de efetivar seu direito à comunicação, observando sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento.

PREVISÃO

Contínuo 2024-2034

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Educação
Governo Municipal

META 8

Disponibilizar merenda escolar adequada e de qualidade

ESTRATÉGIAS

- 8.1. Elaborar, através dos nutricionistas do Município, cardápios adequados para cada faixa etária visando à alimentação saudável a todos os alunos;
- 8.2. Trabalhar juntamente com os profissionais da educação visando à conscientização das crianças com relação à alimentação saudável;
- 8.3. Conscientizar as famílias através de reuniões de pais ou responsáveis sobre a alimentação saudável
- 8.4. Fortalecer as ações do CAE - Conselho de Alimentação Escolar

PREVISÃO

Contínuo 2024-2034

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Educação
Equipe nutricional do município
Conselho Municipal de Alimentação Escolar

A FAMÍLIA E A COMUNIDADE DA CRIANÇA

A família é o principal espaço de socialização do ser humano, no qual a criança se desenvolve, cresce, e passa por um longo processo de apropriação da cultura de um determinado povo, de uma dada sociedade. Nesse sentido, a relação familiar garante à criança pequena a apropriação de hábitos, culturas e também faz com que a criança consiga sobreviver por meio da atenção de suas necessidades básicas, mais emergentes (VYGOTSKI, 1994).

Alguns momentos marcantes e normativas destacam a importância da família no desenvolvimento e garantia dos direitos das crianças. No Preâmbulo da Convenção dos Direitos da Criança, os chefes de Estado afirmaram estar “convencidos de que a família, como grupo fundamental da sociedade e ambiente natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros, e em particular das crianças, deve receber a proteção e assistência necessárias a fim de poder assumir plenamente suas responsabilidades dentro da comunidade”;

A Constituição Federal, em seu artigo 226, estabelece que a “família é a base da sociedade”. A Carta Magna de 1988 introduz na sociedade brasileira uma nova tábua de valores, reunificando o direito privado, disperso e desatualizado, através da nova roupagem dada ao instituto da família. Isso porque visualiza a família como promotora da dignidade humana, obtendo, assim, especial atenção do Estado à entidade familiar que efetivamente promova tal função de ordem pública.

A família, núcleo socioafetivo, assume novas tendências, que transcendem à mera formalidade. E o Estado tutela tais relações, dando efeitos jurídicos às relações delas advindas.

Em 1990, durante a Conferência de Cúpula sobre a Criança, da Organização das Nações Unidas (ONU), foi estabelecido que a família é considerada “grupo fundamental e ambiente natural para o crescimento e o bem-estar da criança, devendo receber toda a proteção e a assistência necessárias”.

As metas e estratégias do eixo que abrange esse foco são apresentadas a seguir.

METAS E ESTRATÉGIAS

META 1

Reforçar as ações de lazer e de conscientização, unindo famílias em atividades desportivas e beneficentes

ESTRATÉGIAS

- 1.1. Estruturar o Dia do Desafio e o Dia das Crianças com atividades que proponham a interação de crianças com seus pais e responsáveis;
- 1.2. Atingir um público de pelo menos 1% da população do município em participantes da Caminhada do Coelho e Caminhada do Autismo.

PREVISÃO

Médio Prazo

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

META 2

Promover a família com espaço adequado para o desenvolvimento da criança

ESTRATÉGIAS

- 2.1. Utilizar os espaços da comunidade tais como: unidades de saúde, educação, igrejas, associação de moradores para encontros com grupos de famílias.

PREVISÃO

Durante a vigência do Plano

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Saúde
Secretaria Municipal da Assistência e Desenvolvimento Social
Sociedade Civil Organizada

META 3

Valorizar os espaços comunitários para o desenvolvimento da criança

ESTRATÉGIAS

- 3.1. Disponibilizar os espaços da escola para ações de caráter coletivo e comunitário, convencionados documentalmente;
- 3.2. Promover atividades com frequência que fortaleçam o sentimento de pertencimento comunitário.

PREVISÃO

Durante a vigência do Plano

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Educação
Escolas da Rede Municipal de Ensino
Setor jurídico da prefeitura

META 4

Promover a integração entre família comunidade e criança nos espaços públicos

ESTRATÉGIAS

- 4.1. Valorização dos espaços permanentes de participação das relações familiares e de sua integração com a comunidade;
- 4.2. Realizar melhorias e manutenção dos espaços públicos para usufruto da comunidade;
- 4.3. Prever no calendário anual de atividades do município atividades recreativas e culturais para a comunidade em geral, especialmente para as crianças.

PREVISÃO

Durante a vigência do Plano

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura
Secretaria Municipal de Planejamento Estratégicos
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

A CRIANÇA E O DIREITO DE BRINCAR

Para que o desenvolvimento integral da criança seja assegurado, ela deve ter acesso aos direitos reconhecidos por lei. Assim como é fundamental a criança ter acesso a uma boa alimentação, a uma educação de qualidade e a um atendimento médico adequado, também é muito importante o brincar, que precisa ser visto como um direito essencial ao desenvolvimento infantil.

O art. 31 da Convenção dos Direitos da Criança afirma vários direitos à criança, dentre eles, o direito ao brincar. O Marco Legal da Primeira Infância traz em seu art. 5º o brincar como prioritário e determina que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios criem *“espaços lúdicos que propiciem o bem-estar, o brincar e o exercício da criatividade em locais públicos e privados onde haja circulação de crianças, bem como a fruição de ambientes livres e seguros em suas comunidades”*.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI), também identificam o brincar como o fazer cotidiano das crianças desde que nascem, no ambiente familiar e em seu entorno.

A proposta da BNCC da Educação Infantil trata o brincar como um dos seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento, ou seja, o brincar precisa estar garantido na primeira infância, *“brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais”*.

Outras Políticas Públicas sublinham o brincar como um direito fundamental. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) entende que o brincar deve ser integrado à educação, assistência social, cultura e esportes, principalmente às crianças que necessitam de uma atenção a sua saúde como: obesidade, hiperatividade e doenças crônicas. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) assegura o direito do brincar, em especial às crianças que se encontram em acolhimento institucional por medidas protetivas.

O brincar é uma dimensão valiosa da nossa cultura, inerente aos diferentes contextos sociais, culturais e históricos, por isso o brincar representa a cultura da infância e deve ser permanente.

METAS E ESTRATÉGIAS

META 1

Instituir a Semana Municipal do Brincar

ESTRATÉGIAS

- 1.1. Elaborar a legislação aplicável para aprovação na Câmara Municipal;
- 1.2. Promover atividades de lazer e esportes de forma descentralizada;
- 1.3. Promover orientações sobre brincadeiras inadequadas para cada idade das crianças.

PREVISÃO

Curto Prazo

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
Poder legislativo

META 2

Destinar recursos para atividades com o público infantil/família em todos os eventos promovidos pela Municipalidade

ESTRATÉGIAS

- 2.1. Estruturar atividades, vinculadas ou não ao tema central dos eventos organizados pela Prefeitura;
- 2.2. Destinar espaços em eventos para atividades culturais com as crianças.

PREVISÃO

Médio Prazo

RESPONSÁVEIS

Secretaria de Turismo e Cultura
Secretaria Municipal de Educação
Governo Municipal
Poder Legislativo

META 3

Construir espaços para lazer de crianças na primeira infância

ESTRATÉGIAS

- 3.1. Disseminar brinquedotecas nas escolas;
- 3.2. Incluir nos conteúdos escolares, informações e práticas lúdicas nos programas de formação continuada de professores e profissionais que atuam até 6 anos;
- 3.3. Valorizar e resgatar as antigas brincadeiras das comunidades do Município.

PREVISÃO

Médio Prazo

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Educação
Secretaria de Planejamento Estratégico
Secretaria de Obras e Infraestrutura

A CRIANÇA E O ESPAÇO

Ao considerar as crianças com atores sociais e a cidade como cenário cultural, é indispensável pensar sobre as mudanças estruturais pelas quais a sociedade tem passado, o que redesenha o espaço a partir de novas dinâmicas.

As diferentes dinâmicas sociais geraram uma nova compreensão dos espaços urbanos, com a criação de espaços padronizados, homogeneizantes, tais como shopping centers, e a crescente separação da sociedade por meio de muros. Examinando, nesse contexto, a relação da criança com a cidade, da legitimação da singularidade da criança surge a necessidade de questionar como se dá essa relação entre as crianças e o espaço urbano, e de que forma elas se apropriam desse espaço, que, em tese, também deveria ser delas.

Ao se considerar o espaço da criança na cidade, um ponto relevante a ser investigado é a própria construção do espaço urbano: como ele é organizado, distribuído e direcionado, e como eles são (ou não) apropriados pelas pessoas – cidadãos – aos quais se destina. Nesse aspecto, o espaço que seria das crianças é apoderado pelo poder, primeiro das classes e depois das instituições representativas da sociedade, e transformado num instrumento de dominação (LIMA, 1989).

Isso pode ser explicado pela construção das cidades voltadas ao indivíduo, em sua singularidade e, não a uma coletividade, permitindo a caracterização do que Bárbara Freitas (2006) irá chamar de “reverso da medalha”, que, mais do que favelas, invasões e ocupações clandestinas, escancara a construção de cidades partidas, com o abandono do espaço público, se analisadas pelo seu contexto ecológico e cultural.

Essa nova configuração espacial gera a constituição de uma infância urbana não voltada à cidade como local de interação social e comunicação, mas sim em espaços fechados e delimitados, prendendo-a em “bolhas de segurança”, espaços esses que acabarão por alterar o panorama da cidade, gerando mais segregação, demarcação, isolamento, espaços vazios e a consequente desvalorização do espaço público e aberto da cidade.

Nesse contexto, um elemento a ser identificado é a necessidade do resgate da cidade como um ambiente plural, de prática de atividades políticas, sociais e culturais, surgindo, assim, a necessidade de se questionar (e resgatar!) a apropriação do espaço urbano pela sua população, para que deixem de ser “espaços de ninguém” para se tornarem “espaços de todos”. Dessa forma, as crianças tornam-se cidadãs, aprendendo desde cedo que a cidadania não é um acontecimento natural, mas sim um processo de

aprendizagem social, que pode ser fortemente enraizada na cultura, na medida em que o indivíduo supera aquela mera condição de “consumidor passivo” e se transforma, verdadeiramente, em um “cidadão”.

METAS E ESTRATÉGIAS

META 1

Estruturar os Campeonatos para as modalidades esportivas mais demandadas, de forma a ter pelo menos 1 time por bairro/região do Município.

ESTRATÉGIAS

- 1.1. Ampliar as oficinas de Futebol, Judô e Karatê nos espaços descentralizados;
- 1.2. Formatar os times e executar os Campeonatos nos períodos previstos;
- 1.3. Buscar participação em Campeonatos externos.

PREVISÃO

Médio Prazo

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
Governo Municipal

META 2

Oportunizar, por meio de projetos pedagógicos nas unidades escolares, a formulação de um Orçamento Participativo Infantil, para desenvolver propostas a serem acrescentadas nas elaborações dos próximos Planos Plurianuais, durante a vigência deste Plano.

ESTRATÉGIAS

- 2.1 Realizar treinamento para a rede municipal sobre como é feita a elaboração do Orçamento Municipal;
- 2.2 Aplicar a didática do projeto para as crianças, por meio da elaboração de textos ou desenhos onde possam ser questionadas sobre “Qual a cidade que elas querem para o futuro?”;
- 2.3 Coletar os materiais e promover Audiência Pública para discussão e enriquecimento das Propostas;
- 2.4 Indicar, no PPA, quais foram as propostas emanadas desta iniciativa.

PREVISÃO

- 1ª Execução em 2025 para o PPA 2026-2030
- 2ª Execução em 2030 para o PPA 2031-2034

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica
Secretaria Municipal de Educação
Governo Municipal
Poder Legislativo

META 3

Ampliar os espaços para crianças da primeira infância nas praças existentes, com parquinhos e brinquedos adequados às diferentes idades.

ESTRATÉGIAS

- 3.1 Identificar os espaços já existentes, destinados ao público-alvo, em praças públicas;
- 3.2. Adequar os espaços públicos para crianças de até 6 anos de idade.

PREVISÃO

Contínuo 2024-2034

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica
Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura
Governo Municipal

META 4

Incluir no currículo da Educação infantil da rede pública municipal atividades pedagógicas extramuros nas praças e demais locais públicos próximos das unidades escolares.

ESTRATÉGIAS

- 4.1. Definição de projetos de integração das crianças ao ambiente urbano;
- 4.2. Organizar um calendário anual prevendo circuitos de jogos e atividades recreativas em diferentes espaços da cidade.

PREVISÃO

Contínuo 2024-2034

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica
Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura
Governo Municipal

META 5

Criar e desenvolver projetos que estimulem a importância dos pais, cuidadores, escolas e sociedade civil no papel de educar suas crianças em atividades ligadas ao ar livre, em parques, além de estimular práticas de respeito ao meio ambiente.

ESTRATÉGIAS

- 5.1. Promover atividades e brincadeiras interativas em parques, quadras esportivas e praças da cidade, com objetivo de vivenciar e experimentar momentos em família junto à natureza;
- 5.2. Promover a divulgação sobre a importância da interação da criança com ambientes naturais para o seu desenvolvimento integral;
- 5.3. Promover debates sobre a necessidade de proteção das crianças contra o consumo sem limites;
- 5.4. Criar oportunidades nas unidades de educação infantil para que educadores possam criar projetos junto às crianças sobre o meio ambiente, reciclagem, economia no consumo de água potável e demais projetos que envolvam sustentabilidade;
- 5.5. Planejar a instalação de playground em jardins, parques, áreas de lazer e áreas abertas ao público em geral, com brinquedos adaptados para crianças com mobilidade reduzida;

5.6. Incentivar as "brincadeiras naturais", incentivar a prática esportiva que não deriva do uso abusivo da tecnologia

PREVISÃO

Até 2030

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica
Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Desenvolvimento Urbano
Governo Municipal

META 6

Expor conteúdo a pais, cuidadores e crianças, dos malefícios de exposições precoces a mídias sociais e a uma criação voltada excessivamente a aparatos tecnológicos.

ESTRATÉGIAS

- 6.1. Disseminar informações e conhecimentos de estudos realizados sobre os malefícios da exposição precoce e meios de comunicação;
- 6.2. Produzir material informativo para famílias e cuidadores sobre as exposições excessivas das crianças em redes sociais, bem como estar atentos a possíveis casos de bullying e discriminações;
- 6.3. Conscientizar os pais, famílias e cuidadores quanto à importância de se respeitar as faixas etárias e classificações indicativas dos conteúdos disponíveis nos meios de comunicação;
- 6.4. Orientar as famílias, pais e cuidadores para buscar o equilíbrio entre as horas de jogos online, uso de mídias eletrônicas e digitais com atividades esportivas, brincadeiras e exercícios ao ar livre, fundamentais ao desenvolvimento físico e mental da criança;
- 6.5. Produzir material informativo aos pais sobre os cuidados aos crimes cibernéticos que as crianças podem estar sendo expostas sem a atenção devida dos responsáveis;
- 6.6. Elaborar projetos, em parceria com instituições privadas, na educação tecnológica dos pais e cuidadores para colocar senhas, bloquear e controlar o acesso das informações que as crianças possam estar expostas em celulares e computadores não condizentes com sua faixa etária.

PREVISÃO

Até 2030

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Desenvolvimento Urbano

ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS CRIANÇAS

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/90), prevê em seu artigo 17: *“O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.”*

O mesmo documento postula, ainda, em seu artigo 5º que *“Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.”*

Outra normativa que explicita essa questão é a Lei n.º 13.431/2017, ao estabelecer o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, especificando e definindo cinco tipos de violência (art. 4º), quais sejam: violência física, violência psicológica, violência sexual, violência institucional e violência patrimonial.

A violência gera consequências que podem acarretar graves prejuízos à saúde e ao bem-estar da criança. Os sinais e sintomas podem variar muito desde ausência de sintomas até surgimento de sérios problemas, tais como:

CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA PARA A CRIANÇA

Alto nível de ansiedade

Tristeza profunda

Sentimento de injustiça, culpa, angústia, solidão, desesperança

Distúrbios escolares e alimentares

Instabilidade emocional

Confusão de sentimento em relação à figura agressora (amor e ódio)

Distúrbios afetivos como: depressão, apatia, pensamento suicida, desinteresse pelos brinquedos, crises de choro, sentimento de culpa, vergonha, autodesvalorização, falta de estima.

Partindo desses documentos legais e visando garantir uma política de atendimento para prevenir e coibir atos de violência contra crianças e adolescentes, órgãos competentes para receber petições, denúncias, reclamações ou representações, em casos de ocorrência de violência física, psicológica, institucional, sexual e patrimonial, ou em casos de abandono ou negligência, protegendo as informações sigilosas, precisam ser

acionados, cabendo aos mesmos a emissão de pareceres e encaminhando aos órgãos competentes para adoção das medidas cabíveis.

Em relação às famílias - consideradas um dos principais núcleos responsáveis por proteger a criança contra os perigos da sociedade -, quando há um evento traumático como a violência, devem cuidar das vítimas, mas também devem ser cuidadas, e isso significa dizer que quando a violência é cometida, todo o sistema familiar sente sua repercussão.

Os impactos podem ser considerados como uma fase de intensas transformações que geram mudanças comportamentais, na dinâmica, cotidiano comunitário e escolar. É considerada uma experiência dolorosa, difícil de ser aceita, que posteriormente pode acarretar sentimentos positivos e negativos muito individuais, vivenciados desde a descoberta dos atos violentos à busca por serviços de combate à violência junto a profissionais da área.

Assim, haver canais para recebimento de denúncias e realização de campanhas de conscientização sobre os diversos tipos de violência contra criança, visando identificar sua ocorrência, é de suma importância, principalmente porque tais violências são mais difíceis de serem identificadas.

METAS E ESTRATÉGIAS

META 1	
Implementar ações efetivas de educação e orientação aos responsáveis por crianças na primeira infância na identificação de sinais de violência.	
ESTRATÉGIAS	
1.1.	Realizar palestras em reuniões de pais, grupos de orientação e conversa e entrega de folhetos informativos nos equipamentos e demais serviços da rede de proteção;
1.2.	Aperfeiçoar o fluxo de atendimento e acompanhamento de casos de violência contra crianças;
1.3.	Promover campanhas e projetos escolares e sociais que inibam qualquer tipo de violência contra crianças.
PREVISÃO	
Curto prazo	
RESPONSÁVEIS	
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social Secretaria Municipal de Educação Secretaria Municipal de Saúde Secretaria Municipal Esportes e Lazer Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Conselho Tutelar	

META 2

Capacitar continuamente a rede de proteção para a realização da Escuta Especializada na primeira infância.

ESTRATÉGIAS

- 2.1. Contratar empresas que prestem serviços de capacitação especializados no tema;
- 2.2. Fortalecer as ações intersetoriais com objetivo de mobilizar todas as frentes de trabalho da administração pública em prol da garantia dos direitos das crianças;
- 2.3. Fomentar o atendimento humanizado da comunidade nos diferentes postos de trabalho da administração pública;
- 2.4. Fortalecer os Conselhos Municipais com representatividades das famílias, a fim de disseminar informações sobre cuidados e proteção às crianças

PREVISÃO

Curto Prazo

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Saúde
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Conselho Tutelar
Conselho Municipal da Assistência Social
Conselho Municipal da Saúde
Conselho Municipal da Educação

META 3

Qualificar os fluxos de atendimentos/encaminhamentos de crianças na primeira infância por meio da institucionalização do processo.

ESTRATÉGIAS

- 3.1. Promover reuniões de rede regulares para definição/revisão de fluxos de atendimento e encaminhamentos;
- 3.2. Normatizar os fluxos de atendimento, publicizando-os aos diferentes setores e para a comunidade em geral;
- 3.3. Fortalecer parceria com a Promotoria Pública a fim de respaldar as decisões e iniciativas do município.

PREVISÃO

Curto Prazo e continuado

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Conselho Municipal de Educação
Conselho Municipal da Assistência Social
Conselho Municipal da Saúde
Conselho Tutelar

META 4

Traçar perfil de famílias com crianças na primeira infância vítimas de violação de direitos.

ESTRATÉGIAS

- 4.1. Acessar o Cadastro Único para consultas de dados e referenciamento aos serviços da proteção social básica, a fim de serem inseridas no Cadastro Único as famílias com crianças na primeira infância vítimas de violação de direitos;
- 4.2. Elaborar um documento orientador contendo as informações relevantes e detalhadas sobre o perfil das famílias do município que se encontram em situação de vulnerabilidade social e reincidentes de casos de violência.

PREVISÃO

Curto Prazo e continuado.

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal da Saúde
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Conselho Tutelar

META 5

Integrar as políticas de atenção às gestantes vítimas de violação de direitos acompanhadas pelos equipamentos da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.

ESTRATÉGIAS

- 5.1. Articular junto à rede de proteção atendimento prioritário e acesso facilitado ao planejamento familiar aos casos acompanhados pelos equipamentos da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social e encaminhados à Secretaria de Saúde para intervenções.

PREVISÃO

Curto Prazo e continuado.

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
Secretaria Municipal de Saúde

A CRIANÇA E O CONSUMISMO

Garantir um futuro promissor àqueles que hoje são crianças não depende apenas da mudança de comportamento da atual geração, mas também de educar para o consumismo. Esse é o caminho que a sociedade deve trilhar em busca do desenvolvimento sustentável.

Desde pequenas, as crianças devem ser instigadas a descobrir que cada uma das suas ações tem impacto no coletivo e que, no que diz respeito ao cuidado com o meio ambiente, isso não é diferente. Antes de serem apresentadas ao mundo do consumo, elas também devem aprender valores essenciais à sobrevivência da humanidade, como a solidariedade, o senso de responsabilidade com o bem comum, o respeito ao outro e ao meio em que vivemos.

Embora esse percurso de aprendizagem sobre o nosso papel na sociedade nos pareça absolutamente natural, não é assim que tem acontecido. Um dos maiores desafios da contemporaneidade é reverter o cenário atual: antes de sermos formados para a cidadania, somos treinados a consumir de forma desenfreada.

Essa nova realidade exige reflexões profundas. Muitas vezes encontramos respostas na educação - conceito amplo e de responsabilidade compartilhada, que não se dá só em casa ou na escola, mas também nas ruas e nas diversas mídias.

As crianças, nesse sentido, se aprenderem a agir e a consumir em consciência, serão importantes transformadores sociais. E como garantir isso? Não apenas nas escolas com as atividades importantíssimas que versam sobre a educação ambiental, mas também reforçando a relação entre o consumo e o meio ambiente, tratando do impacto de nossas escolhas no planeta e do dano que nosso atual modelo consumista já causou.

Ao mesmo tempo, os alimentos industrializados carregados nas lancheiras, os brinquedos eletrônicos produzidos sem respeito às legislações ambientais e de trabalho e a preocupação excessiva com o acesso a bens materiais são alguns fatores que contradizem o esforço de uma educação para a sustentabilidade.

O fato é que hoje as crianças são induzidas primeiramente a conquistar um espaço no mundo do “ter”. E qual é o impacto desse fenômeno na sociedade?

METAS E ESTRATÉGIAS

META 1

Incentivar as escolas de Educação Infantil a introduzirem na proposta curricular o “consumo responsável e consciente” como conteúdo transversal aos direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento

ESTRATÉGIAS

- 1.1. Incluir na Proposta Pedagógica das escolas atividades lúdicas que levem as crianças a refletirem e adquirirem hábitos saudáveis e conscientes frente à Era do Consumismo;
- 1.2. Abordar sobre a temática nas reuniões de pais como forma de orientá-los quanto aos cuidados na aquisição e autorização dos filhos a consumirem produtos que afetam o seu desenvolvimento.

PREVISÃO

Contínuo 2024-2034

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Educação
Escolas da Rede Municipal

META 2

Sensibilizar, através de campanhas, oficinas e palestras, os educadores e os estabelecimentos de Educação Infantil para consumismo na infância e sustentabilidade do planeta

ESTRATÉGIAS

- 2.1. Promover campanhas junto às famílias sobre os valores e hábitos da sociedade de consumo e de seus próprios hábitos de consumo;
- 2.2. Explorar com as crianças, de forma lúdica e significativa com participação das famílias, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- 2.3. Desenvolver projetos com foco na alimentação saudável;
- 2.4. Apresentar as brincadeiras antigas para as novas gerações, retirando-as da exposição excessiva frente às telas;
- 2.5. Sensibilizar e conscientizar as famílias sobre a importância de evitar a exposição de bebês e crianças bem pequenas diante das telas de celulares.

PREVISÃO

Durante a vigência do Plano

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Educação
Escolas da Rede de Ensino
Comunidade escolar

A CRIANÇA, O ESPORTE, O TURISMO E A CULTURA

Estes dispositivos da administração pública não apenas contemplam os aspectos físicos do ser humano ou focam em técnicas, mas, na sua formação integral em suas dimensões física, intelectual, emocional e social das crianças.

A atividade física é compreendida no município como importante desde tenras idades que, de maneira progressiva e orientada, assume condição de condicionante para uma melhor qualidade de vida dos munícipes. Quando são verificados os diversos fatores que envolvem o desenvolvimento humano percebe-se a importância que as primeiras fases da aquisição dos movimentos têm, por permitir que as crianças obtenham um aprimoramento das suas capacidades, habilidades e aptidões.

A ideia principal quando Serra Negra concebe as práticas esportivas, por exemplo, como fundamentais para o desenvolvimento integral das crianças está assentada na base motora e nos valores éticos da convivência coletiva. Inegavelmente o esporte oferece subsídios motores para que os pequenos adquiram identificação com a prática física e suas consequências físicas/fisiológicas e sociais.

Fundamental destacar que o desenvolvimento dos movimentos humanos acontece de maneira progressiva desde quando os bebês começam a se deparar e lidar com o mundo que os cercam. Inicialmente, os movimentos ocorrem pelos reflexos que são respostas a estímulos externos e se mantêm durante os primeiros quatro anos de vida. Tais movimentos agem de maneira automática e involuntária, e também são essenciais para o amadurecimento neuromuscular e o desenvolvimento postural.

Em seguida, são caracterizados pela intencionalidade de execução e pelos níveis de qualidade coordenativa empregada na execução dos movimentos. A criança insere-se em uma série de evoluções no aprendizado motor, envolvendo aquisição, estabilização e diversificação das habilidades básicas cada vez mais complexas.

Em relação à Cultura, defende-se que se trata de tudo aquilo que nos remonta ao pertencimento a um determinado grupo. A cultura está relacionada diretamente à geração do conhecimento e ao exercício do pensamento, que são valores essenciais para o desenvolvimento da sociedade. Assim, a cultura é importante na formação pessoal, moral e intelectual do indivíduo e no desenvolvimento da sua capacidade de se relacionar com o próximo.

A diversidade cultural remonta não só aos diferentes aspectos linguísticos, mas envolve fatores relacionados a manifestações artísticas, à religião, alimentação, músicas, vestimentas e outros aspectos dos mais variados possíveis e imagináveis.

Além disso, a formação cultural de um povo abriga aspectos materiais e imateriais que facilmente podem ser percebidos, e é importante que a criança tenha acesso a essa variedade de culturas a partir das suas experiências diárias.

Para as crianças, quanto mais cedo o contato com a diversidade cultural, mais se desenvolve a capacidade de solidariedade, empatia, conhecimento e respeito a tudo aquilo que diverge das suas próprias práticas.

Trabalhar as diferenças culturais com as crianças proporciona um bom relacionamento e o respeito às diferenças do outro, valorizando aspectos culturais, assim como a apresentação da sua própria cultura como uma oportunidade de interagir de maneira respeitosa.

As atividades culturais são importantes meios de aguçar o interesse e a criatividade das crianças. Jogos, brincadeiras e atividades são formas que encontramos de estimular e entreter as crianças. E se esse momento fosse atrelado a diferentes manifestações culturais? Enquanto brincam, elas aprendem sobre cultura e arte.

O contato com objetos, eventos e atividades culturais é um hábito positivo para o desenvolvimento cognitivo das crianças. Essa prática estimula a memória, diminui a vergonha, auxilia na coragem de se expor e ainda ajuda na descoberta de habilidades. Além disso tudo, ao falarmos de cultura precisamos destacar que a identidade cultural de um povo, assim como a localidade onde vive, também forma a criança e molda seu futuro, por isso a necessidade de discussão de tudo que envolve formação cultural em ambientes propícios, sadios e bem estruturados.

METAS E ESTRATÉGIAS

META 1

Ampliar os espaços que promovem oficinas de modalidades esportivas, garantindo uma abrangência de, pelo menos, 80% do território municipal.

ESTRATÉGIAS

- 1.1. Ofertar pelo menos duas modalidades das seguintes oficinas em cada equipamento desportivo do território municipal: Natação, Funcional kids, Ginástica Rítmica, Futebol, Voleibol, Multiesportes e Karatê;
- 1.2. Manter uma frequência de praticantes de, pelo menos 70% do total de matriculados por mês.

PREVISÃO

Longo Prazo

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura
Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica
Governo Municipal

META 2

Promover a divulgação da agenda cultural e de outras atividades voltadas para gestantes e crianças na primeira infância nos respectivos territórios.

ESTRATÉGIAS

- 2.1. Criar materiais de divulgação atrativos e informativos sobre as atividades culturais e programas para gestantes e crianças na primeira infância, como folhetos, cartazes, e-posts e vídeos;
- 2.2. Utilizar plataformas de mídias sociais (Facebook, Instagram, Twitter etc.) para divulgar regularmente as atividades, compartilhar fotos e vídeos dos eventos e interagir com a comunidade;
- 2.3. Estabelecer parcerias com escolas, creches, postos de saúde, centros comunitários e organizações não governamentais para promover a divulgação das atividades diretamente para gestantes e famílias com crianças pequenas;
- 2.4. Criar e manter uma agenda cultural online específica para eventos destinados a gestantes e crianças na primeira infância. Essa agenda deve ser de fácil acesso e atualizada regularmente.

PREVISÃO

Longo Prazo

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
Setor de Comunicação da prefeitura
Secretaria Municipal de Educação
Escolas da Rede Municipal e Particulares de Ensino

META 3

Ampliar a oferta de atividades para a primeira infância nos centros culturais, cinemas, teatros, museus, bibliotecas e parques municipais e nos pontos de interesse turístico, garantindo acessibilidade.

ESTRATÉGIAS

3.1. Elaborar uma programação cultural específica para a primeira infância, incluindo atividades como sessões de cinema, espetáculos teatrais, exposições interativas em museus, contação de histórias em bibliotecas e eventos recreativos em parques municipais e nos pontos de interesse turístico;

3.2. Estabelecer parcerias com instituições educacionais, grupos teatrais, artistas plásticos, contadores de histórias e outros profissionais para desenvolver atividades culturais adaptadas às necessidades e interesses das crianças pequenas.

PREVISÃO

Longo Prazo

RESPONSÁVEIS

Secretaria de Turismo e Cultura
Secretaria Municipal de Educação
Governo Municipal

A CRIANÇA, A DIVERSIDADE E INCLUSÃO

Segundo Gomes (2007), a diversidade é uma construção histórica, social e cultural. Portanto, para falarmos em diversidade e diferença é necessário que tenhamos um pensamento decolonial, para que assim possamos entender o impacto dos processos de colonização e dominação na vida dos sujeitos sociais e no cotidiano da escola. Ao abordamos o tema diversidade, é necessário nos despirmos de nossos conceitos, devemos ser imparciais, e o mais importante devemos levar em consideração, que “algumas diferenças foram naturalizadas e inferiorizadas, sendo, portanto, tratadas de formas desigual e discriminatória” (GOMES, 2007. p. 25).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu artigo 3º determina que *“a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.”*

Partindo desse pressuposto legal, todas as crianças com e sem deficiência têm os mesmos direitos, como por exemplo, o direito à vida, saúde, nutrição e educação, além de poder manifestar suas vontades e opiniões, sendo agentes beneficiários e de mudanças.

Não se pode dizer a uma criança com deficiência física que ela não pode brincar, ou a outra com deficiência visual que ela não pode aprender a ler e escrever. Todas as crianças têm direitos e merecem oportunidades de aprender, ler, brincar e contribuir. Cada criança é única, com suas habilidades, sonhos e aspirações que merecem ser cultivadas, valorizadas e estimuladas, além de necessidades que precisam ser atendidas.

A construção de uma sociedade inclusiva faz com que crianças com e sem deficiência desfrutem de seus direitos em condições de igualdade, sendo certo que os primeiros passos para essa inclusão se iniciam na primeira infância, através da elaboração de políticas e programas.

Assim, incluir o tema da deficiência na primeira infância no discurso político e social contribuirá para sensibilizar, conscientizar e levantar reflexões a respeito dos conceitos de inclusão, acessibilidade, respeito, cidadania e igualdade de direitos.

METAS E ESTRATÉGIAS

META 1

Garantir apresentações artísticas em maior quantidade e mais abrangentes, de forma a contemplar a diversidade.

ESTRATÉGIAS

- 1.1. Oferecer uma variedade de opções de entretenimento para as crianças, incluindo teatro, espetáculos circenses, dança, música e outras formas de expressão cultural;
- 1.2. Programar apresentações em diferentes locais, como escolas, clubes, teatros, auditórios e centros culturais, proporcionando acesso a diversas comunidades;
- 1.3. Garantir que as apresentações culturais estejam disponíveis para as crianças da rede municipal e particular de ensino, desde as creches, promovendo experiências culturais desde a primeira infância;
- 1.4. Estimular o crescimento do mercado artístico na cidade, oferecendo oportunidades para artistas locais e incentivando a diversidade cultural.

PREVISÃO

Médio Prazo

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
Governo Municipal

META 2

Garantir acessibilidade e equipamentos adaptáveis para crianças deficientes em equipamentos públicos de esporte e lazer do município.

ESTRATÉGIAS

- 2.1. Garantir que crianças com deficiência tenham acesso aos equipamentos públicos destinados a atividades esportivas, culturais e de lazer;
- 2.2. Assegurar o acesso de todas as crianças aos equipamentos públicos, além de adaptar esses espaços conforme as necessidades especiais das crianças que deles desfrutam para lazer.

PREVISÃO

Curto Prazo

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
Governo Municipal

META 3

Valorizar as diversas culturas

ESTRATÉGIAS

- 3.1. Facilitar diálogos sobre as distintas culturas e tradições familiares presentes nas atividades oferecidas pelo poder público, com especial enfoque do Esporte, da Cultura, da Educação e Desenvolvimento Social;
- 3.2. Implementar ações colaborativas entre as políticas públicas relacionadas às diversas culturas: negra, de migrantes/imigrantes, de diferentes classes sociais, entre outras;
- 3.3. Estimular nas crianças processos de construção de autoestima e identidade por meio de atividades artísticas e culturais.

PREVISÃO

Médio Prazo

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Educação
Secretaria de Municipal de Turismo e Cultura
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
Governo Municipal

META 4

Promover a participação ativa das crianças em atividades esportivas

ESTRATÉGIAS

- 4.1. Desenvolver campanhas de conscientização sobre a importância do esporte na infância, destacando seus benefícios para a saúde física, mental e emocional das crianças;
- 4.2. Estabelecer parcerias com instituições esportivas e comunitárias para oferecer programas de iniciação esportiva adaptados às diferentes faixas etárias e habilidades das crianças;
- 4.3. Capacitar profissionais da área de educação física e esportiva para atender às necessidades específicas das crianças em suas práticas esportivas, promovendo um ambiente seguro e inclusivo;
- 4.4. Implementar políticas de incentivo ao esporte infantil.

PREVISÃO

Médio Prazo

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Educação
Secretaria de Municipal de Esporte e Lazer
Setor de Comunicação da prefeitura
Governo Municipal

META 5

Criar ambientes seguros e inclusivos para a prática esportiva infantil

ESTRATÉGIAS

5.1. Realizar avaliações regulares de segurança e manutenção em instalações esportivas públicas, garantindo que estejam em conformidade com as normas de segurança e acessibilidade;

5.2. Oferecer treinamentos e capacitações para profissionais do esporte e da educação sobre inclusão de crianças com deficiência em atividades esportivas, sensibilizando-os para as necessidades específicas dessas crianças;

5.3. Criar programas de sensibilização e conscientização sobre a importância da inclusão no esporte infantil, envolvendo escolas, famílias e comunidade em geral;

5.4. Estabelecer parcerias com organizações e instituições que promovam a acessibilidade e a inclusão para garantir que as instalações esportivas sejam projetadas e equipadas de forma a atender às necessidades de todas as crianças.

PREVISÃO

Médio Prazo

RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Educação
Secretaria de Municipal de Esporte e Lazer
Governo Municipal



**MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO
PMPI**

Uma vez aprovado pelo Poder Legislativo e homologado pelo Poder Executivo, o plano ganhará publicidade para que todos assumam um compromisso e sintam-se corresponsáveis pelo processo de implementação nos próximos 10 (dez) anos.

Considerando que se trata de um documento técnico e político que ultrapassa mandatos administrativos, é fundamental que seja definida uma sistemática de monitoramento e avaliação do PMPI.

Para a execução e a correção de possíveis obstáculos, as atividades de monitoramento e avaliação do PMPI serão contínuas e organizadas por relatórios, considerando os eixos definidos no Plano de Ação, direcionados pelo CMDCA em consonância com os demais atores envolvidos, uma vez que a responsabilidade pela proteção e garantia dos direitos das crianças é compartilhada entre poder público, sociedade e família.

Esse acompanhamento, tanto pelo poder público, quanto pela sociedade, tem a finalidade primordial de medir avanços na sua execução e no alcance de suas metas e identificar se há necessidade de ajustes ou mudanças.

O Monitoramento ocorrerá anualmente, a partir da coleta sistemática de dados quantitativos e/ou qualitativos, que facilitem análises e que, possibilitem examinar possíveis resultados da implementação do PMPI. Em relação à Avaliação, os membros que comporão a Comissão responsável deverão realizá-la no 3º, 6º e último ano de vigência do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI).

Recomenda-se que a comissão responsável por este processo elabore um instrumental avaliativo consistente, ou seja, uma ficha de monitoramento e avaliação contemplando todos os aspectos possíveis no decurso deste plano. Nesse sentido, a elaboração de notas técnicas que versarem sobre cada meta e suas respectivas estratégias retratarão, quantitativa e qualitativamente, o cenário municipal em assuntos concernentes à infância.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Ailton de Souza. Rede de proteção social e promoção de direitos: contribuições do conselho tutelar para a integralidade e a intersetorialidade (Uberaba-MG). Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação de Enfermagem em Saúde Pública, pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP), Ribeirão Preto, 2011.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2010. Brasília, Programa para o Desenvolvimento Humano das Nações Unidas _ PNUD, 2014. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/> Acesso em: 01/5/2024

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Celso Bastos, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOBBIO, Noberto. O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Menores: descontinuidades e continuidades. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, Cortez, 2005.

BRASIL, Emenda Constitucional Nº 19/98. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm Acesso em 02/4/2024

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. BRASIL, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 01/05/2024

BRASIL. Diretrizes nacionais sobre estimulação precoce: O portador de necessidades educativas especiais. Brasília: MEC/Seesp, 1995. Disponível no link https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_estimulacao_crianças_0a3anos_neuropsicomotor.pdf Acesso: 06/4/2024

BRASIL. Educação Infantil: saberes e práticas da inclusão. Brasília: Ministério da Educação, 2006. Disponível pelo link <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/cegos%20e%20bv.pdf> Acesso: 06/4/2024

BRASIL. Educação Infantil: subsídios para construção de uma sistemática de avaliação. Brasília, MEC/Coedi, 2012.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, DF, p. 8, 12 nov. 2009.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 13563, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/Seesp, 2008.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Casa civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: [L8069 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1990/08/08069.htm) Acesso em: 1/6/2024

_____. LEI nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso: 20/5/2024

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretária Nacional de Assistência Social. LOAS anotada. Lei Orgânica de Assistência Social. Brasília, MDS, 2009.a. Disponível em: [livro Tipificacção Nacional - 20.05.14.indd \(mds.gov.br\)](http://www.mds.gov.br/livros/livro_tipificacao_nacional_200514.indd) Acesso em: 02/5/2024.

_____. RNPI, Rede Nacional Primeira Infância. ANDI Comunicação e Direitos. Plano Nacional pela Primeira Infância – 2a Edição (revisada e atualizada). Brasília, 2020.

_____. Estudos de bebês: linhas e perspectivas de um campo em construção. Educação Temática Digital, v. 20, n. 4, p. 924-946, 14 out. 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8649692>. Acesso: 5/5/2024

CAVICCHIA, D.C. O Desenvolvimento da Criança nos Primeiros Anos de Vida. Universidade Estadual Paulista. 2020. Disponível em <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/224/1/01d11t01.pdf>. Acesso em 20/4/2024

CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES ESTRATÉGICOS (ed.). Avanços do Marco Legal da Primeira Infância. Brasília: Câmara do Deputados. 2016. 532 p. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/acamara/estruturaadm/altosestudos/pdf/obra-avancos-do-marco-legal-da-primeirainfancia> . Acesso em: 26/5/ 2024.

COELHO, Ailta Barros de Souza Ramos. Política de proteção à infância e adolescência e descentralização. Revista Serviço Social e Sociedade, Ano XX, nº 60, São Paulo: Cortez, 1999.

CRUZ, A. G. C. Espaço urbano e transformações da subjetividade da criança e do adolescente. In: CASTRO, L. R. de (Org.). Infância e adolescência na cultura de consumo. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1998.

CURY, Munir; SILVA, Antônio Fernando do Amaral e; MENDEZ, Emílio Garcia (orgs.). Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado. São Paulo: Malheiros, 2002.

FBVL e CECIP. Escuta como ato de participação política. Ouvindo crianças e adultos na formulação de Planos Municipais pela Primeira Infância (PMPI). Urban 95, 2022. Disponível em <https://urban95.org.br/wp-content/uploads/2022/05/Cartilha-Escuta-como-ato-de-participacao-politica.pdf>. Acesso em 15/4/2024.

FIRMO, Maria de Fátima Carrada. A Criança e o Adolescente no Ordenamento Jurídico Brasileiro. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

FMCSV - Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Primeira infância primeiro - Por que as crianças de até 6 anos devem ser prioridades nos planos de governo, 2020. Disponível em: https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/sobre-projeto-primeira-infancia-primeiro/?gclid=CjwKCAjw_uGmBhBREiwAeOfsd1FE3jvwZza7qCvBlF_NPuz03ZUsjISfhKP_MZzp3zF_uVXgwwkVHhoCGy0QAvD_BwE Acesso em 28/5/2024.

FREIRE, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

GALLO, A.E; ALENCAR, J. da S. A. A. Psicologia do Desenvolvimento da Criança. 2012. Disponível em <http://www.ficms.com.br/web/biblioteca/CESUMAR%20-%20PSICOLOGIA%20DO%20DESENVOLVIMENTO%20HUMANO.pdf> Acesso em 12/5/2024.

GOMES, Nilma Lino. Indagações sobre currículo: Diversidade e Currículo, Brasília, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2007.

GUIMARÃES, Cleide D. S.M.; MELO, Mônica C. B. Cartilha sobre os impactos da violência infantil na criança e na família. Recife: Do Autor, 2020. Disponível em <https://repositorio.fps.edu.br/bitstream/4861/473/3/Cartilha%20sobre%20os%20impactos%20da%20viol%C3%Aancia%20infantil%20na%20crian%C3%A7a%20e%20na%20fam%C3%ADlia%20-%20Cleide%20Dyhana.pdf> Acesso: 10/4/2024.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em: [IBGE | Censo 2010](#) Acesso em: 1/6/2024

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Tradução Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LIMA, Mayumi. A criança e a cidade. São Paulo: Nobel, 1989.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Diretrizes de estimulação precoce crianças de zero a 3 anos com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor. Brasília, 2016. Disponível em https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_estimulacao_crianças_0a3anos_neuropsicomotor.pdf Acesso em 14/4/2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Manual Técnico: Pré-Natal e Puerpério: Atenção qualificada e humanizada. Brasília, 2006.

OBSERVATÓRIO DA PRIMEIRA INFÂNCIA. Guia Formativo: Monitoramento de Políticas Públicas pela Primeira Infância. 1a Edição, 2020.

OMS, Organização Mundial da Saúde. Recomendações da OMS sobre atendimento pré-natal para uma experiência gestacional positiva: Resumo, Destaques e mensagens principais da Recomendação Global para Atendimento Pré-natal. USAID from the American People. Janeiro/2018.

PAPALIA, D.E; FELDMAN, R.D. Desenvolvimento Psicossocial nos Primeiros Três anos. 2012. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5319004/mod_resource/content/0/Papalia%2012ed%20cap%206.pdf Acesso em 14/4/2024.

RIZZINI, Irene. O século perdido. Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene; PORTO, Cristina Laclette, TERRA, Carolina. A Criança na Primeira Infância nas Pesquisas Brasileiras. Base virtual de dados: Ambiente da Primeira Infância. Rio de Janeiro: CIESPI/PUC-Rio; Instituto C&A, 2014. Disponível em: http://www.ciespi.org.br/images/arquivos/524/primeira_infancia.pdf. Acessado em 5/6/2024.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993

TEBET, Gabriela; ABRAMOWICZ, Anete. O bebê interroga a sociologia da infância. Linhas Críticas. Brasília, DF, v. 20, n. 41, p. 43-61, jan./abril. 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/4254> Acesso em 15/4/2024.

WEFFORT, H. F.; ANDRADE, J. P.; Costa, N. G. Currículo e educação integral na prática: uma referência para estados e municípios /- 1. Ed. – São Paulo: Associação Cidade Escola Aprendiz, 2019.